

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

(CONCURSO PARA PROFESSOR TITULAR)

Candidato: Theophilos Rifiotis
Departamento de Antropologia – CFH /UFSC
SIAPE: 336529

Florianópolis, 2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	7
I. ATIVIDADES DE ENSINO E ORIENTAÇÃO	33
II. ATIVIDADES DE PRODUÇÃO INTELECTUAL	44
A) Artigos em periódicos.....	45
B) Livros.....	46
C) Capítulos de livros.....	50
D) Trabalhos publicados na íntegra em anais de eventos.....	52
III. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	54
A) Atividades de extensão ligadas ao eixo violência/justiça.....	54
B) Atividades ligadas à formação de "cultura informática" nas ciências sociais.....	59
IV. COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA	63
A) Eixo violência/justiça.....	64
B) Eixo Cibercultura.....	67
V. COORDENAÇÃO DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	68
VI. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE CONCURSOS, DE MESTRADO E DOUTORADO	71
VII. ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO	74
A) Organização de eventos.....	74
B) Organização de cursos.....	77
VIII. APRESENTAÇÃO, A CONVITE, DE PALESTRAS OU CURSOS	80
IX. RECEBIMENTO DE COMENDAS E PREMIAÇÕES	83
X. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EDITORIAIS E/OU ARBITRAGEM DE PRODUÇÃO INTELECTUAL E/OU ARTÍSTICA	84
XI. ASSESSORIA, CONSULTORIA OU PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA, AO ENSINO OU À EXTENSÃO	86
A) Avaliação e acompanhamento de projetos e pedidos de financiamento.....	86
B) Assessoria ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.....	87
XII. EXERCÍCIO DE CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E/OU COLEGIADOS CENTRAIS OU CHEFIA DE ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

APRESENTAÇÃO

En un sentido importante, existo para y en virtud de ti. Si he perdido las condiciones de la interpelación, si no tengo un "tú" a quien dirigirme, me he perdido a "mí misma".

(J. Butler. *Dar cuenta de sí mismo. Violencia ética y responsabilidad*)

O presente Memorial de Atividades Acadêmicas (MAA) foi escrito com base nas exigências normativas para a promoção a professor titular da carreira do magistério superior junto ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de um documento que complementa o relatório e a documentação comprobatória que compõe o Memorial de Avaliação de Desempenho (MAD), e cujo processo de elaboração também foi uma oportunidade de refletir sobre a minha experiência acadêmica, a qual cada vez mais se confunde com a minha própria vida.

Ao iniciar a redação deste Memorial, tinha em mente o enorme desafio que representa uma narrativa sobre si mesmo que não seja confessional ou uma celebração de origens. Como fazer uma narrativa que permita criar um distanciamento, uma perspectiva, em relação ao modo como vem sendo construída a minha própria vivência acadêmica, e tirar consequências que permitam desenhar uma trajetória, um estilo, ou melhor, um devir acadêmico?

Em primeiro lugar, veio a pergunta: por onde começar? Questão clássica que foi a minha porta de entrada para a análise estrutural do discurso e que agora se tornou um exercício experimental. Para R. Barthes, a resposta está nas vias de transformação que ligam dois momentos narrativos, separados temporalmente como um lugar de chegada e um de partida (BARTHES, 1972). De certa forma, é surpreendente ver as minhas primeiras leituras de Roland Barthes e sua defesa da análise estrutural da narrativa emergirem agora, distante mais de 30 anos, como uma forma de pensar o Memorial que estou escrevendo: não como uma verdade narrativa unívoca, mas como a pluralidade das vias possíveis de transformação que operaram e que aqui devem ser visibilizadas. Revendo anotações que fiz à margem do texto de R. Barthes, mais precisamente na página 147, encontro uma figura que me transporta do início das minhas atividades acadêmicas para os meus trabalhos atuais: a caixa-preta.

A figura da "caixa-preta", operador de transformações, de passagem de um equilíbrio para outro, nos termos de R. Barthes, é atualmente uma chave que liga dois momentos

importantes daquilo que poderia ser o eixo narrativo do presente Memorial. Ela está lá no início dos meus estudos de pós-graduação em Antropologia Social na Université René Descartes – Paris V, e é uma noção central nas minhas leituras e trabalhos mais recentes sobre as redes sociotécnicas (RIFIOTIS, 2016a, 2016c; SEGATA, RIFIOTIS, 2016), informados pelos trabalhos de Bruno Latour (1994; 2000; 2002; 20014; 2008). A "caixa-preta", tecnicamente, é qualquer dispositivo sobre cujo funcionamento não temos conhecimento ou cujo modo de operar ignoramos, sendo tipicamente marcado pelas transformações que produz. Tal como a concebo, ela pode ser pensada como um nó, ou melhor, um laço que liga dois momentos, sem revelar como se dá essa ligação. Portanto, a "caixa-preta" funciona como uma totalidade, sendo que as transformações que têm lugar no seu interior são obliteradas em favor do resultado produzido. Ou nos termos de M. Callon e B. Latour (2006, p. 19), que nos mostraram a importância da noção para os estudos da ciência e da técnica,

Une boîte noire renferme ce sur quoi on n'a plus à revenir; ce dont le contenu est devenu indifférent. Plus l'on met d'éléments en boîtes noires – raisonnements, habitudes, forces, objets –, plus l'on peut édifier de constructions larges. (...) Alors que nous passons notre temps à nous battre, comme les ethnométhodologues l'ont montré, pour colmater les fuites et restaurer l'étanchéité de nos boîtes noires, les macroacteurs, eux, ne sont pas obligés de tout renégocier en permanence avec la même ardeur. Ils peuvent compter définitivement sur une force et passer à autre chose pour engager une nouvelle négociation.

De certa forma, é exatamente assim que me vejo ao iniciar a redação deste Memorial, no sentido de que me acostumei a ver a mim mesmo e ao meu trabalho desde uma perspectiva que oblitera os passos e conexões que me levaram ao ponto em que me encontro hoje. Por conseguinte, o exercício que ora realizo me exige rever aquilo que eu tendia a ver como autoexplicativo na minha vida acadêmica. De certo modo, ao escrever a presente narrativa, ficou claro para mim que ela somente pode ser iniciada como uma operação altamente complexa de visibilizar aquilo que me acostumei a adotar como a minha própria imagem, sem fazer talvez todas as devidas perguntas sobre como ela funciona para produzir a minha própria vida acadêmica. Foram momentos decisivos buscando na memória, nos meus livros e cadernos, e (confesso) com a ajuda do meu *browser*, sem o qual algumas peças e nexos de sentido permaneceriam soltos, incompletos. Foram muitas horas procurando anotações, consultando meus livros, e muitas horas também procurando ou simplesmente checando informações na internet.

Correndo riscos de percorrer um caminho desconhecido feito de documentos, livros e do chamado "Dr. Google", reencontrei peças que me são absolutamente familiares, que imagino serem partes de um grande quebra-cabeça – o qual, no entanto, não consigo ver em seu conjunto. Penso que o desenvolvimento da própria narrativa que apresento aqui irá produzir para mim mesmo uma imagem para o momento atual¹. Considero a escrita deste Memorial, ao mesmo tempo, uma interpelação e uma necessidade de narrar; e, portanto, ela possibilitará a emergência de um sujeito narrativo que eu possa chamar de "eu", permitindo que eu mesmo me veja como um resultado dos múltiplos atravessamentos aqui narrados e abra novas possibilidades para a minha vida acadêmica. Porém, não verei uma imagem elaborada por mim previamente, mas uma espécie de resultado do que escrevo, dentro dos limites temporais que se impõem à escrita. Será a partir do que escrevo que o meu próprio escrito me dirá o que me tornei. São os efeitos de sentido que me escapam e com os quais apenas posso dialogar *a posteriori*, com o afastamento judicioso da imagem projetada e interpretada pelos outros². Por essas razões, é preciso prevenir e pedir desculpas aos leitores deste Memorial por uma narrativa não linear, sobretudo na Introdução, que representa uma espécie de ensaio de resumo da minha trajetória acadêmica. Procurei, na Introdução, descrever eventos sempre mantendo como foco as suas relações com a atualidade, porque é desse modo, creio, que a narrativa ganha em relevância por mostrar não apenas o caminho realizado, mas os impasses e as alternativas construídas ao longo do trajeto que apontam para possibilidades e não para efeitos necessários que ligariam todas as peças aqui colocadas. Prefiro pensar que um Memorial é uma exigência formal e uma possibilidade de autorreflexão num momento da carreira em que podemos tender a nos acomodar.

Portanto, considero que há um risco na interpelação de um Memorial, um risco próprio da narrativa que devo produzir e que devo assumir como parte do meu diálogo com a comunidade acadêmica. A narrativa que se segue produz um efeito que, ao mesmo tempo, mostra e ultrapassa o "eu" que a produz, num exercício que, tomo agora consciência, é absolutamente necessário para que eu possa ver a mim mesmo na cena acadêmica, fazendo deste Memorial acima de tudo um exercício de interlocução. Neste momento de exame, de seleção e organização de elementos que comporão a minha narrativa, sou tomado por

¹ O que me fez lembrar o poema "Rios sem discurso", de João Cabral de Melo Neto (1979, p. 26): "(...) um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate".

² Como dizia Umberto Eco no seu *Pós-escrito do Nome da Rosa*: "O autor não deve interpretar. Mas pode contar como e por que escreveu" (ECO, 1985, p. 16).

lembranças, revisto livros, vasculho documentos e arquivos do meu computador e que encontro na internet. Aos esforços para reunir e para fazer emergir tantos elementos, somou-se minha tentativa de construir uma narrativa cruzada, no sentido de que ela mostrasse concretamente a indissociabilidade das atividades de pesquisa, ensino e extensão – estratégia que espero não vir a dificultar a leitura do Memorial³.

Desde que comecei a escrita deste Memorial, fui tomado por um turbilhão de lembranças pessoais e de projetos acadêmicos, de avaliações sobre a vida acadêmica e pessoal. Durante meses, diante do desafio de organizar um relato que se propõe evocar aquilo que Marcel Proust chamava de "memória voluntária", trazendo o passado para o presente, por vezes fui tomado pela "memória involuntária", misturando informações, lembranças e emoções, mas permitindo, assim, que, ao mesmo tempo em que escrevo, eu reviva aquele passado e possa apropriar-me dele.

Confesso que o exercício de escrita, que se iniciou como uma exigência formal, foi tornando-se um movimento de autoconhecimento e de definição de novos horizontes. Algo mais do que uma "recherche du temps perdu", no sentido de simples perda ou rememoração, este exercício, retomando as palavras de G. Deleuze, mostrou que "a revelação final de que há verdades a serem descobertas nesse tempo que se perde é o resultado essencial do aprendizado" (DELEUZE, 2003, p. 20) – e, por isso, ele é ao mesmo tempo um desafio dialógico e criativo.

³ Considero oportuno esclarecer que seguirei, no meu Memorial de Atividades Acadêmicas, a estrutura de tópicos indicada na Portaria n. 982/2013 do Ministério da Educação; e que se encontram no CD que o acompanha as comprovações das principais atividades que me pareceram merecer destaque pelos aprendizados que me proporcionaram na minha vida acadêmica.

INTRODUÇÃO

Meus estudos universitários iniciaram-se em 1975 no curso de Física da Universidade de São Paulo (USP) e foram desde logo marcados pelas minhas atividades no movimento estudantil e pela convergência de interesses que me levaram, rapidamente, para o campo das Ciências Sociais, curso no qual ingressei em 1977, na mesma Universidade. Não foi sem dificuldades que consegui concluir a minha formação nos dois cursos, mas tenho a memória viva daquele período e das experiências que o marcaram.

Do meu primeiro ano no curso de Física, lembro-me da descoberta de um gosto singular pelo que chamávamos de filosofia da ciência e de que esse apreço, ao invés de me aproximar das atividades corriqueiras da formação de base daquele curso, exercícios experimentais nos laboratórios e os estudos de matemática, parecia conduzir-me para fora dele. Rapidamente, ingressei no movimento estudantil e no grupo de teatro da Física – na realidade, do CEFISMA, que naquela época congregava a representação estudantil da Física e da Matemática. Vivi intensamente a experiência de estar na contracorrente de um período marcado pela ditadura militar. A vida universitária naquele momento era intensamente atravessada pela política. A experiência de estudantes na USP transformou a minha vida como um todo, abriu novos horizontes, diferentes daqueles que imaginava profissional e pessoalmente. O ano de 1975 foi excepcional em todos os sentidos e me marcou profundamente.

A vida no *campus* da USP era totalmente distinta das minhas expectativas. E, sendo o primeiro na minha família a ter acesso à formação universitária, foi difícil dar um sentido para todas as experiências daquele primeiro ano, as quais, em todos os aspectos, pareciam levar-me para fora de mim mesmo. Cresceu em mim uma necessidade de engajamento político que até então tinha apenas vagamente entrevisto. O momento era de grande agitação política, e o movimento estudantil tinha um lugar significativo. As greves e manifestações de 1975, especialmente com o assassinato de Vladimir Herzog, foram da maior importância para o desenrolar político do país, e foram momentos únicos no início da minha vida universitária. Lembro com grande emoção que, numa das muitas assembleias estudantis de que participei no belo prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, nos foi apresentado o professor Michel Foucault, que era completamente desconhecido para a maioria de nós,

inclusive para mim. M. Foucault fez um discurso que tomamos como a confirmação de que os "tacões das botas" não silenciariam o nosso inconformismo frente à ditadura militar⁴.

Desde o final do primeiro ano no curso de Física, estava claro para mim que deveria procurar outros caminhos⁵. As leituras marxistas e os intensos debates críticos que ocorreram no calor da militância foram fundamentais para que eu passasse a projetar, já no início do segundo ano universitário, que meu lugar acadêmico estaria nas Ciências Sociais. Após um novo exame vestibular, comecei em 1977 meus estudos nos "barracões", como era chamado o lugar para onde tinha sido transferido o curso de Ciências Sociais, vindo da histórica sede da Rua Maria Antônia, localizada na zona central de São Paulo, no final da década de 1960, para o *campus* da USP no Butantã. Os anos que se seguiram foram fundamentais para a revisão do meu modo de conceber a atividade acadêmica e os lugares que ela pode ocupar no debate público – questões que ainda hoje me mobilizam tanto no campo da pesquisa quanto no campo da extensão, como procuro detalhar mais adiante.

Os primeiros anos nas Ciências Sociais foram de revisão das minhas leituras marxistas e de abertura em relação ao estruturalismo. Foram anos de estudo e de reflexão num ambiente no qual me sentia motivado e permanentemente desafiado tanto pelos professores quanto pelos meus colegas. Vivi inesquecíveis momentos de debates em sala de aula e de conversas nos corredores, espaços onde todos os temas eram permitidos e a discussão era sempre acalorada. No curso de Ciências Sociais, sentia-me um veterano que reiniciava a sua vida universitária; e fui assim definindo meus interesses de pesquisa, que hoje vejo o quanto eram erráticos, entre a leitura sociológica das classes sociais, os textos clássicos de K. Marx, e a filosofia da ciência. Lembro-me, como se fosse hoje, da minha atração pelo estudo de outras formas de conhecimento, os saberes tradicionais, profundamente marcada pela descoberta da "filosofia africana". Ainda me lembro da leitura dos livros *La philosophie bantoue*, de P. Tempels (1948), e *La Philosophie bantoue comparée*, de A. Kagame (1976), bem como de "Le pluralisme cohérent de la notion de personne en Afrique Noire traditionnelle", de L.-V. Thomas (1973), com quem tive o privilégio de discutir meu projeto de pesquisa e que me auxiliou enormemente no encaminhamento tanto do meu mestrado quanto do meu doutorado. Essas leituras, que me foram indicadas numa disciplina intitulada Sociologia da

⁴ Quero dizer aqui que não foi sem surpresa e emoção que alguns anos depois, no início de 1983 para ser mais exato, quando realizava meus estudos de pós-graduação em Antropologia na Université René Descartes – Paris V, tive a oportunidade de atravessar a rua que separa a Sorbonne do Collège de France para acompanhar aqueles que seriam os últimos seminários de Michel Foucault.

⁵ Posteriormente, retomei o curso de Física, porque passei a trabalhar como professor da disciplina no ensino médio. E o concluí em 1981.

África Negra, ministrada pelo professor Fernando Augusto Mourão, mais do que um crescimento de conhecimento, foram uma verdadeira revelação para mim, e foram decisivas para a minha opção pelo mestrado em Antropologia na Université René Descartes, onde atuava o professor Louis-Vincent Thomas.

Meu crescente envolvimento com a etnologia africana levou-me a abandonar meu trabalho no ensino médio e a dedicar-me integralmente aos meus estudos. Concretamente, troquei meus ganhos financeiros no ensino médio privado por uma bolsa como auxiliar no projeto de inclusão dos mais de vinte mil livros do acervo pessoal da professora Gioconda Mussolini doados para a biblioteca de Ciências Sociais e de Filosofia da USP, hoje unificada com outras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e chamada Biblioteca Florestan Fernandes. Meu trabalho consistia em definir termos antropológicos para a catalogação das obras. Foi uma experiência muito rica, que me colocou em contato com um fantástico acervo de obras clássicas, algumas raras, possibilitando uma autêntica viagem pela história da antropologia, assim como a reflexão sobre os sistemas de classificação e incorporação de novos descritores, que eu poderia sugerir como modo de tornar o acesso mais atualizado e específico para os pesquisadores das Ciências Sociais. Essa atividade foi acompanhada pelo estreitamento de laços e conversas informais com o professor Fernando Augusto Mourão, que dirigia o Centro de Estudos Africanos da USP, o qual eu frequentava diariamente como local de pesquisa preparando meu projeto de mestrado. Surgiu, então, a possibilidade de trabalhar como auxiliar na catalogação de um acervo africanista que também seria incorporado à Biblioteca de Ciências Sociais e Filosofia. Foi nesse trabalho que minha curiosidade pelos saberes tradicionais africanos e pela literatura oral se transformou em um projeto sobre a imagem dos velhos nas sociedades banto-falantes. Um projeto que atravessou o meu mestrado e doutorado, como comento mais adiante.

Muitos professores foram importantes naqueles momentos de construção de uma espécie de objeto de desejo que me impulsionasse para a vida acadêmica. Porém, o momento mais marcante para mim foram as conversas com o Professor Ruy Galvão de Andrade Coelho. Mesmo durante sua intensa atividade administrativa, ele sempre estava disponível para receber jovens estudantes e pensar com eles, trazendo seu vasto e profundo conhecimento com a naturalidade de quem está conversado com seus pares. A simplicidade daquele mestre sempre me impressionou e me motivou a ir muito além do que já parecia inatingível para mim. Foi esse erudito que me apresentou a virada hermenêutica e as contribuições de C. Geertz, numa conferência proferida quando eu me preparava para iniciar

o meu mestrado na França. Foi um dos momentos acadêmicos mais importantes da minha formação, um grande momento para superar os impasses entre marxismo e estruturalismo – os quais dominaram a minha formação nas Ciências Sociais da USP – e que marcou a minha concepção do fazer antropológico. Foi ele também que me indicou como possível orientador o professor Louis-Vincent Thomas. E, com apoio dele e do professor Fernando Augusto Mourão, que mais tarde viria a ser meu orientador no doutorado, resolvi dar um passo que mudaria os rumos da minha vida acadêmica e pessoal.

A via que escolhi para dar continuidade aos meus estudos foi a etnologia africana e os estudos sobre o envelhecimento nas sociedades banto-falantes. Minha chave analítica foi se consolidando em seminários e leituras sobre a "literatura oral africana" e a figura dos velhos, a partir de uma narrativa encontrada no material africanista que estava classificando. Era uma narrativa que me tocou profundamente, porque falava sobre o conflito entre "jovens" e "velhos", sobre a morte dos "velhos". Minha pesquisa começou a ter um foco específico e tomou uma narrativa coletada entre os Makonde de Moçambique por Manuel Viegas Guerreiro no final dos anos 1950 e publicada posteriormente na coleção "Os Macondes de Moçambique" (1966). A análise daquela narrativa seguiu-se por todo o mestrado e doutorado, repercutindo ainda em publicações posteriores que tiveram como eixo o estudo de narrativas (RIFIOTIS, 1998a; 2007a)⁶. Além do mais, eu procurava tematizar a relação entre saber e poder, inspirado por uma questão fulcral do pensamento foucaultiano; buscava problematizar nas sociedades de tradição oral a relação entre jovens e velhos e me instigava a continuar meus estudos com uma formação mais sólida na etnologia africana. Por isso a escolha de um centro internacionalmente reconhecido com pesquisadores como G. Balandier, D. Zahan, L.-V. Thomas e P. Laburthe-Tolra, que foi meu orientador de mestrado (DEA, Diplôme d'Études Approfondies). Defendi o mestrado na Université René Descartes – Paris V em 1983, com apoio de bolsa do governo francês.

Foram anos de formação em que pude seguir livremente seminários em várias instituições e fiz contatos que duram até o presente momento no campo acadêmico. Destaco especialmente o seminário de Etnologia e linguagem ministrado pela professora G. Calame-Griaule, autora de obras fundamentais (CALAME-GRIAULE, 1965; 1970), especialista em

⁶ RIFIOTIS, T. O ciclo vital completado. A dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: LINS DE BARROS, M. M. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a, p. 85-110.
RIFIOTIS, T. Ancestrality and Age Conflicts in Black-African Societies. In: AGUILAR, M. (org.). **Rethinking Age in Africa: Colonial, Post-Colonial and Contemporary Interpretations.** Trenton (NJ): Africa World Press, 2007a, p. 199-227.

literatura oral africana, que me apoiou no desenvolvimento do mestrado. Minha dissertação consistiu basicamente na tradução da narrativa sobre o conflito entre "jovens" e "velhos", a partir de uma tradução livre proposta por M. V. Guerreiro (1966), intitulada "Aldeias de jovens", e na revisão da literatura etnológica africanista pertinente.

Na França, trabalhei muito anos com Jacqueline Roumeguère-Eberhardt, uma africanista de campo, a quem devo muito, e por isso a considero minha "guru", além de ter-me dado o privilégio de partilhar a sua amizade. Seus trabalhos sobre a ideia de antagonismo e complementaridade foram um grande estímulo para o desenvolvimento da minha tese de doutorado e, posteriormente, para discussão sobre a produtividade do conflito e o valor moral da "violência", noções estruturantes dos meus trabalhos atuais. Além do mais, ela era grande apreciadora e colecionadora de esculturas dos Makondes e foi importante para o meu desenvolvimento na etnologia africana⁷.

Após a conclusão do mestrado, apoiado por L.-V. Thomas iniciei meu doutorado na mesma instituição. Logo no final do primeiro ano de estudos, fui convidado para atuar como antropólogo num projeto de cooperação entre França e Moçambique coordenado por uma ONG francesa chamada CRIAA (Centre de Recherche et d'Information sur les pays Africains et Arabes). Aquele projeto financiou a minha viagem e estada entre os Makonde por quatro meses no final de 1984⁸. Foi a minha primeira experiência como antropólogo em campo, a minha entrada na tradição antropológica. Foi quando de fato senti o gosto de uma espécie de confirmação. Meses de estranhamento e de aprendizado. São muitas as histórias daquela vivência. Foi o meu batismo. Passados mais de trinta anos, ainda tenho lembranças vivas daqueles dias.

Minha trajetória acadêmica mudou significativamente a partir do trabalho de campo. Enfrentei todas as dificuldades da inadequação e da falta de conhecimento do cotidiano Makonde. A literatura que havia trabalhado no mestrado era datada do final dos anos 1950 e, portanto, defasada das experiências que vivi em campo. Lembro-me da minha chegada à primeira aldeia Makonde. Depois de um complicado e longo voo entre Paris e Maputo, via Lisboa, e após muitas peripécias, chego a Pemba, capital da província de Cabo Delgado, onde fica a região chamada de Planalto Makonde. A partir daí, ainda viajo mais de nove horas às

⁷ Ela foi responsável pelo meu interesse pela arte escultórica dos Makonde (RIFIOTIS, 1994; 1995) e encorajou-me a produzir material audiovisual e organizar exposições em várias cidades do Brasil.

⁸ O projeto visava a uma ajuda humanitária europeia para os atingidos pela seca e pela guerrilha no sul de Moçambique. Basicamente, tratava-se de estimular a troca de produtos agrícolas por mercadorias vindas de distintos países europeus, possibilitando que a produção da região Makonde viesse a suprir as necessidades do sul do país.

margens da estrada que havia sido destruída pela guerrilha, na boleia de um caminhão. Finalmente, vejo uma aldeia, "aldeia comunitária", como se dizia à época. Entrando na aldeia, logo vislumbro a *chitala*, casa dos anciãos tal como era definida na literatura, e leio nas suas paredes "NOVEMBRO 1983. Dominar a ciência e a técnica para construir o socialismo". Apresenta-se o presidente da aldeia... nada mais distante do que poderia chamar de conselho de anciãos.

Foram meses de grande aprendizado pessoal e antropológico. Em todos e em cada um, via uma fonte inesgotável de saberes. Aprendizado sobre a cultura Makonde, sobre a minha própria cultura e sobre mim mesmo. Ao desconhecimento somava-se um sentimento de inadequação, e ambos eram como fontes de aprendizado e ao mesmo tempo de coleta de dados – estes últimos sempre elementos parciais que, à época, gostaria que compusessem um grande quadro, aquele que resulta da escrita etnográfica.

Há uma vasta profusão de situações que gostaria de relatar aqui. Mudanças que se realizam concretamente e se confundem no dia-a-dia, sejam climáticas, alimentares, de relações interpessoais, de se ver branco, um estranho, a raridade da água, e tantas outras, ou o medo de que a guerrilha avançasse sobre a área do Planalto de Mueda (o que quase aconteceu nos dias próximos de minha partida). Ou quando, na primeira ocasião que tive de estar sem atividade após um rico almoço gentilmente oferecido, resolvi contar a narrativa da "aldeia dos jovens"...

Logo ao iniciar a minha narrativa dizendo o "título" *Makaya a vanemba* (aldeias de jovens-iniciados-não-casados) e procurando mostrar algum conhecimento da língua Makonde (Ki-Makonde), a minha pequena audiência reclama: *mene, mene...* (não, não!!!). Tento explicar inutilmente que se trata de um *nkoño* (um conto). Não há *makaya a vanemba*, e ponto final. Senti que tinha acabado a minha tese, num brevíssimo diálogo ocorrido após um almoço restaurador, tudo nos cânones da etiqueta Makonde, ou seja, com os convidados servidos dentro da casa do nosso anfitrião, onde desfrutamos uma deliciosa refeição, enquanto o *mwene kaya* (dono da casa) e os outros permaneciam no exterior da casa. Por mera gentileza, um dos presentes pediu para saber mais desse *nkoño* estranho. Eu inicio o relato com o título e as primeiras frases, que eu sabia de cor; a sequência, um intérprete a traduz... A narração tropeça, entre mim e o intérprete, nos detalhes; porém curiosamente a sequência nunca parece estranha à audiência, nem mesmo a morte dos *vannañolo* ("velhos") pelos *vanemba* ("jovens"). Recebi, além de tudo, explicações sobre os problemas que enfrentava teoricamente

sobre como tratar o conflito, a ancianidade, a gerontocracia e a ancestralidade⁹. Era apenas eu, estrangeiro, num momento em que se diz *nkoño* que estava novamente inadequado... Mais um aprendizado, uma peça que não fazia totalidade, e aquela sensação de cansaço, de impotência.

Lutei muito contra essa imagem idealizada de antropologia não somente enquanto estive em campo, mas, sobretudo, depois, na escrita daquela experiência no mundo dos Makonde¹⁰. Lembranças, rios de lembranças, peças que precisam de algo mais para que elas fluam em forma de memória e de narrativa. A pergunta que me fazia era: como reunir, dar um sentido, encontrar a coerência de uma pressuposta totalidade que era para mim a cultura Makonde?

A minha falta de experiência inviabilizava a minha própria experiência em campo, e parecia obrigar-me a encontrar coerências e sentido para além dela, de tal forma que diariamente eu pensava em como reunir todas as informações e delas produzir a minha etnografia. Não me dava conta daquilo que R. Wagner (2012) chama de "invenção da cultura", noção por meio da qual hoje, ao me reportar àquela experiência, posso colocar os estudantes na situação experimental do campo da maneira mais franca e direta, e conceitualmente mais elaborada – longe de um simplismo romântico e exótico do estar em outras culturas, mas pontuando as operações que fazem de nós antropólogos e como elas não são tão distintas quanto nos acostumamos a imaginar pelas leituras clássicas sobre etnografia. A minha experiência entre os Makonde, interpretada à luz das contribuições de R. Wagner, fica revigorada – e é isso que espero comunicar em minhas aulas.

Recentemente, elaborando um material didático para as aulas sobre etnografia, resolvi trazer algumas poucas fotos que tenho do meu trabalho de campo na minha apresentação com *datashow*, ao invés de simplesmente evocar situações de campo e estratégias de pesquisa que adotei. É muito revelador o efeito positivo que fotos de trinta anos atrás podem ter para os estudantes, sobretudo para os de graduação. Há nelas uma dimensão vivencial que reafirma o valor do fazer antropológico. Naturalmente, enquanto estava em campo, não pensava nessa dimensão, nem imaginava que ela poderia um dia ser transformada em material didático. Foi uma experiência que trinta anos depois ainda dá frutos para o meu trabalho, principalmente como professor. Voltando do campo, tive de enfrentar os relatórios para a ONG e relatar as

⁹ Foram pistas substanciais para o desenvolvimento dos meus trabalhos citados anteriormente na nota 6 (RIFIOTIS, 1998a; 2007a).

¹⁰ Enquanto naquela época imaginava que a etnografia deve representar o mundo dos outros, como uma espécie de espelho, hoje adotaria uma definição na qual ela é "(...) uma prática particular de representar a realidade social de outros através da análise da própria experiência no mundo dos outros" (EMERSON et al., 1995, p. 10).

questões antropológicas que havia identificado para a implantação do projeto. Tratava-se de textos bem limitados e fora dos meus interesses para a pesquisa do doutorado, mas o esforço em produzi-los me assegurou um interessante aprendizado sobre ONGs de cooperação internacional. Ademais, via esses relatórios como uma ocasião para mostrar a importância da antropologia fora do campo acadêmico, um modo de trazer outras vozes para a definição de políticas sociais.

Por outro lado, pensava naquela experiência como um pré-campo, destinado a ser revisitado numa segunda estada muito mais longa e preparada, voltada para a minha pesquisa de doutorado. Por questões pessoais, em 1985 tive de voltar ao Brasil e reequacionar o meu doutoramento, que apenas foi iniciado em 1987, já como professor universitário.

Na volta ao Brasil, fiz um concurso público para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi uma espécie de acaso o local do concurso, porque surgiu como uma sugestão de um amigo, Christian Azais, um francês que já era professor naquela instituição e que conheci atuando no mesmo projeto em Moçambique¹¹. Quando soube que eu voltaria para o Brasil, ele me falou sobre o concurso, para o qual acabei por ser aprovado, mesmo sem ter ainda defendido o doutorado. Atuei no Departamento de Ciências Sociais de 1985 até 1995, quando fui transferido para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atuo até hoje, junto ao Departamento de Antropologia.

Na UFPB exerci cargo de subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia e fundei o Laboratório de Ciências Humanas, Informática e Pesquisa, chamado até hoje de CHIP, introduzindo e disseminando o uso de informática e das redes no ambiente das Ciências Humanas daquela instituição, além de ser o organizador da IV Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste, em 1994. Foi com o apoio daquela instituição que realizei meu doutorado; e foi lá que realmente senti que estava iniciando uma carreira acadêmica. Em vista disso, valorizo muito aquele período e as experiências como professor, orientador e administrador. Sem aqueles anos de trabalho e formação, sem a acolhida que recebi e sem o envolvimento que tive com a UFPB, não consigo imaginar uma trajetória acadêmica para mim. Foi no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB, no qual fui convidado a atuar já em 1985, que realizei as minhas primeiras orientações de mestrado e de iniciação científica. Anos mais tarde, participei da organização do curso de Ciências Sociais, cuja primeira turma iniciou em 1994. Com diversos apoios institucionais, dentro e fora da UFPB,

¹¹ Sou-lhe grato por todo o apoio que me deu desde os primeiros momentos em João Pessoa. Ele é atualmente professor na Université de Picardie Jules Verne, em Amien (França).

consegui organizar um material audiovisual sobre a arte Makonde e realizar exposições tanto em João Pessoa quanto em Recife e em São Paulo. Trata-se de um material que levei também para a UFSC em 1994, iniciando meu intercâmbio com aqueles que seriam meus futuros colegas.

Foi ainda em 1994, em contato com a professora Miriam Grossi – a quem conheci durante a realização do mestrado na Université René Descarte –, que teve início o processo de transferências da UFPB para a UFSC¹². A ideia me atraiu muito, sobretudo pela possibilidade de criarmos um Curso de Doutorado em Antropologia. No entanto, meu compromisso com os colegas e com a UFPB não me permitiu aceitar a transferência sem que houvesse uma vaga em contrapartida, assim como havia evitado outras propostas de transferência após o doutorado. E, portanto, preferi manter-me na UFPB pelo mesmo tempo do meu afastamento para doutorado. Adiei o pedido de transferência até que fosse possível deixar uma vaga para concurso para a UFPB, o que aconteceu somente no final de 1995, quando definitivamente fui transferido. No ano seguinte, fui chamado para compor a banca de concurso para a vaga em questão, e em 1998 atuei como professor convidado por um período de quatro meses.

A parceria com grupos de pesquisa, militantes dos Direitos Humanos e grupos feministas na Paraíba manteve-se mesmo após a minha transferência para a UFSC. Juntos, organizamos seminários, cursos para a Polícia Militar e Polícia Civil, reuniões de grupos de pesquisa, atuação com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e publicações que me permitiram desenvolver as minhas pesquisas. Destacaria aqui especialmente o curso para agentes e delegadas da Delegacia da Mulher de João Pessoa e Campina Grande, os quais me abriram as portas para a pesquisa etnográfica realizada na capital do estado entre dezembro de 1998 e abril de 1999 (cf. RIFIOTIS, 2004)¹³. Meus estudos sobre os Direitos Humanos são também caudatários do intercâmbio desenvolvido com colegas da UFPB, sobretudo pelas oportunidades que me abriram para apresentar meus trabalhos e de diálogo, assim como as

¹² Destaco que o diálogo com Miriam Grossi está presente em muitos dos meus trabalhos mais recentes e que lhe sou grato pela parceria que manteve comigo como co-coordenadora do LEVIS.

¹³ RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. In: **Revista Sociedade e Estado**, UnB, Brasília, v. 19, n.1, p. 85-119, 2004.

publicações que deles decorreram (RIFIOTIS, 1998b, 2007b, 2008a; RIFIOTIS e RODRIGUES, 2008; RIFIOTIS e MATOS, 2010)¹⁴.

Na UFSC, logo no início de 1996, já participava da coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) como vice-coordenador e fui diretamente responsável pela elaboração do projeto de doutorado em Antropologia, que iniciou suas atividades em 1999. Na parte administrativa, atuei como subcoordenador do PPGAS em várias ocasiões (1996-1998; 2001-2002; de agosto de 2010 a janeiro de 2011), e também como coordenador, além de presidir a comissão organizadora da V Reunião de Antropologia do Mercosul em 2003, que foi importante para a internacionalização do nosso Programa. A minha experiência na UFPB foi renovada na UFSC com desafios mais especificamente ligados ao campo antropológico, tanto no que tange às disciplinas quanto com relação às orientações.

Lecionei na UFSC nos cursos de Graduação em Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social e Medicina, e posteriormente no de Antropologia. Ministrei disciplinas de Introdução à Antropologia, Teoria Antropológica, Métodos e Técnicas de Pesquisa, e a de Antropologia dos Conflitos e das Violências, que está integrada à organização curricular. Nos últimos anos, lecionei também Práticas de Escrita, da qual fui o primeiro professor, definindo uma estratégia didática para a disciplina, e Seminário de Escrita, ambas para os estudantes de Antropologia. Criei uma optativa para introduzir conteúdos de cibercultura e redes sociotécnicas na graduação de Antropologia. Na pós-graduação, leciono regularmente a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa II e a optativa da matriz curricular Antropologia dos Conflitos e das Violências, na qual recebo estudantes de vários cursos de pós-graduação da UFSC. Além disso, introduzi em 2010 os conteúdos da Teoria Ator-rede como optativa, sendo que ela vem sendo regularmente ministrada como Tópicos Especiais.

Minha atuação se dá também em Comissões do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CFH, Comissões de Seleção de Mestrado e, principalmente, de Doutorado do PPGAS, Programa de bolsa de Pós-doutorado (PNPD), Avaliação de Estágio Probatório, além

¹⁴ RIFIOTIS, T. Violência e cultura no projeto de René Girard. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, Florianópolis, v. 30, 1998b.

RIFIOTIS, T. Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales. In: ISLA, A. (org.). **En los márgenes de la ley**. Inseguridad y violencia en el cono sur. Buenos Aires, Barcelon, México: Paidós, 2007b, p. 229-250.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 225-236, 2008a.

RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

RIFIOTIS, T.; MATOS, M. Judicialização, direitos humanos e cidadania. In: FERREIRA, L.F.G. et al. (orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em direitos humanos nas ciências sociais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 241-288.

de outras Comissões *ad hoc*. Além disso, coordeno dois núcleos de pesquisa ligados ao Laboratório de Antropologia Social do PPGAS. De fato, desde que ingressei na UFSC, venho me dedicando aos trabalhos de formação, pesquisa e extensão, além da coordenação do Laboratório de Estudos das Violências, desde 1996, e do Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber), desde 1997¹⁵. São esses meus espaços referenciais, através dos quais, ao longo dos últimos anos, venho organizando minhas atividades acadêmicas.

Faço aqui uma parada para introduzir uma questão que o exercício reflexivo do presente Memorial me colocou como uma necessidade, que não é nova para mim, mas que aqui e agora cria possibilidades de uma renovada compreensão sobre o meu investimento em duas frentes de trabalho que poderiam resumidamente ser nomeadas como violência/justiça e cibercultura. Com o desenvolvimento das atividades do LEVIS e do GrupCiber, realizo pesquisas, orientações de trabalhos de graduação e pós-graduação, além de estabelecer parcerias ao longo de duas décadas de trabalho. Revendo agora as redes que ao longo dos anos foram construídas, vejo algumas que persistem, outras que deixaram suas marcas, e outras ainda que estão sendo refeitas com os fios que ficaram soltos, além de novas que estão no meu horizonte para os próximos anos, como comentarei mais adiante.

Aproveito, então, este exercício de reflexão para colocar em dia meus próprios pensamentos sobre a atualidade e pertinência das pautas de pesquisa que esses dois espaços ainda podem representar. Sem pretender explicar ou criar uma razão superior, exponho a seguir os marcos em que se desenvolveram aquelas duas frentes de pesquisa e ensino.

Revisitando o LEVIS, penso na intensiva vida das atividades em torno dos objetos da "violência", segurança pública, justiça e dos Direitos Humanos, que, vista desde hoje, deixa evidentes a grande vontade de saber social e as expectativas com políticas sociais promotoras de equidade. Vejo a agenda social da década de 1990 e princípio dos anos 2000 com suas disputas sobre o significado e estratégias de ação voltadas para o campo da chamada "violência". A problematização da noção de "violência" como problema social e sua composição moral foram e ainda parecem ser aspecto estruturante do LEVIS e que especifica a nossa atuação no campo acadêmico nacional, tendo em vista as demandas que nos são apresentadas para uma revisão conceitual e a necessidade de alternativas às políticas públicas

¹⁵ Tenho grande orgulho de poder afirmar que o GrupCiber é pioneiro no estudo antropológico da cibercultura no Brasil.

baseadas na noção de crime e, por conseguinte, na intervenção penal¹⁶, que venho trabalhando em termos de uma judicialização das relações sociais (RIFIOTIS, 1997a, 1999, 2008b, 2014a, 2015; RIFIOTIS e MATOS, 2010)¹⁷.

O eixo central da minha argumentação tem sido a falta de uma problematização sobre a noção de violência e suas implicações na agenda social e de pesquisa. Refiro-me especialmente ao que chamei de construção social da violência no sentido de que os estudos acadêmicos deveriam aprofundar seus investimentos no processo de homogeneização implícito tanto no uso corrente do termo quanto nas definições científicas. Resumidamente, o principal efeito da crítica à homogeneização é dar espaço para a análise da pluralidade da violência que não seja traduzida diretamente em uma simples tipologia (RIFIOTIS, 2008a). O segundo efeito seria o de tornar invisível a existência de três discursos que são complementares: aquele que é *contra* a violência, ou seja, representa a indignação; aquele de ordem analítica, que seria um discurso *sobre* a violência; e, finalmente, o discurso *da* própria violência, ou seja, sua capacidade expressiva e significativa das práticas sociais (RIFIOTIS, 1997a; 1999; 2006; 2008b)¹⁸. O terceiro, que detalharei mais adiante, é a produtividade da violência, que tem sua origem no meu trabalho de doutorado (RIFIOTIS, 1998b; 2007c)¹⁹.

Meu doutorado foi realizado na Universidade de São Paulo e foi concluído no início de 1994, com apoio da CAPES. Como referido anteriormente, ele é uma continuidade do mestrado sobre narrativas do ciclo cultural banto-falante, as quais versavam sobre o conflito entre grupos etários e a morte dos velhos. Minhas análises destacaram a importância de analisarmos o ciclo vital incluindo a condição de ancestral e também uma produtividade do conflito. Ou seja, como tenho abordado em cursos e orientação de pesquisas de graduação e

¹⁶ A abordagem que venho desenvolvendo, baseada em literatura especializada – como se vê nas publicações aqui referidas –, tem repercutido tanto nos meios acadêmicos quanto em instituições e grupos sociais ligados à intervenção no campo jurídico nacional.

¹⁷RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, Florianópolis, v. 19, 1997a.

RIFIOTIS, T. A mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema). **Revista São Paulo em Perspectiva**, 13(4), São Paulo, SEAD, 1999, p. 28-41.

RIFIOTIS, T. Violência e poder: Averso do avesso? In: NOBRE, R. F. (org.). **O Poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b, p. 157-173.

RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**, USP, v. 57, p. 119-149, 2014a.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, v. 45, p. 261-295, 2015.

¹⁸ RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, UFC, v. 37, p. 27-33, 2006.

¹⁹ RIFIOTIS, T. Direitos Humanos: sujeitos de direitos e direitos dos sujeitos. In: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. de F. G.; FEITOSA, M. L. P. de A. M.; ZENAIDE, M. de N. T. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007c, p. 231-244.

pós-graduação e em conferências fora do âmbito universitário, a negatividade da violência e do conflito é um implícito social que precisa ser problematizado criticamente para que possamos qualificar a intervenção social e a nossa compreensão da própria gramática deste campo – compreensão que caracterizei em trabalhos anteriores como sendo marcada pela negatividade, exterioridade e homogeneização (RIFIOTIS, 1997a; 2006; 2008b).

Durante o doutorado, tive oportunidade de retomar contato com colegas e professores com os quais havia tido contato durante o mestrado na França e de ter acesso a valiosos documentos inacessíveis – naquela época, sem a internet –, a não ser por meio de consulta direta e de fotocópias. Lembro-me, dentre muitos outros episódios, especialmente dos encontros com o professor Emilio Bonvini, da École Pratique des Hautes Études – 4e section, de Paris, que infelizmente não pôde estar na minha banca de defesa do doutorado; e da retomada do contato com a professora Jacqueline Roumeuguère-Erberhardt, com a professora Marguerita Xanthakou (pesquisadora do LAS – Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France), e com Jean-Luc Jamard (CNRS/França). A todos sou muito grato pelo apoio em termos de acesso a material de pesquisa e literatura, mas também por compartilharem comigo seus conhecimentos num momento fundamental para o início de uma pesquisa – quase sempre solitária – de doutorado.

Seguir a ideia de uma, digamos, teoria nativa do conflito, como vejo o resultado do meu mestrado, um modo de ver o conflito não apenas como uma simples disputa e partes antagônicas, mas como uma relação, discutir a sua "positividade" ou "produtividade" social, foi um passo muito complicado. A tese foi um longo percurso para mostrar a existência de outros saberes sobre o conflito que estudei entre sociedades banto-falantes, como já me referi anteriormente. A partir da minha tese de doutorado, sentia-me encorajado a entrar num campo absolutamente controverso e atual, tanto na agenda acadêmica quanto na agenda social, que era o campo dos estudos da "violência" já nos anos 1990 no Brasil. Foi um passo muito difícil e que me custou muito investimento teórico e de pesquisa para avançar numa "descoberta" de doutorado. Desde os primeiros eventos de que participei procurando problematizar a noção de "violência", percebi ao mesmo tempo um vivo interesse pelo aprofundamento teórico e, ao mesmo tempo, uma resistência em avançar nos marcos conceituais. Entendo que é representativa, por exemplo, a menção que Alba Zaluar faz dos meus primeiros trabalhos na sua sistematização no livro "Violência e Crime", da coleção da ANPOCS intitulada "O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995)". A crítica de A. Zaluar foi muito importante para que pudesse aprofundar ainda mais a minha

reflexão e para que realizasse uma revisão sistemática da literatura do campo, organizasse as minhas reflexões iniciais em termos mais consistentes e fizesse uma revisão da minha própria abordagem.

Hoje, depois de muitos anos de interlocução com outras abordagens e sistematização da literatura, tenho procurado compartilhar a abordagem que adotamos no LEVIS como estudo da "produtividade da violência", o que se refere basicamente ao caráter expressivo e transformador do conflito. A respeito desse aspecto, por sua vez, encontramos indicações claras em distintos autores, de diferentes épocas e filiação teóricas, como nos escritos de M. Gluckman (1966) sobre rituais de rebelião; P. Clastres (1988), sociedade contra o Estado; R. Girard (1990), sagrado; M. Sorel (1910), lutas sociais; mas também em G. Simmel (1992) sobre conflito; ou W. Benjamin (1978), polícia e direito; ou J. Katz (1988) em seus estudos sobre a sedução do crime; M. Maffesoli (2004), sobre vontade de comunhão. O próprio trabalho de M. Sahlins (1976) contribui para essa discussão quando evoca a diferença entre graus de reciprocidade: 1) polo positivo: reciprocidade generalizada ou equilibrada, implicando uma solidariedade entre os parceiros; 2) polo negativo: uma reciprocidade negativa (rapto, injúria, etc.).

Há, portanto, várias perspectivas teóricas a serem exploradas; e foi a essa tarefa que me dediquei nos meus trabalhos sobre a produtividade da violência e do conflito, em diálogo e aprendizado com colegas reconhecidos no campo, como, por exemplo, Alba Zaluar, Luiz Eduardo Soares, Sérgio Adorno, César Barreira, Guita Grin Debert e Daniel Simião²⁰.

Meu esforço no campo acadêmico e na agenda social nos últimos anos tem sido o de propor uma leitura sobre os efeitos da noção de violência. Não apenas procurando mostrar problemas interpretativos ou conceituais – mesmo que tenha insistido nessa abordagem inicialmente –, mas também procurando realizar um esforço de problematização da violência, publiquei um artigo em 2014²¹. Na mesma linha, recentemente tive a ocasião de rever e aprofundar aquele texto para uma comunicação no Congresso Bianual da EASA (The European Association of Social Anthropologists) em Milão em 2016, no qual lancei um

²⁰ Gostaria de expressar a minha dívida para com os colegas citados e para com muitos outros com os quais tive o privilégio de compartilhar quase duas décadas de interlocução – raramente convergente, diga-se de passagem. Muitos desses diálogos ocorreram em circunstâncias como a Reunião Brasileira de Antropologia, os Encontros da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Reunião de Antropologia do Mercosul, os Encontros de Antropologia do Direito da USP, e muitos outros. Cabe uma palavra especial ao permanente aprendizado que me possibilitou a parceria com Guita Grin Debert, cuja competência e generosidade foram fundamentais na minha vida acadêmica.

²¹ RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**, USP, v. 57, p. 119-149, 2014a.

primeiro desenho da problematização de três eixos analíticos inter-relacionados e complementares para o estudo da violência:

- 1) produtividade e o caráter moral das violências;
- 2) judicialização das relações sociais e o sujeito de direito; e
- 3) construção do sujeito-vítima.

Trata-se de um objetivo que compõe o meu projeto atual como bolsista do CNPq, intitulado "PROGRAMA DE PESQUISA 2016-2020: Estudo da judicialização da violência de gênero numa perspectiva comparada entre Brasil e Canadá (Quebec)", no qual encontro uma renovada energia para dar continuidade aos meus trabalhos, especialmente através de redes de cooperação internacional. Destacam-se, no caso do projeto aprovado pelo CNPq como bolsa de produtividade 1D, as parceiras que estou construindo com a Universidade de Montréal, UNISCIENCES – Université de Lausanne, IRIS/EHESS de Paris, Université de Strasbourg, bem como com a Universidad de Buenos Aires e a Universidad de Mar del Plata, na Argentina. O projeto envolve ainda, no Brasil, o PAGU/UNICAMP e o Instituto de Estudos de Gênero/UFSC.

Quero destacar que a noção de problematização, no sentido que venho adotando, é mais ampla do que uma leitura teórica crítica e tem implicações mais amplas do que uma revisão teórica²². Nos termos de Foucault (1984, p. 18), pode ser definida nos seguintes termos:

Problématisation ne veut pas dire représentation d'un objet préexistant, ni non plus création par le discours d'un objet qui n'existe pas. C'est l'ensemble des pratiques discursives ou non discursives qui fait entrer quelque chose dans le jeu du vrai et du faux et le constitue comme objet pour la pensée (que se soit sur la forme d'une réflexion morale, de cela connaissance scientifique, de l'analyse politique, etc.).

Assim, na própria redação deste Memorial, pensando no meu trabalho sobre a noção de "violência" e de judicialização da violência de gênero, dou-me conta da importância que este projeto de problematização terá para a continuidade dos meus trabalhos acadêmicos. Afinal, na minha *démarche*, a crítica a um conceito é apenas uma etapa, que somente se completa quando compreendemos que funções ele cumpre no campo e quais são seus efeitos na agenda social.

²² Destaco aqui, dentre outras fontes, a importante entrevista concedida por M. Foucault a P. Rabinow sobre a temática (FOUCAULT, 1984a), e a recente leitura de um texto de J. Revel (2004) intitulado "Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu?", que contribuíram para a retomada desse ponto. Sinto-me compelido a investir na revisão crítica dos conhecimentos acumulados nestes anos para aprofundar o projeto de problematização da "violência".

Uma outra frente de trabalho que se abriu com a tese de doutorado – e que, confesso, não era visível para mim no início – foi o trabalho com computadores e, posteriormente, com a internet. Destaco que foi durante o trabalho de análise do material narrativo para a minha tese que comecei a investir intensivamente nos meus conhecimentos em informática e na então emergente internet, que posteriormente chamei de "cibercultura". Aliás, o final da década de 80 do século passado foi marcado pela emergência dos computadores, assim como o final da década de 90 o foi pela internet. Com experiências num mundo onde a informática era feita com cartões perfurados e imensas máquinas, os *mainframes*, pela linguagem de programação Cobol, não pensava que poderia trazer minha pequena experiência como estudante de Física para o meu campo de doutoramento em etnologia africana.

Durante os anos de tese, investi intensivamente num projeto de "análise automática" do meu material narrativo. Um projeto em parte herdado do estruturalismo e do uso de recursos em informática para análise de mitos, inspirado nos trabalhos de Pierre Maranda (1967, 1971), ao qual pretendi acrescentar os recursos da então emergente "inteligência artificial". Um projeto que, se não vingou como parte da minha tese, levou-me a um grande investimento no conhecimento dos recursos de informática e a refletir sobre a sua vertiginosa disseminação nos anos 1980-1990. Na UFSC, desde a minha transferência procurei transformar o meu envolvimento com o campo digital para estudar e incentivar a incorporação de dispositivos de *software* e *hardware* nas Ciências Sociais, o que redundou na criação do GrupCiber.

No Brasil, a primeira dissertação de mestrado em antropologia do ciberespaço foi defendida em nosso Programa em 2000, por Maria Elisa Máximo²³, cuja trajetória acompanhei desde a iniciação científica, mestrado e doutorado e que se tornou coordenadora e cofundadora do GrupCiber, um domínio de pesquisa antropológica centrado nas tecnossocialidades e nos problemas de pesquisa etnográfica no ciberespaço. Discutimos em muitos eventos e em várias publicações essas questões, que estão em grande parte reunidas no livro "Antropologia no Ciberespaço"²⁴. Tenho investido no campo através de disciplinas que criei no Curso de Graduação, de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq, como

²³ A orientação dos trabalhos de pesquisa de Maria Elisa Máximo, primeiro estudando listas eletrônicas de discussão e depois *blogs*, foi de certo modo a minha possibilidade de continuar investindo no campo da cibercultura. Sou-lhe muito grato por todos os trabalhos realizados em conjunto e pelo compartilhamento de experiências e aprendizados mútuos, que perduram até hoje, em parceria com o Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina, onde atua como professora desde a conclusão de seu doutorado.

²⁴ RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (orgs.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

detalharei mais adiante, e de orientações a trabalhos de estudantes desde 1996. Para ser mais preciso, publiquei pela primeira vez sobre cibercultura quando ainda estava ligado à UFPB²⁵.

Costumo narrar minha experiência no GrupCiber lembrando a virada que realizamos a partir de 2008, com a incorporação da chamada "teoria ator-rede" de M. Callon e B. Latour, a leitura de D. Haraway, a revisita aos trabalhos de M. Mauss sobre a técnica, além da leitura renovada de um artigo que atravessa toda a nossa experiência de trabalho – "Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture", de A. Escobar, de 1994. São trabalhos que venho comentando nos últimos anos em artigos como "Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: O lugar da técnica"²⁶ e, mais recentemente, "Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação"²⁷ e que tenho chamado de questões de políticas etnográficas. Lançamos neste ano o livro "Políticas Etnográficas no campo da Cibercultura", organizado por mim e por Jean Segata – ex-orientando, hoje professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, com apoio da Associação Brasileira de Antropologia, CNPq, CAPES, FAPESC e UFSC.

Com este mesmo título, qual seja, "políticas etnográficas", organizei com Jean Segata mesas-redondas em eventos nacionais (ANPOCS, RBA) e internacionais, como a RAM (2015), e em Congressos da Associação Latino-americana de Antropologia (2015) e da Associação Portuguesa de Antropologia. E com Sophie Houdart, da Universidade de Nanterre – Paris X, organizei uma mesa-redonda e apresentei um trabalho no II Congresso Internacional da Association d'Ethnologie et d'Anthropologie da França (2015)²⁸. Destaco nesse sentido, ainda, uma série de Seminários realizada aqui na UFSC com apoio do CNPq, CAPES, FAPESC e da própria UFSC, intitulada "Mapeando Controvérsias Contemporâneas em Antropologia", como detalhado no item sobre as pesquisas realizadas. E, por fim, merece ser mencionada a organização do dossiê intitulado "Simetrização, Hibridismo e Agência na Antropologia", publicado em 2015 na Revista Ilha de Antropologia, do Programa de Pós-

²⁵ RIFIOTIS, T. Situação atual e perspectivas de cooperação em ciências humanas: internet e cultura informática. In: **Anais – Conhecimento em Debate II**, João Pessoa (PB), 1995.

²⁶ RIFIOTIS, T. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 12, p. 566-578, 2012a.

²⁷ RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como "repovoamento" e explicação. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília, Joinville: ABA publicações, 2016a, p. 129-151.

²⁸ Trata-se da mesa-redonda "Jusqu'ou peut-on aller? Humains et non humains au coeur des politiques ethnographiques", como detalhado no item "Organização e/ou Participação em eventos de Pesquisa, Ensino e Extensão" do Memorial.

graduação em Antropologia Social da UFSC, sob coordenação minha, de Jean Segata e de Oscar Calavia Saez, informações que serão detalhadas no item específico do Memorial.

Faz parte da virada do GrupCiber a inclusão das biossocialidades, especialmente em se tratando das questões envolvendo animais nos estudos antropológicos, que foram introduzidas como consequência da pesquisa desenvolvida por Jean Segata, cujos trabalhos de mestrado, sobre Orkut, e de doutorado, sobre animais domésticos, orientei em nosso Programa de Pós-graduação. Esses desdobramentos foram fundamentais para concretizarmos um novo modo de conceber a nossa própria atuação no campo da antropologia. O trabalho de Jean Segata seguiu com a minha supervisão no pós-doutorado que ele realizou com apoio do CNPq junto ao nosso Programa entre 2012 e 2014. Considero que o livro "Políticas etnográficas no campo da cibercultura" representa muito bem o esforço do coletivo de pesquisadores do GrupCiber nos últimos anos e nos coloca em diálogo com aqueles que nos inspiraram em nossas pesquisas e apontaram caminhos para a nossa virada, destacadamente B. Latour e A. Escobar.

Assim, aquilo que poderia parecer, desde fora, uma simples bifurcação de interesses entre o mundo da antropologia e o da informática foi para mim um modo de – ao contrário – aproximar a minha formação em Antropologia às minhas incursões em programação iniciadas no *mainframe* da Escola Politécnica da USP como estudante de Física. E, posteriormente, o que seriam apenas segmentos soltos derivados de um projeto ambicioso no doutorado pôde somar-se a um esforço, a uma vontade de saber no campo da cibercultura. De fato, essa aproximação é indissociável de um crescente interesse pelo campo digital, que me levou a orientar trabalhos de graduação, mestrado e doutorado e a dirigir pesquisas financiadas pelo CNPq, como detalhado nos respectivos itens que seguem neste Memorial.

Como consequência daqueles investimentos, recentemente, em 2006, atuei na fundação da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura), tendo sido vice-presidente nas duas primeiras gestões, entre 2007-2009 e 2009-2011, sob a presidência do Professor Eugênio Trivinho. Desde 2012, faço parte também do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação. A ABCiber foi fundada juntamente com colegas de todo o país de diversas áreas de atuação, tendo como

[...] missão principal [...] congregar pesquisadores(as), Grupos de Pesquisa, instituições e/ou entidades brasileiras em torno de temáticas pertinentes ao campo de estudos sobre o fenômeno da cibercultura (nos termos de seu Estatuto); e de nuclear e consolidar esse campo

interdisciplinar de estudos, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.²⁹

Trata-se de um campo importante também pela interlocução entre as áreas da Comunicação e da Antropologia, um diálogo no qual temos investido nos últimos anos. Considero relevante aqui destacar também que o GrupCib participa da REDE AMLAT, Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina, coordenada pelo professor Alberto Efendy Maldonado, da UNISINOS, com apoio do CNPq (2009-2011) – e cujas atividades continuam na forma de publicações e de eventos nacionais dos quais temos participado ativamente.

Esta Introdução geral do Memorial não faria sentido sem que eu reafirmasse que a minha dedicação à pesquisa depende em grande parte do impulso e da vontade de saber que encontro nas minhas atividades de ensino, seja na graduação ou na pós-graduação, e no meu envolvimento permanente com as atividades de extensão. De fato, desde que assumi o lugar de professor universitário, meu investimento nas atividades de ensino e de orientação foi fundamental para a minha experiência acadêmica. Em minhas aulas, procuro sempre trazer os últimos desafios que estou enfrentando nas minhas pesquisas. Minhas orientações são em parte a realização de pesquisas que gostaria de fazer, e nelas estou envolvido em todos os níveis. Sempre me percebi como um aprendiz, aquele que ensina e aprende ao mesmo tempo. As parcerias com estudantes que procurei ter como coautores de trabalhos em congressos e de artigos e livros correspondem a um modo de ver o trabalho de pesquisa como uma atividade eminentemente coletiva e colaborativa³⁰.

Foi um desafio acadêmico criar uma disciplina sobre a temática da "violência" e fazê-la integrar a matriz curricular do nosso Programa de Pós-graduação e da Graduação, mantendo a sua oferta de modo permanente. Nessas disciplinas procuro a cada vez trazer a história das questões analisadas e a literatura pertinente, sem abrir mão das últimas pistas que estou

²⁹ Texto extraído do site da ABCiber, localizado em: <http://www.abciber.org.br>.

³⁰ Citaria aqui o livro organizado com Tiago H. Rodrigues intitulado "Educação em Direitos Humanos: Discursos críticos e temas contemporâneos", editado pela EdUFSC (2008; 2ª ed. 2010), resultante de um projeto no qual ele atuou como co-coordenador. Ou o artigo sobre fluxo de justiça publicado na Revista de Antropologia da USP em 2010, derivado de uma extensa pesquisa sobre homicídios em Florianópolis, da qual foram gerados três monografias de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais, dois mestrados e um doutorado, com apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e do CNPq. Ou o livro "Um olhar antropológico sobre violência e justiça. Etnografias, ensaios e estudos de narrativas", editado pela EdUFSC em 2012, em parceria com Danielli Vieira, cujos trabalhos orientei desde a iniciação científica até o doutorado, concluído em 2014. Ou ainda o artigo aprovado para ser publicado no Anuário Antropológico em 2016, assinado por mim, Danielli Vieira e pela doutoranda Tatiana Dassi. Da mesma forma, destacaria também a participação em eventos acadêmicos e políticos em que o LEVIS foi representado por estudantes e pesquisadores.

investigando e dos autores que estou lendo naquele momento. Manter essa atualidade nas disciplinas representa uma constante na integração entre pesquisa e ensino.

Nos últimos anos, venho trabalhando cada vez mais com as obras de Didier Fassin; e suas marcas nos meus últimos trabalhos de orientação têm estado claramente presentes, somando-se aos investimentos foucaultianos que já vinha fazendo anteriormente no campo da antropologia da violência. Além disso, tenho trabalhado recentemente no curso de pós-graduação disciplinas como "Rastreamento associações: Estudos sobre socialidade e coletivos", iniciada em 2010; e, em 2013 e 2014, com Jean Segata, como parte do seu pós-doutorado, a disciplina "Etnografias sociotécnicas", sempre no PPGAS/UFSC. Foram duas disciplinas, replicadas num formato mais condensado em 2015, com o objetivo de explorar questões contemporâneas do debate antropológico, especialmente os processos simetrização, hibridização e agência entre humanos e não humanos, socialidade e coletivos, visando debater as perspectivas para a construção de uma crítica antropológica e de uma antropologia crítica. Em 2010, trouxe essas questões para uma disciplina também na graduação, com o objetivo de apresentar e debater as bases da TAR (Teoria Ator-Rede), tal como a concebe Bruno Latour, e suas consequências para a antropologia³¹.

Meu investimento no ensino, sempre ligado aos meus trabalhos de pesquisa, levou-me a ampliar as redes de atuação acadêmica. Estas estão sendo consolidadas também através da minha atuação como professor convidado, ministrando disciplinas na Universidade Federal da Paraíba (1998), na Universidad de Buenos Aires – uma vez no curso de Doutorado (2006) e outra no curso de Mestrado em Antropologia (2008) –, Universidade Federal do Mato Grosso (2010, 2013), Universidade do Estado do Amazonas (2010-2012), na Université de Montréal (2011) – no Doutorado em Serviço Social –, na Universidade do Estado do Amazonas (2012-2013). No mesmo sentido, realizei dois estágios de pós-doutorado: um primeiro na Universidade de Montreal (1999-2000), com apoio do CNPq; e outro entre a Universidade de Montreal e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (2011-2012), com bolsa de pesquisador sênior da CAPES. Além disso, atuei como professor em cursos de especialização da Academia de Polícia de Santa Catarina e da Academia Judicial de Santa Catarina; no curso de especialização em Gerontologia da UFSC, coordenado pelo NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC); e também em cursos de capacitação para a Polícia

³¹ Foi com o intuito de aprofundar essas questões que realizei um projeto, financiado pelo CNPq, de observação e estudos junto ao MédiaLab (Sciences Politiques de Paris), coordenado por Bruno Latour, e no Centre de Sociologie de l'Innovation de Paris, onde trabalhavam B. Latour e M. Callon, com a Madeleine Akrich. O estágio, realizado com uma licença capacitação, foi importante para ampliar parcerias internacionais e trazer fundamentos atualizados dos debates iniciados com a Teoria Ator-Rede.

Militar em João Pessoa. Igualmente, atuei como professor nos cursos do Projeto Educação em Direitos Humanos em Santa Catarina, sob minha coordenação e financiado pelo MEC e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República entre 2006 e 2010, nos quais capacitamos mais de 500 educadores e professores do ensino médio de Santa Catarina.

Não posso deixar de relatar aqui que desde 2000, quando a CAPES começou a apoiar a realização dos estágios docentes na pós-graduação, tenho sido um fervoroso defensor da intervenção didática dos pós-graduandos nos cursos de graduação, não apenas como experiência pedagógica, mas também como elemento de formação e como um grande incentivo para os estudantes de graduação. O mesmo tenho estimulado entre os alunos de graduação que se destacam nas atividades de monitoria, o que inicialmente não era muito comum nas Ciências Sociais e hoje vejo tornar-se um recurso importante para a dinâmica do ensino.

Entendo que essas atividades consolidam redes de cooperação científica tanto em âmbito nacional quanto internacional, as quais são essenciais para o desenvolvimento acadêmico. É evidente que nem sempre as experiências redundam em resultados concretos, mas considero que o exercício da busca permanente de construção de redes amplia o universo de interlocução permitindo testar, por assim dizer, a proposta em diferentes contextos acadêmicos, o que por si mesmo já produz resultados para a própria pesquisa. E o ensino em outros contextos igualmente fornece indicadores interessantes para o aprofundamento dos trabalhos que estamos desenvolvendo.

Como descrito anteriormente, tenho trabalhado em rede com colegas do Canadá (Universidade de Montreal) desde 1999, sendo que atualmente nossa parceria se estende por meio do projeto comparativo Brasil-Canadá sobre a judicialização da "violência de gênero". Essa rede vem sendo ampliada a partir de 2016, conforme detalhado mais adiante, com a articulação de pesquisadoras da França e da Suíça e com a retomada do contato com as colegas da Universidade de Buenos Aires e da Universidade de Mar del Plata. Ela tem como objetivo a elaboração de uma pesquisa coletiva envolvendo Brasil, Canadá, França e Argentina, a ser desenvolvida nos próximos anos³².

As redes que temos construído no campo da cibercultura têm sido resultado das atividades de ensino, pesquisa e das publicações realizadas no âmbito do GrupCiber com apoio da CAPES, CNPQ e FAPESC, mas também da organização dos Seminários

³² Está prevista como parte deste conjunto de pesquisas a participação de Fernanda Cardozo, recentemente doutora com a minha orientação no nosso Programa. Estamos aguardando resposta do pedido de bolsa de pós-doutorado júnior feito no início do ano.

“Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia”, dos quais têm participado colegas da UnB, UFMG, UFBA, UFRGS, UFRJ, UFRN, Université de Paris X – Nanterre. O próximo evento contará com a participação da professora Madeleine Akrich, do Centre de Sociologie de l'Innovation, de Paris, e será organizado no próximo ano em parceria com a UFRGS e o IELUSC. Os Seminários têm sido uma ocasião de colocar em debate para estudantes de pós-graduação, graduação, além de pesquisadores de distintas áreas, as temáticas mais atuais no campo da antropologia, especialmente tópicos analíticos sobre simetriação, hibridismo e agência na Antropologia e sua relação com a Teoria Ator-Rede. Ademais, trata-se de um esforço que, entendemos, tem rendido frutos importantes também nos principais eventos científicos da nossa área, como, por exemplo, na ANPOCS, na Reunião de Antropologia do Mercosul, no Congresso da ALA e da Associação Portuguesa de Antropologia, nos quais temos organizado mesas-redondas e grupos de trabalho, tal como detalhado no Memorial de Avaliação de Desempenho (MAD) que acompanha o presente processo de progressão para professor titular.

Uma última questão para esta introdução refere-se aos trabalhos de extensão que mantenho de modo contínuo nas mais diversas instâncias e em parcerias com entidades ligadas ao poder judiciário, secretaria de segurança pública e setores da educação. Da minha vivência de militância estudantil e dos meus interesses pessoais, vem uma convicção que, ao longo da minha carreira, tem sido uma marca da maior relevância: o investimento em atividades de extensão e, mais concretamente, na participação da agenda social e em políticas públicas nos campos em que acabei investindo em termos de pesquisa e formação. Foram atuações em três frentes: 1) Segurança Pública; 2) Direitos Humanos e Justiça; e 3) Envelhecimento. Passo a relatar brevemente as principais atividades realizadas em cada uma delas a seguir.

No campo dos Direitos Humanos e Justiça, desenvolvemos os trabalhos com o coletivo de pesquisadores do LEVIS e elaboramos e implementamos o projeto da criação do Instituto de Pesquisa em Segurança Pública de Santa Catarina (IPESP), o qual nos colocou em cooperação direta com os setores da segurança pública através de convênio firmado entre a UFSC e a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina em 2002 (Convênio 7.660/2002-0). Orientei trabalhos de mestrado de três servidores daquela Secretaria, e realizamos reuniões abertas para a elaboração de projetos de pesquisa, como o desenvolvimento de uma grade analítica para o projeto de criação de um Boletim de

Ocorrência informatizado, estatísticas sobre homicídios, e estudos sobre a segurança pública na mídia.

Durante os anos de cooperação, entre 2002 e 2007, realizamos uma série de pesquisas, com apoio daquela Secretaria, na Delegacia da Mulher e sobre temas como homicídios, fluxo de justiça e estresse policial. Também orientamos trabalhos de servidores da Polícia Civil e da Polícia Militar de Santa Catarina; organizamos eventos voltados para a qualificação do diálogo entre os meios de comunicação e os serviços de segurança pública; fomos convidados para participar de eventos da área na Assembleia Legislativa, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça e várias outras instituições que atuam no campo; atuamos em diversos cursos de capacitação e especialização organizados pela Academia de Polícia de Santa Catarina, além de mantermos reuniões com representantes daquelas instituições no LEVIS. O Convênio foi finalizado em 2007, por falta de recursos e por uma mudança de política na Secretaria de Segurança Pública. Porém, continuamos participando da agenda social do campo na Conferência Municipal de Segurança Pública de Florianópolis em 2010, como representantes oficiais da UFSC na Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente, criada pela Coordenação Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica no. 083/2013) – ocasião em que o LEVIS foi representado por Danielli Vieira, atualmente professora no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Mais recentemente, em 2015, procuramos contribuir com os esforços de difundir as estratégias de justiça restaurativa, a exemplo da organização e realização da I Semana de Justiça Restaurativa de Santa Catarina, organizada sob a égide do Tribunal de Justiça do nosso Estado³³.

Desde 2006, desenvolvemos projetos de capacitação de educadores em Direitos Humanos com apoio e financiamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Nesses eventos, foram capacitados cerca de 500 educadores e lideranças locais. Ademais, atuamos como organizadores do Comitê de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina (COEDH/SC), que fundamos em 2010 com apoio da SEDH, além de termos organizado eventos com entidades não governamentais e instituições que atuam nesse campo. Ainda no âmbito desse projeto, publicamos, pela Editora da UFSC, um livro que está em sua segunda

³³ Os debates sobre a justiça alternativa continuam sendo uma questão política relevante e que necessita do diálogo com a universidade. Particpei recentemente, como conferencista convidado, do Congresso Anual do Regroupement des organismes de justice alternative du Québec (ROJAQ), no qual ministrei um minicurso sobre a teoria dos conflitos e da violência. E, no dia 15 de setembro deste ano, estive em Joinville, a convite do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para apresentar meu trabalho no campo da justiça e da teoria do sujeito.

edição, intitulado "Educação em Direitos Humanos: Discursos Críticos e Temas Contemporâneos", com apoio da SECADI/MEC e SEDH.

Atuei como representante setorial da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) e participei de seus eventos em Direitos Humanos. Igualmente, devo dizer que participei de eventos e publicações organizados pela SEDH, inclusive com produção de material para a formação das diretrizes de base da educação em Direitos Humanos do MEC (RIFIOTIS e MATOS, 2010). A entrada no campo dos Direitos Humanos foi quase que uma consequência das parcerias construídas na UFPB e do permanente diálogo com agentes públicos, ONGs e movimentos sociais, sempre tendo como referência um dever de expansão do diálogo acadêmico.

Pelas questões levantadas nos trabalhos de mestrado e doutorado que envolveram temáticas ligadas ao envelhecimento, desde que fui transferido para a UFSC atuei no Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), uma referência nacional em atividades de extensão universitária. Nesse espaço, participei de reuniões e de pesquisas; e, sobretudo, participei como professor do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, voltado para a qualificação de pessoas idosas no campo da Gerontologia, e do Curso de Especialização em Gerontologia da UFSC. Os trabalhos desenvolvidos no NETI levaram-me a participar como conferencista em eventos da área no nosso Estado e nacionalmente³⁴; e em várias ocasiões me possibilitaram apresentar meus trabalhos nos congressos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Considero relevante também relacionar aqui a minha participação como pesquisador no projeto nacional coordenado pela UFMT, com financiamento do MEC, intitulado "Violência e Preconceito na Escola" – um projeto que reputo da maior importância para as políticas públicas de longa duração que se proponham a investir no campo da educação no ensino médio. Participei como membro de uma equipe interdisciplinar nomeada pela Reitoria da UFSC, sob a coordenação local da professora Denise Cord, do Departamento de Psicologia dessa mesma universidade. A pesquisa foi realizada em várias escolas na capital e no interior de Santa Catarina e do Paraná, com estudantes, professores, educadores e pais de

³⁴ No campo do envelhecimento, meu trabalho como coorientador da colega Sílvia Maria Azevedo dos Santos no seu doutorado na UNICAMP ampliou as minhas intervenções e publicações conjuntas. Agradeço-lhe a parceria, que muito estimulou meu investimento neste campo e com quem publiquei vários trabalhos (SANTOS e RIFIOTIS, 2003; 2006). Diálogos sempre engajados e produtivos que me permitiram amadurecer na minha reflexão sobre o envelhecimento e publicar um artigo que considero representar muito do meu investimento naquele domínio: "O idoso e a sociedade moderna: desafios da gerontologia" (RIFIOTIS, 2007e).

estudantes; e o relatório dela resultante foi enviado para a coordenação nacional como contribuição da UFSC.

Em resumo, reavaliando o conjunto dos trabalhos, diria que eles estão marcados por uma busca de interlocução entre o trabalho acadêmico e a participação na agenda social. Minha postura sempre foi a de procurar trazer a contribuição da universidade para o desenvolvimento de políticas públicas que promovessem a equidade, o reconhecimento social e o acesso à justiça. Modestamente, tenho buscado alinhar as minhas atividades com um entendimento sobre a "responsabilidade social da universidade" – noção que ainda preciso melhor definir –, sobretudo porque considero que tal responsabilidade se faz concretamente em cada campo dos saberes. Trata-se de uma questão central para o reconhecimento da universidade e do seu papel social, especialmente no campo das Ciências Sociais.

As minhas experiências têm sido objeto de autorreflexão. Nesse sentido, especialmente meus trabalhos no campo da Justiça e dos Direitos Humanos têm amadurecido e tomado forma, a exemplo de um artigo publicado sobre os lugares da Antropologia em 2014³⁵ e republicado neste ano no livro intitulado "Políticas Públicas: reflexões antropológicas", organizado pelo Instituto Nacional Brasil-Plural/CNPq³⁶. Em termos gerais, a perspectiva que entendo estar perseguindo é aquela que B. S. Santos (1996, p. 225) caracterizou de modo contundente nos seguintes termos:

[...] a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

É uma linguagem bastante radical para falar das possibilidades de integração entre pesquisa, ensino e extensão – e, sobretudo, da sua indissociabilidade. Trata-se de uma meta utópica que pressupõe uma transformação epistemológica realizada através de novas práticas universitárias e de novos modos de avaliar e valorizar o trabalho dos seus professores, estudantes e servidores, mas que eu tomo como uma espécie de horizonte que pode ser motivador para a nossa caminhada. De qualquer forma, não se trata de pensar a universidade como centro dos saberes, mas de criar uma linguagem de trabalho que possibilite o respeito à

³⁵ RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, v. 141, 2014b.

³⁶ RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da Antropologia na agenda social da produção da justiça. In: LANGDON, E. J.; GRISOTTI, M. (orgs.). **Políticas Públicas**. Reflexões antropológicas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016b, p. 43-62.

pluralidade de saberes existentes na nossa sociedade e que, em diálogo com eles, possa contribuir com a agenda social.

Nesse sentido, em defesa de uma postura de atuação que procure diretamente o diálogo com a agenda social e política – mas sem qualquer pretensão de considerar essa postura como um intelectual, e sim como um acadêmico no sentido pleno da expressão –, gostaria de evocar as palavras de M. Foucault (1984, p. 22) que me parecem trazer uma contribuição para indicar um modo de conceber o lugar a partir do qual estou pensando as atividades de extensão:

Le travail d'un intellectuel n'est pas de modeler la volonté politique des autres; il est pas les analyses qu'il fait dans les domaines qui sont les siens, de réinterroger les évidences et les postulats, de secouer les habitudes, les manières de faire et de penser, de dissiper les familiarités admises, de reprendre la mesure des règles et des institutions et à partir de cette re-problématisation (où il joue son métier spécifique d'intellectuel) participer à la formation d'une volonté politique (où il a son rôle de citoyen à jouer).

Para Foucault, trata-se da questão da *parresia*, exatamente o último seminário que ele ministrou no Collège de France durante o período em que eu ainda estava em Paris. E, apesar de ter-me marcado profundamente, poucas ocasiões tive de mencionar essa ideia. Gostaria aqui de registrar essa inspiração, lembrando os termos:

La *parrésia* est donc, en deux mots, le courage de la vérité chez celui qui parle et prend le risque de dire, en dépit de tout, toute la vérité qu'il pense, mais c'est aussi le courage de l'interlocuteur qui accepte de recevoir comme vraie la vérité blessante qu'il entend (Foucault, 2009, p. 14).

Reitero, finalmente, com essas palavras a ideia da busca de uma simetrização de saberes, ou seja, não se trata de uma verdade absoluta, mas daquilo que os nossos trabalhos nos permitem afirmar. Assim, procurando interpretar as palavras de M. Foucault, temos de construir um lugar para dizer a verdade que pensamos, sem pretensão de superioridade ou disputa com outras verdades – e, dessa forma, contribuir com os debates colocados na agenda social.

I. ATIVIDADES DE ENSINO E ORIENTAÇÃO

Meu gosto pelas atividades de ensino começou mais claramente no final do ensino médio – "científico", na terminologia da época –, pela admiração que certos professores me despertavam e nos encontros de estudo em que eu orientava colegas, principalmente em Física. Esses elementos se somavam ainda ao gosto pelo aprendizado e pelos trabalhos de pesquisa que realizava na Biblioteca Municipal de São Paulo, a biblioteca Mário de Andrade. Desde logo me dei conta de que o sabor da "descoberta" estava ligado ao compartilhamento. Sempre tenho em mente que nem todos os professores eram igualmente reconhecidos por seus esforços; alguns pareciam adequar-se mais àquela figura implícita no termo "aluno", como aquele que recebe algo, do que ao "estudante", aquele que executa uma atividade. Na realidade, estamos falando de experimentos relacionais, ou seja, ocupar uma ou outra posição dependia também de como nós nos colocávamos frente aos professores. E nós mesmos tampouco nos acomodávamos a uma só posição: ora éramos "alunos", ora "estudantes". Ter consciência dessa relação ambígua foi importante para fortalecer em mim o gosto pelo magistério e por seus mistérios. Porém, não imaginava àquela época que viveria trinta anos dedicados ao ensino e à aprendizagem...

Para resgatar o início das minhas atividades docentes, será preciso lembrar que, ainda no período de formação universitária, exerci, durante quatro intensos anos (1977-1981), o magistério no ensino médio como professor de Física. Ministrava a disciplina em turmas do "científico" em uma grande instituição educacional de São Paulo e no seu "curso pré-vestibular". Eram, geralmente, grandes turmas, e aulas com conteúdo e ritmo pré-determinados. Tinha sérias críticas ao projeto pedagógico da instituição e à falta de liberdade em sala de aula. Porém, como dependia financeiramente daquele trabalho, no máximo procurava testar os limites da minha capacidade didática dentro das barreiras colocadas pela instituição e pelo grande número de estudantes. Sendo uma grande instituição de ensino, eu logo descobri outros colegas que compartilhavam comigo do anseio de uma maior liberdade no plano pedagógico que as "apostilas" e a organização das disciplinas não permitiam.

Os tempos eram de reivindicação por liberdade em todos os espaços. E ali não seria diferente, pelo menos para o pequeno grupo com o qual me identifiquei. Uma breve anedota daquele tempo me vem ao espírito enquanto escrevo, e ela mostra bem o modo como a nossa consciência sobre os limites da atividade de ensino se expressava. Costumávamos perguntar

em tom de uma chacota datada: "Nós damos aula ou vendemos a nossa força de trabalho? Ou alugamos o nosso potencial de trabalho?". Nessa linguagem crítica, colocávamos (entre nós) em discussão o ensino médio privado com projeto pedagógico totalmente centrado no exame vestibular, aprofundando a nossa convicção de que havia algo que todos estavam perdendo naquele modelo educacional.

Francamente, suponho que havia um grande encantamento em torno da ideia de educação e das possibilidades de ação do professor. Hoje, creio que a magia não existe mais na mesma forma, digamos, "romântica", "transformadora" – diriam alguns – ou mesmo "missionária" do professor. Com três décadas de aprendizado e reflexão sobre a prática pedagógica, vejo cada vez mais os limites da intervenção do professor. Não penso em termos de um declínio, mas como uma experiência mais dialógica, quer dizer, compartilhada e atravessada por incertezas.

Lembro-me dos seminários participativos e das exposições que fazíamos logo nos primeiros anos do curso de Ciências Sociais. Lembro-me também das famosas aulas em formato de roda que dominaram meus primeiros anos como estudante por lá – aliás, bem diferentes das aulas no curso de Física. Foi um movimento que se acentuou com a ampliação do acesso à internet, à informação e a toda a gama de interpretações disponíveis on-line. Tal movimento certamente descolou o lugar do professor, a quem não basta mais deter um conteúdo, nem saber como comunicá-lo, mas precisa saber como torná-lo vivo e participativo. É esse desafio que me tem instigado nas atividades de ensino nos últimos anos.

Creio poder afirmar que as atividades de ensino sempre representaram para mim um desafio, em questão de organização institucional, conteúdos, dinâmicas interpessoais e mediação técnica. O ato de ensinar implica, afinal, a responsabilidade de assumir a posição de professor, de selecionar conteúdos e estratégias para realizar a prática do ensino, e de compreender a dinâmica da relação com os estudantes. Se no início da minha carreira parecia clara a necessidade de incluir permanentemente novas dinâmicas de trabalho coletivo em sala de aula e exigência de meios técnicos de apoio, na última década esse quadro se inverteu, por assim dizer, com a incorporação de dispositivos técnicos conectados à internet, ligados à rede *wi-fi* ou pelo celular e que são onipresentes no cotidiano da sala de aula.

Os anos foram-se somando, pouco a pouco. E hoje refletir sobre 30 anos de experiências em sala de aula é muito gratificante, sobretudo considerando a grande motivação que ainda sinto nas atividades com estudantes. Noto, todavia, que houve uma mudança nos últimos, digamos, 10 anos na minha própria compreensão em torno da relação professor-estudante,

com mudanças na maneira como organizo as minhas atividades didáticas. Se de início era um fervoroso defensor da mais completa participação dos estudantes em sala de aula, hoje planejo as atividades distribuindo o tempo de uma maneira que me parece entre as aulas expositivas e, eventualmente, seminários dos estudantes. Não sei se foram mudanças na minha maneira de pensar essa relação ou se foram mudanças entre os estudantes – ou mais provavelmente as duas coisas – que me levaram a reavaliar a maneira como abrir a participação estudantil nas disciplinas.

Espero que não seja uma pura nostalgia dos meus tempos de estudante e militante, mas não posso deixar de pensar que certamente há uma dimensão comparativa no que estou dizendo... Parece-me que, nos últimos anos, há uma demanda crescente para que o professor tenha um papel mais assertivo em sala de aula, de maneira que os seminários sejam um complemento e não o centro das atividades. O mesmo ocorreu em relação aos trabalhos finais, que passei a substituir por uma série de pequenas tarefas intermediárias, dentre as quais – para choque geral, pois não é rotineiro nas Ciências Sociais e na Antropologia – a prática dos exercícios escritos, sem consulta, para a graduação. Atualmente, creio que não sou o único a empreender esse tipo de atividade, com objetivos renovados e que dizem ser um eufemismo para "prova"; mas costumo precedê-lo de uma revisão com perguntas e consulta ao material de aula, insistindo que se trata de momento de reflexão e sistematização como parte do processo de aprendizagem e que é avaliado como tal.

Esse procedimento inicialmente parecia contraditório com a minha maneira de conceber a relação didática e os novos lugares do ensino frente ao fluxo de informações disponíveis com a internet. Porém, percebia cada vez mais que os seminários eram centralmente interessantes para estudantes que tinham a responsabilidade de coordenar determinada atividade, enquanto as apresentações dos colegas suscitavam pouco interesse como estratégia de aprendizado. Certamente, não sou o único a verificar esses problemas, e não estou certo de ter uma avaliação correta, mas eles me atingem de modo tão frontal que encontro neste Memorial mais uma ocasião para colocar a questão em debate. De qualquer forma, fica o registro. E, para que se possa melhor avaliar o que estou tentando formular, passo a descrever a minha experiência docente na universidade.

Minhas atividades didáticas na universidade começaram como professor em diferentes cursos da UFPB em 1985, pois não tínhamos um curso de graduação em Ciências Sociais. Atuei nas áreas de Psicologia, Serviço Social, História, dentre outras, além de ter sido escolhido no departamento para ministrar a recém-criada disciplina Antropologia para

Odontologia, que se tornara obrigatória para o curso de Odontologia no início da década 1990. Foram experiências de, digamos, tradução da Antropologia para diferentes públicos, o que também correspondia a uma expansão da disciplina em distintas áreas. Se tal expansão era avaliada de modo entusiasta, ressentia a dificuldade de não termos a devida preparação para as especificidades e expectativas de cada curso. Nosso olhar se concentrava mais no crescimento da visibilidade social da disciplina.

Na pós-graduação, como se tratava de um Programa de Sociologia, havia pouco espaço para disciplinas de Antropologia; e desde o início fui destacado para ministrar Teoria Sociológica com o conteúdo clássico (Marx, Durkheim e Weber), permitindo-me breves incursões a autores mais modernos que dialogassem mais diretamente com a Antropologia, como Pierre Bourdieu. Quando retomei minhas atividades após o afastamento para o doutoramento, introduzi a disciplina de Análise do Discurso, trazendo especialmente a abordagem de Umberto Eco (1979), fundamentada na semiótica de Charles Sanders Peirce, como resultado de meus investimentos para a análise do material de narrativas utilizado na tese, conforme já referido anteriormente.

Considero que, além da minha iniciação como professor universitário sem a preparação específica, os maiores desafios nas atividades ligadas ao ensino foram: 1) a reorganização do curso de Pós-graduação em Sociologia em termos de projeto acadêmico, atividade na qual nos engajamos conjuntamente eu e o professor Jacob Carlos Lima, atualmente na UFSCar; e 2) o projeto de criação do curso de graduação em Ciências Sociais, no qual atuei ministrando a disciplina de Introdução à Antropologia junto à primeira turma.

Em fins de 1995, fui transferido para a UFSC. Cheguei num momento em que se estava consolidando a separação do Departamento de Ciências Sociais em dois novos departamentos, um de Antropologia e outro de Sociologia e Ciência Política. Participei desse processo e da organização da infraestrutura da nova sede da Antropologia, trabalhando principalmente com o professor Dennis Werner, nosso primeiro chefe de departamento. A nossa nova sede era uma pequena edificação fora do prédio principal do CFH, em meio a uma área verde muito bonita, mas que também nos isolava fisicamente do restante dos departamentos e a que apelidei de "Fazendinha". Logo no início de 1996, incentivado por colegas que valorizavam a minha experiência na vice-coordenação na UFPB, assumi a vice-coordenação do nosso Programa de Pós-graduação, sob a coordenação de Esther Jean Langdon, para o biênio 1996-1998.

O plano da nossa gestão na coordenação do PPGAS era reorganizar o programa em função das diretrizes da avaliação da CAPES. Minhas principais atividades eram a realização do relatório anual, chamado então DATACAPES, hoje Plataforma Sucupira, e a coordenação do projeto de criação do curso de Doutorado, que foi aprovado pela CAPES e teve em 1998 a primeira seleção. A elaboração do projeto com reuniões com todos os colegas do departamento, a organização de materiais de disciplinas e a composição da matriz curricular e dos fundamentos da proposta exigiram a colaboração de todos os professores. Foi da soma de todos os trabalhos que conseguimos dar esse passo importante para o desenvolvimento do nosso Programa de Pós-graduação.

Na UFSC, assim como na UFPB, atuei como professor em diversas áreas, tais quais Psicologia, Serviço Social e História, além do curso de graduação em Ciências Sociais, e também no curso de Odontologia, antes da criação do curso de Antropologia, em cujo âmbito hoje dedico a maior parte das minhas atividades didáticas. Inicialmente, naquela fase que chamei acima de expansão da Antropologia, lecionei diferentes disciplinas em diferentes cursos, porém meu gosto maior estava nas disciplinas de Introdução à Antropologia, que considerava estratégica por ser uma importante porta de entrada na formação. Participei da reforma curricular do curso de Ciências Sociais e procurei colocar o equilíbrio da formação em termos de contemplar as três áreas que o compõem – Sociologia, Antropologia e Ciência Política –, além de destacar a necessidade de ensino mais aprofundado em Metodologia³⁷. Considero relevante relatar também o meu investimento para a integração da disciplina Antropologia dos Conflitos e das Violências à matriz curricular do curso de graduação e da Pós-graduação, que, afinal, corresponde não só a importantes demandas sociais, como também a um amplo engajamento de pesquisadores que atuam nesse campo nas mais variadas instituições de Estado, como comprovam a extensa bibliografia publicada nas últimas décadas e o trabalho de importantes pesquisadores brasileiros que atuaram nessa interface³⁸. Penso aqui modestamente em nossos trabalhos em Santa Catarina, como aquele iniciado com o IPESP e o projeto Educação em Direitos Humanos, os quais foram relatados na Introdução e serão objeto de apresentação mais detalhada no tópico sobre extensão que integra este

³⁷ Trata-se de uma temática que foi objeto de discussão no Grupo de Trabalho sobre Metodologia durante o Encontro da ANPOCS de 1986, no qual cada participante apresentou um balanço crítico do ensino de metodologia no programa de pós-graduação em que atuava – no meu caso, naquela época, o Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFPB.

³⁸ Citaria, por dever de memória, em primeiro lugar Luiz Eduardo Soares, Claudio Chaves Beato Filho, José Vicente Tavares, César Barreira, dentre muitos outros professores universitários que atuam e atuaram em parceria com instituições de segurança pública e de justiça.

Memorial. Concretamente, considerava uma exigência teórica que abria possibilidades de uma intervenção mais qualificada em temáticas da maior relevância para a agenda social.

Retornando do meu pós-doutorado em 2012, fui incumbido da primeira turma do curso de Antropologia que teria a disciplina Práticas de Escrita em Antropologia – uma disciplina incluída no plano curricular para atender à necessidade de darmos suporte aos estudantes para a especificidade da escrita antropológica e, especialmente, etnográfica. Foi um trabalho bastante interessante e exigente no sentido de elaborar uma estratégia didática para a disciplina, pois, embora as questões de escrita estejam na ordem do dia na agenda antropológica, temos dificuldade em ensinar aquilo que, salvo raras exceções, não aprendemos enquanto estudantes, mas enquanto pesquisadores. Mais recentemente, foi-me atribuída a disciplina Seminário de Escrita, que se adequava muito bem ao mesmo tipo de preocupação, acrescida do fato de serem estudantes em redação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Ministrei essas disciplinas e levei para o Colegiado do curso minhas observações sobre a organização curricular e sobre o trabalho de orientação dos estudantes, redundando em mudanças que, espero, venham a dar maior suporte aos jovens pesquisadores na preparação e condução dos trabalhos finais da graduação.

A partir dos meus investimentos de pesquisa no GrupCiber, venho desenvolvendo, desde 1996, a realização de disciplinas visando discutir os fundamentos antropológicos do estudo da cibercultura, especialmente com relação à etnografia. Minha primeira incursão foi em 1998, em parceria com o mestrando Mário Guimarães Jr.³⁹, numa disciplina optativa experimental. Ao longo dos anos, fui introduzindo conteúdos do estudo da cibercultura, até que em 2010, pela segunda vez, pude oferecer uma disciplina optativa integralmente dedicada à cibercultura no curso de graduação. No mesmo ano, ofereci uma disciplina no PPGAS que considero fazer parte da virada do GrupCiber (como descrito na Introdução), na qual pude introduzir conteúdos de cibercultura e redes sociotécnicas, seguindo meus investimentos de pesquisa e os fundamentos da Teoria Ator-rede. Em 2012, em parceria com o então pós-doutorando Jean Segata, e em 2015 como um Tópico Especial, pude novamente ministrar tal temática no PPGAS, em disciplinas que atraíram estudantes de vários outros Programas. Na minha modesta avaliação, considero que a introdução desses conteúdos e a orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, de mestrado e doutorado no campo da cibercultura

³⁹ Mário Guimarães Jr. defendeu seu mestrado com a minha orientação em 2000, tendo sido, no Brasil, a primeira dissertação de mestrado estritamente voltada para o estudo da cibercultura na Antropologia. Quero aqui homenagear Mário Guimarães Jr. como um estudante brilhante, um pesquisador sempre atento aos fundamentos teóricos e metodológicos, que perdeu a vida num trágico acidente quando concluía seu doutoramento no Centre for Research into Innovation, Culture and Technology (CRICT), da Brunel University.

representam um pequeno passo na UFSC para acompanhar a emergência de um campo de pesquisa hoje consolidado através da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisa em Ciberultura), com a qual, como já disse, também estou profundamente envolvido.

Retomando informações sucintamente enunciadas na Introdução, lembro que fui também professor visitante em várias universidades no Brasil e no exterior. No Brasil, além de professor concursado da UFPB e da UFSC, retornei à UFPB como professor visitante em 1998, mas também ministrei cursos de especialização e de mestrado na UFMT (2010 e 2013), e na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), junto ao mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (2012 e 2013), de cujo quadro docente faço parte. Junto aos cursos de especialização da UFMT e ao mestrado da UEA, minha participação também teve como mote a capacitação voltada principalmente para agentes da segurança pública e da justiça. Foram convites dirigidos em função das minhas atividades de pesquisa e de extensão na área e permitiram participar do grande movimento de formação de servidores de instituições de segurança e justiça que foi intensivamente realizado a partir de 2010 em todo o país.

No exterior, fui convidado para ministrar a disciplina de Teoria Antropológica no doutorado em Antropologia da Universidade de Buenos Aires (UBA) em 2006 e na primeira turma do mestrado em Antropologia Social na mesma universidade em 2008. As atividades de ensino na UBA possibilitaram a consolidação de redes importantes até hoje com pesquisadores como Santiago Alvarez (IDES, Instituto de Desarrollo Económico y Social, Argentina), com quem organizei grupos de trabalho na RAM (2007); com Natalia Castelnuovo, com quem publiquei um livro na Argentina pelo Editorial Antropofagia, dirigido por Santiago Alvarez (RIFIOTIS, CASTELNUOVO, 2011a)⁴⁰; e ainda com Alejandro Isla (FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina), que organizou um evento e um livro, circunstâncias nas quais tive participação como conferencista e autor (RIFIOTIS, 2007b)⁴¹. Em 2011, fui convidado a ministrar uma disciplina especializada em "violência de gênero" e processos de judicialização na Université de Montréal. Sendo uma disciplina fundamentalmente baseada numa abordagem comparada entre Brasil e Canadá (Quebec), ela possibilitou um diálogo muito rico com os estudantes, pois exigiu de todos nós

⁴⁰ RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011a.

⁴¹ RIFIOTIS, T. Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales. In: ISLA, A. (org.). **En los márgenes de la ley**. Inseguridad y violencia en el cono sur. Buenos Aires, Barcelon, México: Paidós, 2007b, p. 229-250.

um exercício comparado⁴². Tal disciplina se somou a todas as outras e me permitiu avaliar a pertinência e a possibilidade de propor ao CNPq um projeto de pesquisa comparado, para a bolsa de produtividade em pesquisa em 2015 – o qual, por sua vez, foi aprovado e se encontra em vigência.

Em resumo, considero um privilégio o trabalho em sala de aula, sobretudo na forma como podemos desempenhá-lo numa universidade federal, onde temos, além de uma grande abertura para a definição de conteúdos, a oportunidade de escolha de disciplinas e a efetiva possibilidade de nos dedicarmos aos trabalhos de pesquisa. Apesar das atividades administrativas e burocráticas a que estamos submetidos, digamos que, diferentemente de outros tipos de contrato de trabalho, o nosso nos proporciona um cotidiano com reais possibilidades para um investimento de grande qualidade acadêmica e de integração entre as pesquisas e o ensino. É o que permite viver a sala de aula como um campo de estudo, um espaço de reflexão teórica.

As atividades de ensino, como tenho insistido em afirmar, estão sempre ligadas à pesquisa, e a ponte que as une é o trabalho de orientação em todos os níveis. Essa ponte é ao mesmo tempo um exercício de formação e de aprendizado. Insisto em dizer que parte das pesquisas que orientei eram trabalhos que gostaria eu mesmo de ter podido realizar e nos quais me investi plenamente como se assim o fosse.

As minhas atividades de orientação na UFSC começaram com a pesquisa de uma agente da Polícia Civil de Santa Catarina com atuação na Delegacia da Mulher de Florianópolis, Victoria Regina dos Santos, que na ocasião integrava nosso Programa de Pós-Graduação. Iniciei meus trabalhos com ela ainda em 1998, antes do seu ingresso no Programa, estimulando-a a fazer a pesquisa sobre práticas policiais na Delegacia da Mulher. Com essa parceria, iniciei a formação de policiais em Florianópolis e em João Pessoa, onde realizei a minha etnografia no período em que atuei como professor visitante na UFPB. A importância da temática da violência de gênero e das práticas policiais foi objeto da orientação daquele mestrado defendido em 2001, após a minha volta do pós-doutorado no Canadá e dos contatos que fiz com pesquisadores do CICC (Centre International de Criminologie Comparée), da Universidade de Montreal, especialmente com o professor Jean-Paul Brodeur, que me iniciou nos estudos da polícia e que me concedeu o privilégio de me

⁴² Sem poder abrir o tópico aqui, interessa destacar o caráter inovador, em termos metodológicos, da perspectiva comparada, a qual será caracterizada no item referente à coordenação de projetos de pesquisa.

receber como pesquisador visitante em 1999 e em 2007⁴³. Dessa parceria e de inúmeras reuniões com vários responsáveis e secretários de estado da segurança pública, nasceu o projeto do IPESP, o Instituto de Pesquisa em Segurança Pública de Santa Catarina, que nos colocou em cooperação direta com os setores da segurança pública através de convênio firmado entre a UFSC e a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina em 2002.

No âmbito desse projeto, o LEVIS recebeu policiais civis e militares para participarem de suas reuniões e realizou vários projetos de pesquisa sobre a temática dos homicídios no nosso estado, os quais serão apresentados em detalhe no item específico Coordenação de projetos de pesquisa. Permito-me aqui lembrar dois projetos que coordenei e que redundaram na orientação de três trabalhos de conclusão de curso e de uma dissertação de mestrado diretamente ligados eles, além de uma importante publicação na Revista de Antropologia da USP em parceria com as orientadas Andresa Burigo Ventura e Gabriela Ribeiro Cardoso (2010)⁴⁴:

1) Fluxo de Justiça Criminal nos casos de Homicídio Doloso (Região Metropolitana de Florianópolis, SC, 2000-2004)

Apoio: CNPq, Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

2) Mapeamento e Monitoramento dos Homicídios em Santa Catarina

Apoio: Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

O estudo dos homicídios deu origem a várias pesquisas, a cujo conjunto intitulei "Contar os homicídios em Florianópolis". Esse projeto envolvia pesquisa sobre o tratamento na imprensa escrita catarinense sobre os homicídios, que resultou na orientação de dois trabalhos de conclusão de curso. Um outro projeto relacionado ao mesmo enfoque foi o estudo de narrativas sobre homicídios realizado durante o mestrado de Thiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues, que, após concluí-lo, em 2008 deu prosseguimento, no seu doutorado, a um estudo sobre intervenções de prevenção à criminalidade em Florianópolis, o

⁴³ O meu segundo pós-doutorado na Universidade de Montreal, em 2011, igualmente foi apoiado por ele. Todavia, quando eu já estava me organizando para a viagem, ele veio a falecer. Quero registrar aqui o meu tributo a esse grande pesquisador e dar testemunho de sua erudição e simplicidade, além de generosa acolhida. Aproveito para fazer uma nota de referência e gratidão também ao professor Robert Crepeau, do Departamento de Antropologia da Universidade de Montreal, que sempre me acolheu com a maior generosidade e atenção, e com quem coordeno o Convênio UFSC/Universidade de Montreal, que elaboramos juntos em 1999.

⁴⁴ RIFIOTIS, T.; VENTURA, A. B.; CARDOSO, G. R. Reflexões críticas sobre a metodologia do estudo do fluxo de justiça criminal em casos de homicídios dolosos. In: **Revista de Antropologia**, USP, v. 53, p. 689-714, 2010.

qual foi defendido em 2011. Aliás, foi com aquele mestrando e depois doutorando que realizamos importantes trabalhos no LEVIS, como o Projeto Educação em Direitos Humanos, financiado pelo MEC e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e que também originou a publicação de um livro editado pela Editora da UFSC (1ª ed. 2008; 2ª ed. 2011). Muito embora esse projeto esteja detalhado no item de extensão, julgo importante mencioná-lo como ilustrativo do modo como a confiança mútua e a colaboração encontram lugar nessa relação orientador/orientando. O tratamento das estatísticas e do fluxo de justiça que desenvolvemos em forma de banco de dados, cruzando informações da mídia escrita, dados do DATASUS-SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) e processos penais, teve a contribuição de Airton José Ruschel, mestrando no PPGAS que orientei em seu trabalho sobre fluxo de justiça no caso de homicídios, defendido em 2006.

Orientei ainda trabalhos de mestrado de outros dois servidores daquela Secretaria, além do TCC de uma estudante que se envolveu profundamente com a temática e posteriormente fez concurso para a Guarda Municipal de Florianópolis. Realizamos ainda reuniões abertas para a elaboração de projetos de pesquisa, como o desenvolvimento de uma grade analítica para a Secretaria de Segurança Pública de um Boletim de Ocorrência informatizado, estatísticas sobre homicídios, a criação de séries históricas dos homicídios, e estudos sobre a segurança pública na mídia.

No que se refere aos estudos sobre cibercultura, minhas orientações começaram desde a primeira pesquisa que coordenei na UFSC sobre listas eletrônicas de discussão. Naquela pesquisa engajei a então graduanda Maria Elisa Máximo, hoje professora doutora no IELUSC. O projeto de pesquisa com base em emails era um desafio que gostaria de encarar e que pôde ser realizado através de uma bolsa de iniciação científica, a qual se seguiu de um TCC, de um mestrado sobre e-mails, e de um doutorado sobre blogs, tornando-a uma parceira desde a primeira hora das atividades do GrupCiber, que ela coordenou comigo desde a fundação. Outro importante trabalho nesse campo teórico foi a orientação às pesquisas de Jean Segata no mestrado, estudando o Orkut, e no doutorado, trazendo as contribuições da Teoria Ator-Rede na abordagem da relação entre humanos e animais. Sua tese, aliás, permitiu-nos repensar a extensão do programa geral de pesquisa do GrupCiber, a própria noção de cibercultura, pensando-a não apenas como relação entre humanos e técnicas, mas no sentido mais amplo de A. Escobar entre tecno e biossocialidades (ESCOBAR, 1994;

traduzido e republicado em SEGATA e RIFIOTIS, 2016)⁴⁵. Por fim, cabe-me dar destaque ao TCC e à dissertação de mestrado de Dalila Floriani Petry, hoje doutoranda na Université de Nanterre – Paris X, sob orientação da professora Sophie Houdart, com quem temos desenvolvido uma parceria importante, envolvendo atividades aqui no Brasil e na França, como detalhado mais adiante.

Tenho de fazer referência também aos trabalhos que desenvolvi a partir da coorientação do doutorado de Sílvia Maria Azevedo Santos, professora da UFSC, cuja tese foi defendida em 2002 no campo do envelhecimento. Da orientação daquele trabalho, nasceu uma parceira em vários projetos e publicações⁴⁶, além de apresentações de trabalhos em congresso nacionais e internacionais, especialmente nos congressos da Associação Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O trabalho de ensino implicado no curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica e no curso de Especialização em Gerontologia da UFSC também teve influência positiva dessa parceria, que redundou em atividades propositivas no Núcleo da Terceira Idade da UFSC – as quais serão relatadas nos respectivos itens.

Relato brevemente essas poucas experiências que marcaram a minha concepção de parceira e de aprendizado mútuo nos trabalhos de orientação. Embora nem todas me tenham marcado igualmente, guardo de cada uma delas uma lembrança especial.

Abaixo, um resumo das orientações realizadas até o presente momento⁴⁷:

- 20 trabalhos de conclusão de curso de graduação;
- 20 dissertações de mestrado;
- 10 teses de doutorado;
- 3 estágios de pós-doutorado de 2012 a 2014, com bolsa do CNPq;
- 11 trabalhos de graduandos com bolsa de iniciação científica;
- 3 estudantes do curso de Monitores da Ação Gerontológica da UFSC;
- 13 estudantes no curso de Especialização em Gerontologia da UFSC;
- 1 monografia do curso de Especialização em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo, da Academia Judicial de Santa Catarina.

⁴⁵ SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília, Joinville: ABA publicações, 2016.

⁴⁶ SANTOS, S. M. A.; RIFIOTIS, T. Cuidadores familiares de idosos dementados: uma reflexão sobre o cuidado e o papel dos conflitos na dinâmica da família cuidadora. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. Campinas/SP: Alínea, 2003, p. 141-164.
SANTOS, S. M. A.; RIFIOTIS, T. Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas cotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização. In: GROSSI, M. P.; SCHWADE, E. (orgs.). **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 95-114.

⁴⁷ Uma listagem com os nomes dos estudantes e títulos dos trabalhos defendidos encontra-se num arquivo específico no CD que acompanha o presente Memorial.

II. ATIVIDADES DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

Com o passar dos anos de trabalho na universidade, pude observar várias mudanças substanciais no modo de produção acadêmico, digamos assim, e na maneira de avaliá-lo. A questão da "produtividade" acadêmica desde meados da década de 1980, quando iniciei as minhas atividades na universidade, cresceu de modo muito significativo, para não dizer exponencial. Inicialmente, a questão apareceu tipicamente ligada ao campo das humanidades e fundada numa polaridade entre "produtivos" e "improdutivos"⁴⁸. Seguiu-se ao período de crítica e de resistência uma adesão a que chamaria de "visibilidade", que veio com a indução dos financiamentos e com a exigência explícita de produção, acompanhada do repertório de currículos do CNPq, este iniciado com o sistema Bcurr, em disquete... e, com a internet, transformado no sistema on-line (e onipresente) chamado Currículo Lattes. Trata-se de processos paralelos aos da avaliação de periódicos (Qualis-Periódicos) e de livros (Qualis-Livros)⁴⁹.

Mais recentemente, passamos a ser instados a atentar para indicadores como o chamado "Índice h" e citações em sistemas como ISI, Scielo e SCOPUS. Por vezes, pergunto a mim mesmo: será que passamos de uma posição crítica a outra, que seria como a de uma naturalização da produtividade?

Nas conversas informais do nosso cotidiano, a crítica permanece viva, mas ela já não ousa mais publicizar-se. Considero a polaridade ultrapassada, mas a questão da "visibilidade" não deveria tornar-se uma resposta, e sim um objeto de permanente reflexão. Afinal, exagerando nas tintas, diria que ela orienta o modo de produção acadêmico atualmente hegemônico, mesmo nas humanidades. Porém, não vejo apenas negativamente as questões de produtividade. Elas apenas não devem ser consideradas exclusivamente, mas combinadas com outros critérios acadêmicos relevantes em termos de consolidação de campos de pesquisa e formação. Creio que saímos de uma posição reativa, que negava em bloco as ideias ligadas à produtividade, para outra, que avalia a importância social do conhecimento produzido, a

⁴⁸ Ainda me lembro do furor que causou o debate sobre os "improdutivos" das humanidades e o modo polarizado como a temática era tratada no final dos anos 1980, bem como do artigo de Marilena de Souza Chauí intitulado "Produtividade e humanidades" (1989), que municiou uma certa resistência ao que se chamava "produtivismo".

⁴⁹ Em 2013, participei da Comissão da Capes, coordenada pela professora Lia Zanotta Machado, que fez a avaliação dos livros de Antropologia. Foi um momento importante para compartilhar essas questões com colegas e verificar como a avaliação do Qualis-Livros está sendo aplicada na prática.

necessidade de sua circulação, sobretudo frente a uma sociedade mais exigente com relação à responsabilidade social da universidade.

Para mim, foi rompido o círculo vicioso da polaridade. E passamos por debates sobre a "produção científica" mais ligados ao prestígio, a financiamentos e, sobretudo, a reconhecimento social – ingredientes usados em porções variáveis por cada um de nós, mas que repercutem exigências sociais importantes, como aludi na Introdução ao trazer a questão da responsabilidade social e da responsabilidade do acadêmico.

Portanto, ao relatar aqui as minhas publicações, penso que estou também procurando um meio tal de refletir sobre elas que possa colocar os valores que julgo importantes para avaliar o seu conjunto. Em primeiro lugar, destacaria que entendo que as minhas atividades acadêmicas valorizam a pesquisa e as parcerias que tenho procurado construir, principalmente aquelas ligadas aos que realizaram seus trabalhos de pesquisa sob a minha orientação. A coautoria de obras e artigos é apenas um índice dessa parceria, que se realiza mais profundamente no compartilhamento de ideias e referências e numa vontade de saber que se dedica a repercutir criticamente a agenda social no trabalho acadêmico.

Concretamente, num balanço resumido da minha produção científica em termos de publicações, constam 36 artigos em periódicos, além de um outro aprovado para publicação, ainda neste ano, na revista *Anuário Antropológico*; 11 livros publicados/organizados; 33 capítulos de livro; e 23 trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos.

A) Artigos em periódicos

Em termos de artigos publicados em periódicos, no total foram 5 artigos em periódicos A1 e mais 2 artigos em periódicos A2. Destacaria que, nos últimos anos, publiquei em periódicos importantes da área de Ciências Sociais/Antropologia, especialmente aqueles ligados aos projetos financiados pelo CNPq, como a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2016c)⁵⁰, a *Revista de Estudos Feministas* (2015)⁵¹ – aqui em parceria com ex-orientanda –,

⁵⁰ RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e “explicação”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (on-line), v. 31, p. 85-98, 2016c.

⁵¹ BRAGAGNOLO, R. I.; LAGO, M. C. de S.; RIFIOTIS, T. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, v. 23, p. 601-617, 2015.

Cadernos PAGU/UNICAMP (2015)⁵², Revista de Antropologia da USP (2014a)⁵³, além da organização de um dossiê na Ilha – Revista de Antropologia (2015)⁵⁴. Há ainda 4 artigos em revistas não avaliadas no Canadá, publicados em anos anteriores.

A maioria absoluta dos artigos é derivada de pesquisas e orientações realizadas no eixo violência/justiça, totalizando 28 de um total de 36 publicações em periódicos, sendo 5 deles em periódicos A1. A esse conjunto será acrescentado outro artigo, a ser publicado na Revista Anuário Antropológico, classificada como A2, ainda no corrente ano, em parceria com uma ex-orientanda, Danielli Vieira, e uma doutoranda, Tatiana Dassi⁵⁵. Tais dados demonstram claramente que foi por esse eixo que iniciei minhas pesquisas e evidenciam o caráter central que ele tem na minha produção acadêmica, mas não exclusivo na minha trajetória acadêmica, como procuro mostrar ao longo de todo o Memorial.

O eixo de pesquisa da cibercultura em artigos totaliza 5, sendo 2 nos últimos anos e em periódicos A1, referidos anteriormente – Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2016, e Revista Civitas em 2012.

Esses números fornecem um indicador interessante que mostra o longo trajeto feito em pesquisas do eixo violência/justiça, convergindo, nos últimos anos, para publicações importantes em periódicos de excelência e destacando cada vez mais as parcerias com orientandos.

B) Livros

No que se refere aos livros, quero começar referindo-me a um de autoria individual dedicado ao ensino de Antropologia para Administração⁵⁶, editado pela UFSC em 2009, com uma segunda edição revista em 2012. É um trabalho que, apesar de escrito para um público específico, tem o investimento de muitos anos de professor da disciplina de Introdução à

⁵² RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, v. 45, p. 261-295, 2015.

⁵³ RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**, USP, v. 57, p. 119-149, 2014a.

⁵⁴ RIFIOTIS, T.; SEGATA, J.; SAEZ, O. C. Simetriação, Hibridismo e Agência na Antropologia: Apresentação. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 17, p. 7-12, 2015.

⁵⁵ RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D.; DASSI, T. Judicialização das relações sociais e configurações de sujeito entre jovens cumprindo medidas socioeducativas em Santa Catarina. In: **Anuário Antropológico**, 2016.

⁵⁶ RIFIOTIS, T. **Antropologia aplicada à administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009 (2ª ed. 2012).

Antropologia ministrada nos cursos de Antropologia e de Ciências Sociais e mesmo no curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (NETI/UFSC). Nesse sentido, tenho-o indicado para todos os estudantes de graduação por trazer uma revisão da disciplina numa perspectiva que foca especialmente os debates atuais que a permeiam. Tenho particular apreço por esse trabalho porque com ele consegui expressar a minha maneira de realizar o ensino da Antropologia.

Entre os livros organizados em parceria, não posso deixar de destacar com grande entusiasmo o livro "Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura"⁵⁷, em parceria com Jean Segata, que acaba de ser lançado. Ele traz artigos de Bruno Latour, Arturo Escobar, e de participantes dos Seminários "Mapeando Controvérsias em Antropologia", que organizo aqui na UFSC desde 2012. Para nós, do GrupCiber, tem um valor especial por ser o nosso segundo livro como coletivo de pesquisa, sendo que dessa vez se evidencia a ampliação das suas redes internacionais. Nossa discussão fundamental nesse livro é a noção que venho desenvolvendo desde 2008 de que a Antropologia vive atualmente disputas entre distintas políticas etnográficas. Essa ideia remete a um complexo conjunto de questões que emergem de etnografias da Melanésia, da Amazônia, entre outras, e que inspiram diretamente a teoria antropológica, sobretudo no que se refere aos atores, aos coletivos a serem considerados na análise, à agência, à busca permanente de simetrização na relação entre distintos regimes de saberes, dentro outros importantes pontos. São eleições etnográficas que fundamentam modos de produzir a etnografia. Atualmente, as políticas etnográficas em curso têm sido objeto de preocupação para os pesquisadores envolvidos, por exemplo, com as relações entre humanos, animais e plantas, com redes sociotécnicas (como o ciberespaço e cibercultura), etc.

É no sentido da construção do debate sobre políticas etnográficas que faz sentido a menção feita anteriormente de que, a partir de 2008, começamos uma virada no GrupCiber. De fato, o primeiro livro coletivo, intitulado "Antropologia no Ciberespaço"⁵⁸, foi editado tardiamente pela Editora da UFSC em 2010, e é assinado por mim, Maria Elisa Máximo, Juciano Lacerda e Jean Segata. Digo tardiamente porque era um projeto que ficou um par de anos na editora aguardando a publicação, enquanto as nossas pesquisas já haviam avançado em relação a ele. Foi assim que, ao mesmo tempo em que fazíamos o lançamento do livro na IV Reunião da Associação Brasileira de Cibercultura, no Rio de Janeiro em 2010, eu fazia a

⁵⁷ SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, 2016.

⁵⁸ RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: EDUFSC, 2010.

minha conferência sobre as redes sociotécnicas e, de certa forma, defendia uma outra perspectiva, distinta daquela desenhada no livro que estávamos lançando⁵⁹. De qualquer modo, os dois livros representam momentos importantes para o GrupCiber e colocam em debate as questões nucleadoras da cibercultura. À parte essas duas obras coletivas, as nossas pesquisas encontram-se dispersas em artigos e capítulos de livros, cuja ênfase era tratar a especificidade da etnografia no ciberespaço, como comentado mais adiante.

Voltando ainda um pouco mais no tempo, lembro-me do livro organizado com Danielli Vieira, ex-orientanda, atualmente professora no IFSC, intitulado "Um olhar antropológico sobre violência e justiça. Etnografias, ensaios e estudos de narrativas"⁶⁰, publicado pela Editora da UFSC em 2012. Consiste de um trabalho que traz as principais contribuições do coletivo de pesquisadores do LEVIS nos últimos anos; e, por isso, esse livro representa o amadurecimento e a consolidação da abordagem adotada em nosso grupo de pesquisa. De fato, compõem a obra trabalhos meus⁶¹, de Danielli Vieira, Thiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues, Tatiana Dassi e Jean Segata. Oriunda das atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas no LEVIS, essa obra vem a somar com outra publicada em 2008 e reeditada em 2011 também pela Editora da UFSC, intitulada "Educação em Direitos Humanos. Discursos Críticos e Temas Contemporâneos"⁶². Esta última foi fruto dos projetos de pesquisa e de extensão do LEVIS – os quais serão relatados no item específico – e contou com trabalhos de Renato Janine Ribeiro (USP); Sérgio Adorno, Nancy Cardia, Viviane de Oliveira, Renato Antônio Alves e Ariadne Lima Natal (USP); Sílvio Coelho dos Santos (UFSC); Ilka Boaventura Leite (UFSC); Regina Novaes e Daniel Cara (UFRJ); Miriam Pillar Grossi (UFSC); Eunice Sueli Nodari e Lúcio José Botelho (UFSC); Thiago Nogueira Hyra e

⁵⁹ Gostaria de relatar aqui um problema de *timing* editorial, pois, pelo menos na minha experiência, mostrou-se recorrente a publicação, seja de livros em editoras ou de artigos submetidos a periódicos, um tempo excessivamente longo entre a proposta e a publicação. Um *delay* que tem repercussões sobre a própria dinâmica da circulação da produção acadêmica.

⁶⁰ RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um Olhar Antropológico Sobre Violência e Justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: UFSC, 2012.

⁶¹ RIFIOTIS, T. Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012c, p. 13-26.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012d, p. 27-56.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012e, p. 57-78.

⁶² RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008 (2ª ed. 2011).

Chagas Rodrigues, Cleverton Elias Vieira, Raquel Barbosa e Regina Ingrid Bragagnolo (UFSC); Rosa Maria R. de Oliveira (UFSC); além de um artigo de minha autoria⁶³. Como uma publicação coletiva, portanto, congregou colegas de distintas instituições e áreas complementares, o que consideramos absolutamente necessário para a proposta da obra em torno de uma atualização dos debates sobre Direitos Humanos – fato que também justifica a sua reedição.

Nossos projetos vinham sendo difundidos em artigos e apresentações em congressos, nacionais e internacionais, e mesmo por intermédio de minha condição de professor visitante em outras universidades, no Brasil e no exterior, porém sem o alcance de uma publicação internacional que fizesse circular de modo ampliado os nossos trabalhos. A parceria com a professora Natalia Castelnuovo, da Universidade de Buenos Aires, teve início na Reunião de Antropologia de 2007, em Montevideu, num grupo de trabalho que coordenei com a professora Guita Grin Debert (UNICAMP); e acabou por gerar um trabalho fundamental para o LEVIS e sua abordagem do campo da violência e da justiça. Refiro-me ao livro "Antropología, violencia y justicia. Repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia"⁶⁴, organizado por mim e por Natalia Castelnuovo e publicado em Buenos Aires pela Editora Antropofagia. O livro traz um capítulo dos organizadores⁶⁵ sobre a teoria da violência e do conflito, que representa a sistematização de trabalhos anteriores publicados dispersamente, e capítulos produzidos por Guita Grin Debert (UNICAMP), Amanda Marques (UNICAMP), Natalia Castelnuovo (UBA), Olga G. Brunatti (Universidad de Mar del Plata), Lia Zanotta Machado (UNB), Santiago Álvarez (IDES), Daniel Simião (UNB) e por mim⁶⁶. Os textos foram selecionados procurando dar uma visão ampliada sobre os debates e tendências no campo da violência de gênero e famílias em curso tanto no Brasil quanto na Argentina. Atualmente, em virtude da ampliação do projeto de

⁶³ RIFIOTIS, T. Direitos Humanos e outros direitos: aporias sobre os processos de judicialização e institucionalização dos movimentos sociais. In: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**. Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008c, p. 39-58.

⁶⁴ RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011a.

⁶⁵ RIFIOTIS, T.; Castelnuovo, N. La violencia como punto de partida. In: RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011b, p. 13-23.

⁶⁶ RIFIOTIS, T. Parricidio: padres y hijos en el tribunal de justicia de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil). In: RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011, p. 91-124.

estudo sobre judicialização da violência de gênero, planejamos integrar colegas da Argentina (Natalia Castelnuovo e Olga Brunatti) na rede que estamos mobilizando e que pretendemos consolidar nos próximos anos, qual seja, a rede que hoje se constitui da cooperação Brasil-Canadá.

Voltando ainda mais na linha do tempo, quero lembrar os três livros organizados em parceria com os professores Jacob Carlos Lima (UFPB, atualmente UFSCar) e Mauro Guilherme Koury (UFPB), oriundos dos eventos que eu e Jacob Carlos Lima organizamos em 1994 em João Pessoa, reunindo pesquisadores de Ciências Sociais (VII Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste), e de um evento específico de Antropologia (IV Reunião Norte/Nordeste de Antropologia) cuja comissão organizadora presidi. Foi um momento muito especial para as Ciências Sociais na UFPB, do qual me orgulho muito de ter participado, e que contribuiu para uma maior integração dos pesquisadores das regiões Norte e Nordeste. Ademais, dele decorreram três volumes, reunindo os trabalhos selecionados daqueles dois eventos em três eixos temáticos: 1) Cultura e Subjetividade (KOURY, LIMA, RIFIOTIS, 1996)⁶⁷; 2) Trabalho, Sociedade e Meio ambiente (LIMA, RIFIOTIS, KOURY, 1997)⁶⁸; e 3) Relações de Poder, Cidadania e Violência (RIFIOTIS, KOURY, LIMA, 1999)⁶⁹.

C) Capítulos de livros

Os capítulos de livros publicados estão intimamente ligados aos livros organizados e aos artigos publicados em periódicos. Muitos deles são coletâneas de artigos dispersos procurando nuclear debates que emergem das pesquisas realizadas no LEVIS e no GrupCiber. A grande maioria dos capítulos encontra-se publicada em editoras universitárias (Editora da UFSC, Editora da UFPB, Editora da UFMG, Editora da UFRN) e um com selo da Associação Brasileira de Antropologia; portanto são submetidos a comitês editoriais e resultam, sobretudo, de parcerias que se consolidaram como redes de intercâmbio e cooperação, tanto nacionais quanto internacionais.

⁶⁷ KOURY, M. P. G.; RIFIOTIS, T.; LIMA, J. C. (orgs.). **Cultura e Subjetividade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

⁶⁸ LIMA, J. C.; RIFIOTIS, T.; KOURY, M. G. P. (orgs.). **Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

⁶⁹ RIFIOTIS, T.; LIMA, J. C.; KOURY, M. P. G. (orgs.). **Relações de Poder, Cidadania e Violência**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

Sobre as publicações internacionais, destacaria, de modo resumido, que foram publicados na Argentina dois capítulos (Editorial Antropofagia e Paidós) em 2011 e 2007; um no Equador (Fondo Editorial FACSO) em 2010; um na Venezuela (Fondo Editorial CEPAP, Universidad Nacional Simón Bolívar) em 2009; e um outro nos Estados Unidos, pela editora Africa World Press, em 2007.

Dentre as publicações na Argentina, gostaria de destacar duas que representam o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa: um deles apoiado pelo CNPQ, e outro pelo MEC/Secretaria Especial de Direitos Humanos. O primeiro foi escrito especialmente como resultado da bolsa de produtividade amparada no estudo sobre os parricídios e seu tratamento jurídico em Florianópolis – um projeto que envolveu vários bolsistas de iniciação científica ao longo dos anos e uma intensa pesquisa pessoal nos arquivos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O trabalho intitulado "Parricidio: padres y hijos en el tribunal de justicia de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil)"⁷⁰ resultou, portanto, de anos de trabalho e financiamento; e, do meu ponto de vista, permitiu estabelecer, através de uma publicação internacional, a passagem dos meus estudos em etnologia africanista sobre a morte dos "velhos" causadas por "jovens" para o campo mais tipicamente euro-americano, marcado essencialmente por relações mediadas pela justiça⁷¹. O segundo trabalho foi inicialmente uma conferência proferida na FLACSO, em Buenos Aires, em 2006 e escrita para publicação no livro "En los márgenes de la ley. Inseguridad y Violencia en el Cono Sur", organizado por Alejandro Isla, sob o título "Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales"⁷².

A temática das aporias dos Direitos Humanos foi a base para o desenvolvimento do projeto de extensão "Educação em Direitos Humanos", referido anteriormente, e que deu origem ao livro como o mesmo título, organizado por mim e por Thiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues. Considero essa abordagem particularmente importante por articular uma revisão crítica das lutas sociais por reconhecimento e acesso à justiça, em especial na chave

⁷⁰ RIFIOTIS, T. Parricidio: padres y hijos en el tribunal de justicia de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil). In: RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011, p. 91-124.

⁷¹ Apenas a título registro, o que chamei de "mediação" se tornou, nos anos seguintes, a noção-chave para os meus trabalhos e que venho trabalhando em termos de "judicialização das relações sociais" (RIFIOTIS, 2014a, 2015).

⁷² RIFIOTIS, T. Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales. In: ISLA, A. (org.). **En los márgenes de la ley**. Inseguridad y violencia en el cono sur. Buenos Aires, Barcelon, México: Paidós, 2007b, p. 229-250.

dos Direitos Humanos (RIFIOTIS, 2014a), sendo uma das contribuições mais importantes das pesquisas realizadas no LEVIS, com desdobramentos no ensino e na extensão⁷³.

A publicação na African World Press, sob a coordenação de Mario Aguilar, da University of St. Andrews (Escócia), reúne trabalhos com o objetivo de discutir o envelhecimento nas sociedades negro-africanas e é intitulada "Rethinking Age in Africa: Colonial, Post-Colonial and Contemporary Interpretations". Nesse livro, publiquei o capítulo "Ancestrality and Age Conflicts in Black-African Societies"⁷⁴, retomando os debates da minha tese sobre ancianidade, ancestralidade e conflito. Muito embora uma primeira versão daquele trabalho já tivesse sido publicada em 1998 na única coletânea até hoje produzida no Brasil sobre antropologia do envelhecimento (RIFIOTIS, 1998a), a revisão e publicação na coletânea organizada por Mario Aguilar foi uma espécie de confirmação, no âmbito africanista internacional, da pertinência e da atualidade das questões levantadas na tese de doutorado, defendida em 1994. E, por essa razão, é muito significativa para mim.

Os trabalhos publicados no Equador⁷⁵ e Venezuela⁷⁶ são produção coletiva com Maria Elisa Máximo (IELUSC), Jean Segata (UFRGS), Juciano Lacerda (UFRN) e Fernanda Cruz (Pós-doutoranda pelo Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les enjeux Sociaux – IRIS/EHESS de Paris), e estão ligados aos trabalhos do GrupCiber na Rede AMLAT, Rede Temática "Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina", com apoio do CNPq e coordenada por Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre (Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS). A participação na REDE AMLAT, desde 2009 até a presente data, representa a possibilidade de consolidar uma rede de cooperação internacional com pesquisadores da área de comunicação, ampliando o nosso diálogo no campo da cibercultura.

⁷³ Trata-se de uma abordagem crítica, mas ao mesmo tempo engajada, que me levou a organizar e a fundar com colegas de várias instituições universitárias (UFSC, UDESC e FURB) e organismos não governamentais o Comitê Catarinense de Educação em Direitos Humanos em 2010.

⁷⁴ RIFIOTIS, T. Ancestrality and Age Conflicts in Black-African Societies. In: AGUILAR, M. (org.). **Rethinking Age in Africa: Colonial, Post-Colonial and Contemporary Interpretations**. Trenton (NJ): Africa World Press, 2007a, p. 199-227.

⁷⁵ RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F. G. Diálogos de frontera: volviendo a pensar en las redes sociotécnicas a partir de experiencias etnográficas en lan houses. In: VELAREZO, A. P.; MALDONADO, A. E. (orgs.). **La investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

⁷⁶ RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F. G. Diálogos metodológicos entre antropología y comunicación en la investigación de las formas de apropiación de centros publico de acceso a la internet. In: FERNÁNDEZ, A. P.; MALDONADO, A. E. (orgs.). **Metodologías transformadoras: tejendola red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial Cepap, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, 2009.

D) Trabalhos publicados na íntegra em anais de eventos

Foram publicados na íntegra em eventos científicos 22 trabalhos, sendo a maioria deles transformada posteriormente em artigos ou em capítulos de livro, o que reforça a importância dos eventos para a geração de publicações. Destacaria, para fins do Memorial, que foram seis trabalhos publicados nos anais da Reunião de Antropologia do Mercosul (dois no Brasil⁷⁷, dois no Uruguai⁷⁸, dois na Argentina⁷⁹; quatro nos anais do Encontro da Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)⁸⁰; e três em anais da Reunião Brasileira de Antropologia⁸¹. Foram trabalhos iniciados para apresentação e que se desdobraram geralmente em publicações, mostrando a importância dos diálogos que tais eventos proporcionam para o desenvolvimento das pesquisas⁸².

⁷⁷ RIFIOTIS, T. Violência, judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento. In: **VII Reunión de Antropología del Mercosur**, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2007d, p. 1-14.

RIFIOTIS, T.; VENTURA, A. B. Fluxo da Justiça Criminal em casos de homicídios dolosos na Região Metropolitana de Florianópolis - Santa Catarina (2000 - 2003). In: **VII Reunión de Antropología del Mercosur**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2007, p. 1-19

⁷⁸ RIFIOTIS, T.; ROMAN, D. Denúncia de violência policial através da mídia escrita em São Paulo. O caso da polícia militar na Favela Naval em Diadema (São Paulo, BR). In: **II Reunión de Antropología del Mercosur**, Montevideo, Uruguai, 1997.

RIFIOTIS, T.; SANTOS, V. R. dos; TOLFO, S. da R.; MANTOVANNI, M. L. O atendimento psicológico, a judicialização de conflitos conjugais e as Delegacias de Proteção à Mulher. In: **VI Reunión de Antropología del Mercosur**, Montevideo: Universidad de la Republica, 2005.

⁷⁹ RIFIOTIS, T. Violências, homicídios, justiça e Direitos Humanos: repensando os lugares da antropologia na agenda pública. In: **X Reunión de Antropología del MERCOSUR**, 2013, Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2013. p. 1-14.

DASSI, T.; RIFIOTIS, T. “Papo de Bandido” e a “vida loka”: ensaio sobre moralidades entre “adolescentes em conflito com a lei” cumprindo medida socioeducativa de internação em Itajaí (SC). In: **VIII Reunión de Antropología del MERCOSUR**, Buenos Aires, 2009.

⁸⁰ RIFIOTIS, T. Duas ou três coisas sobre elas, as comunidades virtuais. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, 2003, Caxambu. Programa e Resumos. São Paulo: ANPOCS, 2003. p. 137-137.

RIFIOTIS, T.; DASSI, T.; VIEIRA, D. Vivendo no 'veneno': ensaio sobre regimes de moralidade entre 'adolescentes em conflito com a lei' em situação' cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina. In: **34o. Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu (MG). São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 1-29.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. In: **XIX Encontro Anual da ANPOCS**, 2005, Caxambu. São Paulo: ANPOCS, 2005.

RIFIOTIS, T. A denúncia da violência policial. O caso da polícia militar de São Paulo na Favela Naval e o leitor-modelo construído pela mídia. In: **XXI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu (MG), 1997b.

⁸¹ RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação. In: **29a Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: ABA/UFRN, 2014c, p. 1-19.

RIFIOTIS, T. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. In: **28a. Reunião Brasileira de Antropologia**, São Paulo, 2012b.

RIFIOTIS, T.; SANTOS, S. M. A. dos. Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização. In: **25a. Reunião Brasileira de Antropologia**, Goiânia. Brasília: ABA, 2006. p. 1-18.

⁸² Enumero também outras cinco publicações que merecem destaque pela importância que tiveram para o desenvolvimento dos trabalhos que se seguiram: IX Congresso de Ciências da Comunicação – Região Sul (2008); Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 (2006); Seminário do GEDIM – Globalisation Économique et Droits du Mercosur (2003); III Reunião Regional Norte e Nordeste de Antropologia (2003); Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (1997).

III. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Coerentemente com a Portaria que organiza a distribuição de itens do Memorial, o item Atividades de Extensão será um relato composto de dois tópicos: de um lado, a organização de eventos e cursos; e de outro o envolvimento na formulação de políticas públicas. Na minha experiência, esses tópicos estão indissolúvelmente ligados, ora um como possibilidade do outro, ora o outro propiciando ocasiões para que o primeiro se realize.

A perspectiva que defendo encontra-se mais detalhadamente fundamentada na Introdução do Memorial, quando procurei trazer a minha maneira de ver a atividade de extensão, a qual sempre me envolveu na participação e no diálogo para além da comunidade acadêmica⁸³. Assim, relato aqui atividades presentes em outras partes do Memorial, procurando destacar a visão que tenho sobre as suas implicações no debate da agenda social. Começo a narrativa numa ordem temporal inversa, procurando dar um sentido mais concreto e menos histórico aos trabalhos que desenvolvi no campo da extensão.

A) Atividades de extensão ligadas ao eixo violência/justiça

No corrente ano, fui convidado pelo ROJAQ (Regroupement des organismes de justice alternative du Québec)⁸⁴ para duas atividades na cidade de Quebec (Canadá) durante a realização do Congresso Anual daquela instituição. O convite faz parte de um trabalho de difusão de estratégias de justiça alternativa que venho acompanhando juntamente com meus estudos sobre a judicialização das relações sociais. Ministrei um minicurso intitulado "Conflito, sujeito e norma" para os participantes do congresso, e proferi palestra sobre a judicialização das relações sociais na conferência de abertura do evento geral. No mesmo sentido, no corrente mês (setembro/2016), fui convidado pela Academia Judicial de Santa Catarina para participar de uma mesa-redonda sobre justiça restaurativa no quadro do 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Santa Catarina e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Defensores Públicos, realizado em Joinville.

⁸³ Noto, de passagem, que fui coordenador de extensão do Departamento de Antropologia entre 1997 e 1998.

⁸⁴ Para maiores informações sobre o ROJAQ, conferir o site <http://www.rojaq.qc.ca>.

Em 2015, juntamente com diversos atores do campo jurídico e professores da UFSC, participei da comissão de organização do Seminário Internacional "Justiça Restaurativa: fundamentos e experiências", coordenado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina – evento no qual participei também de uma mesa-redonda sobre a temática da judicialização.

Ainda em 2015, fiz a conferência de abertura de dois eventos para o público de agentes sociais do direito: um em Porto Alegre, o III Simpósio Sul-brasileiro de psicologia jurídica; e o outro em São Paulo, o 1o. Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas, organizado pela Defensoria Pública de São Paulo.

No mesmo ano, a convite da reitoria da UFSC (Portaria 1519/2015/GR), integrei a comissão de criação do Comitê Institucional Permanente de Enfrentamento e Prevenção ao Racismo da UFSC. Trabalhei na Comissão com a tarefa de colaborar para a criação de uma política pública de atuação contra o racismo na comunidade universitária com vários professores e representantes de entidades estudantis. Procurei colocar em ação, junto a grupo de professores, gestores e estudantes, os conhecimentos que adquiri sobre as questões ligadas à construção do intolerável, a vitimização e a judicialização. Consciente da dificuldade inerente ao atravessamento de questões políticas e analíticas, enfrentei as dificuldades procurando colocar-me no lugar que creio ser o meu e em função do qual fui chamado a participar da Comissão. Trouxe a minha leitura e as experiências que conheci na Universidade de Montreal para os debates, procurando agregar elementos desde a minha perspectiva.

Praticamente no mesmo período, entre 2014 e 2015, estive envolvido como pesquisador no projeto de extensão da UFSC de âmbito nacional e financiado pelo MEC, intitulado "Violência e Preconceito na Escola", sob a coordenação da professora Denise Cord. O projeto visava à realização de pesquisa de campo e à análise do material para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência e do preconceito no cotidiano escolar. Dele participaram os professores Carla Rosane Bressan, Leandro Castro Oltramari e Marivete Gesser.

Fiz a análise do discurso a partir do material coletado em campo e apresentei a minha abordagem sobre o tema da violência e preconceito para o grupo, além de ter contribuído para a redação do relatório. Os dados de campo mostraram como os preconceitos compõem uma economia moral que atravessa questões de gênero e racismo, estendendo-se para formas normalizadoras também em termos estéticos, de sotaque e de classe social. Resumidamente,

destacaria que o estudo apontou para a necessidade de políticas educacionais no campo dos Direitos Humanos voltarem-se não apenas para questões específicas, mas para matrizes de julgamentos morais, modos de reconhecer e conceber a diferença. Esperamos poder divulgar os resultados da pesquisa realizada após a sistematização nacional, que ficou a cargo da UFMT.

Uma atividade de extensão que consumiu muito tempo e que reputo estratégica foi a de compor um grupo de avaliadores de obras a serem adquiridas pelo MEC para as escolas, a partir do Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE) em 2013. O PNBE Temático 2013 é um programa da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), do Ministério da Educação do Governo Federal. Trata-se da aquisição de um conjunto de obras de referência para as bibliotecas escolares de todo o país⁸⁵. Meu trabalho de avaliador de obras foi no eixo temático da Categoria Direitos Humanos. Essa atividade se relacionou, portanto, a um programa de avaliação de obras de referência para composição de acervo para as Bibliotecas Escolares do país, e foi realizada entre janeiro e dezembro de 2013, sob coordenação da Universidade Federal de Minas Gerais.

A avaliação de cada obra seguia um roteiro extremamente detalhado, que era, por sua vez, supervisionado para garantir a qualidade e uniformidade das avaliações. Basicamente, a avaliação, além da qualidade e atualidade do material, deveria verificar se a obra estava adequada aos programas e às políticas governamentais no âmbito dos Direitos Humanos, especialmente com relação ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Esse compromisso estava intimamente ligado com outros projetos de extensão dos quais participei ou que coordenei – e que descrevo a seguir.

Em 2010, participei de um grupo de trabalho organizado pela UFPB em Convênio com o MEC com a tarefa de definir subsídios para a elaboração de diretrizes para a educação em Direitos Humanos nos cursos de graduação em Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais – uma política pública altamente relevante para a formação dos estudantes naquelas áreas do conhecimento. Essa importante tarefa reuniu colegas de todo o país para a elaboração de subsídios que orientariam o MEC na formulação de diretrizes para a educação em Direitos

⁸⁵ O Programa procura atender de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica de todo o país cadastradas no Censo Escolar. São fundamentalmente obras para os estudantes, mas também material de referência e aprofundamento para os educadores. O envolvimento com essa atividade dá bem a dimensão dos investimentos, em termos financeiros, envolvidos para as editoras que encaminhavam as obras que haviam publicado para concorrer ao edital do PNBE.

Humanos em cada uma daquelas três áreas. Eu atuei no grupo de trabalho das Ciências Sociais. Os resultados do conjunto de trabalhos foram publicados na forma de um livro, sendo que a minha contribuição, escrita em parceria com a professora Marlise Matos, foi um capítulo intitulado "Direitos Humanos na Educação Superior" (RIFIOTIS e MATOS, 2010)⁸⁶.

Essas atividades de extensão representam desdobramentos de um outro projeto de extensão que visava a contribuir com a abertura do debate dos Direitos Humanos na Educação em Santa Catarina, que eu coordenei entre 2006 e 2010. Refiro-me ao projeto Educação em Direitos Humanos, que capacitou mais de 500 educadores de Santa Catarina, como já foi destacado anteriormente, e que foi a base para a criação do Comitê de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina, em 2010.

Anteriormente, eu havia atuado como palestrante em eventos organizados pela Polícia Militar de Santa Catarina e como professor na Academia de Polícia de Santa Catarina, mantendo uma ativa coordenação do IPESP (Instituto de Pesquisa e Estudos em Segurança Pública) entre 2002 e 2007. Tendo atuado como Membro da Câmara Técnica do Conselho Superior de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e como representante da Universidade Federal de Santa Catarina no Conselho Superior de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (Portaria 0799/2002/CTM-IPESP), minha atuação no campo estendeu-se significativamente no período. Participei também de debates públicos na Assembleia Legislativa e em programas de rádio e televisão como "expert" nas questões de violência e criminalidade.

Foi assim que em 2009 fui convidado a participar da Comissão Organizadora Municipal de Florianópolis da Conferência de Segurança Pública (Portaria n. 017/2009, da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão de Florianópolis). Foi um momento importante porque a estratégias de envolver amplos setores em Conferências Municipais, Estaduais e Federal possibilitava a ampliação do debate e a definição de políticas públicas originadas desses fóruns. Minha participação naquele fórum teve continuidade como membro da Comissão Organizadora Estadual do I CONSEG/SC (Portaria n. 0409/GEREH/DIGA/SSP/2009).

⁸⁶ RIFIOTIS, T.; MATOS, M. Judicialização, direitos humanos e cidadania. In: FERREIRA, L.F.G. et al. (orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em direitos humanos nas ciências sociais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 241-288.

O Convênio com a SSP foi uma fonte para a elaboração de relatórios e de estudos, especialmente sobre polícia comunitária, homicídios e mídia, e uma via para uma intensa participação nos debates na cena pública. Durante o período em que estava vigente o Convênio UFSC/SSP, através do IPESP, apoiei também um grupo ligado à Academia de Polícia de Santa Catarina no desenvolvimento de um projeto de estudo sobre o estresse policial. Foi um longo processo de estudo e compartilhamento de bibliografia sobre as experiências e pesquisas canadenses sobre a matéria; e durou cerca de dois anos, entre 2005 e 2006. O projeto visava a constituir uma proposta de intervenção, especialmente junto a policiais, na prevenção do estresse policial, que foi encaminhada à SSP no final de 2006.

Minhas pesquisas na Delegacia da Mulher, iniciadas em 1998, primeiramente em Florianópolis, e em 1999 em João Pessoa, estiveram sempre ligadas a uma interação com os agentes daquelas instituições. Realizei curso sobre conflitualidade e práticas policiais para as agentes da Delegacia da Mulher de João Pessoa e Campina Grande em 1998, o que abriu importantes portas para a minha etnografia em João Pessoa, que representou um marco da minha trajetória no tratamento judiciário da violência de gênero, com desdobramentos até hoje. Por isso sou muito grato a todas as agentes e delegadas que me possibilitaram a realização daqueles cursos e do trabalho etnográfico. Veio dali o embrião, digamos assim, dos estudos sobre a judicialização das relações sociais. Sem a confiança e cooperação daqueles interlocutores de pesquisa, aos quais serei sempre grato, minha trajetória teria sido outra. Aliás, as atividades em parceria com a professora Maria Nazaré Zenaide, da UFPB, que vinham desde 1997, com cursos para a Polícia Militar sobre minorias sociais e Direitos Humanos, tornaram-se um elo muito importante para o meu próprio desenvolvimento no campo.

É interessante lembrar que, após a minha volta do pós-doutorado, no qual me dediquei ao estudo das práticas policiais com o conhecido professor Jean-Paul Brodeur no Centre International de Criminologie Comparée da Universidade de Montreal, organizei ainda mais um curso para agentes de segurança pública. Foi um curso de capacitação na Delegacia da Mulher de Florianópolis (6ª DECAP), com Victoria Regina dos Santos, em 2004, com excelentes resultados tanto para o corpo de agentes quanto para os pesquisadores, consolidando um canal de interlocução entre a pesquisa e a extensão.

Vale uma breve menção para a realização de cursos na Semana de Extensão da UFSC em 2003, quando realizei o minicurso "Conflito e violência intrafamiliar", com a organização de material de referência para os participantes. Tivemos um público de formação variada, entre estudantes e profissionais da psicologia, serviço social, direito e outros.

Por último, mas não menos importante, destaco meu trabalho no curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica no NETI/UFSC, entre 1995 e 1998. Naquele curso eu ministrei a disciplina de Antropologia com ênfase para as questões do envelhecimento diferencial, trazendo as leituras etnológicas para que os estudantes, geralmente pessoas idosas, pudessem refletir criticamente sobre o envelhecimento na nossa sociedade.

B) Atividades ligadas à formação de "cultura informática" nas ciências sociais

Quero destacar, no item da extensão, um conjunto de atividades que são um desdobramento das minhas pesquisas no campo da cibercultura, com estudos e aprendizado sobre a utilização de programas de computador. Desenvolvi o gosto por introduzir dispositivos digitais na formação dos estudantes. Ainda hoje, nas minhas aulas procuro difundir a utilização de recursos digitais, desde elementares programas de edição de texto, mas de modo mais aprofundado, ou ainda programas para a criação dos chamados "mapas conceituais"⁸⁷ ou bancos de dados bibliográficos⁸⁸. Como disse na Introdução, desenvolvi um certo conhecimento no campo, que está sendo muito rapidamente ultrapassado, e o gosto de compartilhá-lo.

Foi assim que logo em 1995, recém-transferido para a UFSC, participei da Comissão de Informática do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC e procurei atuar com a Direção do Centro no sentido de contribuir para disseminar, nos nossos diversos cursos, a "cultura da informática". Elaborei um projeto entre os estudantes que consistia basicamente

⁸⁷ Eu utilizo no meu trabalho o MindManager, mas há muitos outros, inclusive *freeware*, sendo mais difundido o Cmap Tools: (<http://cmap.ihmc.us>).

⁸⁸ O mais conhecido é certamente o EndNote (<http://endnote.com>), que utilizei enquanto tive a licença por intermédio da Université de Montréal. Depois passei a utilizar um *freeware* chamado Zotero (<https://www.zotero.org>).

na instalação de computadores em locais de fácil acesso, num espaço público e aberto, com acesso à internet. Foi um momento marcante para a minha experiência de ensino porque me permitiu fazer convergir meus estudos sobre a etnografia e a análise do discurso, retomando questões que, como disse anteriormente, havia vislumbrado no desenvolvimento do meu doutorado, mas não havia podido realizar.

Instalamos inicialmente dois computadores com acesso aberto para os estudantes em espaço de grande visibilidade e apoiamos a realização de formação. Como tudo que acontecia no desenvolvimento técnico, havia uma expansão crescente e uma "devastação tecnológica programada" (TRIVINHO, 2006, p. 94), ou seja, um processo relativamente calculado de permanente obsolescência dos equipamentos e programas. Rapidamente, todos os investimentos, feitos a partir de poucos recursos, eram tornados inúteis ou não atraíam mais a nossa comunidade acadêmica. Assim, em pouco tempo, o que em determinado momento fora um grande atrativo foi-se tornando quase obsoleto para a maioria dos nossos estudantes, que passaram a ter acesso, em outros locais, aos recursos da internet. Mas continuou importante para aqueles que não tinham tal acesso.

De qualquer modo, meu objetivo mais amplo era o de professor, que neste campo se traduzia em procurar aproximar os estudantes e colegas pesquisadores de ferramentas informacionais e introduzir tais ferramentas nas disciplinas que ministrou regularmente em Métodos e Técnicas de Pesquisa na Graduação e na Pós-graduação. Porém, ainda hoje observo que há dificuldades importantes para que essa disseminação se generalize, e tenho procurado refletir sobre elas.

A minha experiência, como dito anteriormente, vem desde a criação do Laboratório de Ciências Humanas, Informática e Pesquisa (CHIP), em 1992, quando ainda era professor na Universidade Federal da Paraíba e introduzia os estudantes ao que conhecia sobre banco de dados, nomeadamente o dBase, um programa de gerenciamento de banco de dados criado na década de 1970, antes da emergência do sistema operacional Windows, ou seja, na época do DOS... Sem querer recuperar a minha trajetória desde o início, lembro que, quando iniciei o uso de banco de dados, no final do anos 1980, havia grande dificuldade no tratamento de informações textuais, sobretudo bancos de dados baseados em entrevistas e discursos, pois no dBase as informações eram sempre restritas em tamanho. Explorei várias possibilidades do

programa para encontrar uma que abrisse a possibilidade de um tratamento mais, digamos, qualitativo e fiz vários cursos informais para meus estudantes na UFPB.

No mesmo sentido, além daquela experiência, estimei cursos abertos de formação para criação de páginas pessoais e de grupos de pesquisa e organizei cursos mais especializados, dentre os quais um para capacitação ao instrumento metodológico chamado NVivo⁸⁹, um *software* voltado para dar suporte para a organização e análise de diferentes fontes de dados, genericamente chamados de qualitativos, como a etnografia e a entrevista. Confesso que mesmo da minha parte, mesmo sendo um entusiasta e querendo investir em ferramentas informacionais, tive dificuldades com o NVivo.

Dos recursos informacionais na pesquisa em Ciências Sociais, o NVivo foi aquele em que primeiro investi por possibilitar um trabalho aberto às estratégias específicas dos pesquisadores. Ele é mais um princípio de organização com regras abertas, que são definidas pelos objetivos da pesquisa; e, desse modo, viabiliza a geração de modos de visualização que permitem múltiplos e variáveis agrupamentos, identificação de conexões entre informações do *corpus* que será analisado, bem como a criação de múltiplos focos de pesquisa de modo sistemático e aberto. Na realidade, há todo um campo de investimento de pesquisas que se valem de recursos informacionais, os quais podem ser importantes para pesquisas que trabalham com grande volume de informações, especialmente os estudos no campo da cibercultura e o estudo de redes sociais mediadas por dispositivos na internet.

Apesar de referir-me ao NVivo, há toda uma gama de programas para computadores que atuam com o princípio básico de atender a especificidades das Ciências Sociais. Temos, só para citar alguns exemplos, o Alceste⁹⁰, o WordStat ⁶⁹¹, dentre muitos outros, que são pagos; e alguns que são *freeware*, como o Iramuteq⁹² ou Weft QDA⁹³ – além de uma literatura especializada na descrição e avaliação dos mesmos⁹⁴ (WIEDEMANN, 2013; PAINDORGE et al., 2015).

⁸⁹ <http://www.qsrinternational.com>

⁹⁰ <http://www.image-zafar.com/Logiciel.html>

⁹¹ <http://provalisresearch.com/news-events/montreal-august-30-2010/>

⁹² <http://www.iramuteq.org>

⁹³ <http://www.pressure.to/qda/>

⁹⁴ Um interessante artigo comparativo sobre esses programas foi publicado por Normand Roy e Roseline Garon (2013), intitulado "Étude comparative des logiciels d'aide à l'analyse de données qualitatives: de l'approche automatique à l'approche manuelle".

O campo é muito vasto; e, nos últimos anos, dediquei-me mais diretamente ao que se chama Cartografia de Controvérsias, apoiada nos desenvolvimentos das obras de B. Latour (2004; 2008) e do grupo de pesquisa do MédiaLab, que faz parte da SciencePo de Paris⁹⁵, no qual tive a possibilidade de realizar um estágio entre fevereiro e junho de 2016. Durante esse período, tive a oportunidade de acompanhar a formação no *software* Hyphe, uma das ferramentas que os pesquisadores daquela instituição empregam nos seus trabalhos⁹⁶. Na realidade, o estágio a que me refiro foi também uma das atividades desenvolvidas com apoio do CNPq através do projeto "Mapeando Controvérsias: Políticas Etnográficas na Pesquisa em Cibercultura", que redundou na organização de um livro com selo da Associação Brasileira de Antropologia – ao qual me referi anteriormente (SEGATA e RIFIOTIS, 2016).

Mesmo continuando empolgado com as possibilidades dos meios digitais para a pesquisa e estimulando meus orientandos a procurar incorporá-los, minha avaliação hoje é a de que, sem um investimento massivo na área, que incentive novos pesquisadores a explorar as possibilidades tecnológicas para pesquisa, continuaremos em déficit metodológico. No final dos anos 90 do século passado, eu imaginava que, em poucas décadas, teríamos incorporado tecnologias informacionais na análise antropológica. Imagine-se, por exemplo, incluir esses dispositivos em disciplinas de Metodologia. Tal cenário ainda está longe de ser uma realidade e tampouco um horizonte devido à falta de indução e de fomento no campo, preparando novos professores que coloquem em teste as potencialidades e que formem estudantes capazes de incorporar tais dispositivos criticamente desde a sua formação.

⁹⁵ <http://www.medialab.sciences-po.fr>

⁹⁶ Pode-se consultar uma breve descrição das ferramentas desenvolvidas no MédiaLab no site: <http://www.medialab.sciences-po.fr/tools/>.

IV. COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

Até o presente momento, coordenei 32 projetos de pesquisa, individuais e coletivos, contando basicamente com apoio do Ministério das Relações Exteriores da França (mestrado), do CNPq (projetos em vários editais, bolsa individual de produtividade em pesquisa e bolsa de pós-doutorado), da CAPES (doutorado, bolsa sênior de pós-doutorado), da FAPESC (projeto coletivo de pesquisa), do Governo do Canadá (bolsa de pesquisa) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (bolsas de iniciação científica). Selecionei aqui os projetos que me parecem marcar melhor a minha trajetória de pesquisador. E quero oportunamente ressaltar que eles apenas puderam ser realizados com o apoio das instituições de fomento e da UFSC.

Os eixos de pesquisa estão registrados através do conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito de dois espaços que marcam a minha trajetória desde que iniciei meu trabalho na UFSC. Refiro-me ao Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS) e ao Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber). O LEVIS, que coordeno com a professora Miriam Pillar Grossi desde a sua origem, em 1996, desenvolve o projeto geral de uma Antropologia das violências e dos conflitos, estimulando pesquisas que coloquem criticamente os fundamentos teóricos da pluralidade e da produtividade social das violências e dos conflitos. O GrupCiber, por sua vez, é coordenado por mim desde a sua origem, em 1997, tendo à frente de sua coordenação a professora Maria Elisa Máximo entre 2006 e 2014, e atualmente o professor Jean Segata, que a assumiu a partir de 2014. Ao longo dos anos, como já mencionado em seção anterior deste Memorial, o GrupCiber expandiu o horizonte teórico da problematização acerca da socialidade no ciberespaço e da relação de humanos e não humanos.

Passo rapidamente em revista os principais projetos, apresentados segundo os eixos que predefini como sendo marcos referenciais do meu trabalho de pesquisa, quais sejam: violência/justiça e cibercultura. Ao final do item, seguindo a estrutura adotada no Memorial, exporei projetos de extensão que coordenei na UFSC.

A) Eixo violência/justiça

Meu principal projeto, atualmente, é a coordenação de uma pesquisa comparativa entre Brasil e Canadá (Quebec) no campo da judicialização da violência de gênero, para o qual conto com financiamento de bolsa de produtividade em pesquisa, nível 1D. Para além da parceria iniciada há muito anos com a professora Sonia Gauthier, do CRIVIFF (Centre de Recherche Interdisciplinaire sur la Violence Familiale et la Violence faite aux Femmes) da Universidade de Montreal, no último ano iniciei uma intensa atividade de criação de uma rede internacional de pesquisa comparada, envolvendo também pesquisadoras da França e da Argentina.

Aqui creio pertinente narrar, retomando o que foi dito anteriormente, que se trata de um projeto ainda em formação, o qual, embora seja muito ambicioso, visa modestamente a ser uma possibilidade de troca de experiências de pesquisa que nos permitam, através de uma abordagem comparada, compreender as especificidades de cada experimento jurídico e seus dispositivos de intervenção a partir da análise de outras experiências.

Em termos propriamente metodológicos, adotaremos uma perspectiva comparada no sentido de estabelecer uma analítica que supere a busca de tradução como identificação de equivalências entre sistemas, instituições, normatividades e significados locais que redundaria numa simples identificação de diferenças e semelhanças, aspectos positivos e negativos, etc. Trata-se, em vez disso, de instalar uma abordagem mais abrangente que permita colocar em suspensão categorias de base dos documentos que serão analisados e seus significados locais como partes de um sistema classificatório que define um lugar próprio para o tratamento "sociojudiciário" da "violência de gênero" nos diferentes experimentos envolvidos no projeto. A perspectiva comparada, afinal, não se vale dos contextos como matrizes explicativas, pois ela opera como um sistema de traduções que permite multiplicar as perspectivas de compreensão de experimentos sociais, que são sempre localmente situados. Trata-se de uma abordagem heurística da diferença, tal como desenvolvida por Roberto Kant de Lima (1991, 2011) para o campo jurídico.

A coordenação desse projeto é na verdade um desafio maior para a minha atividade acadêmica por se tratar de um projeto multissituado, com pesquisadoras de diversas formações e alinhamentos políticos, que têm em comum o interesse em problematizar o que

conhecemos hoje sobre a judicialização da violência de gênero. Refiro-me concretamente à parceria com pesquisadoras do Canadá, especialmente Sonia Gauthier e Lyse Montminy (Universidade de Montreal), com as quais já desenvolvi atividades de ensino e pesquisa anteriormente, mas também Arlène Gaudreault, professora de Criminologia da Universidade de Montreal, atuante na Association québécoise Plaidoyer-Victimes, e mais recentemente a professora Catherine Rossi, da Université de Laval, com quem iniciei contato neste ano. Na França, tenho mantido contato com Pauline Delage (UNISCIENCES, Université de Lausanne), Élisabeth Herman (Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les enjeux Sociaux, IRIS/EHESS de Paris) e Solenne Jouanneau (Université de Strasbourg). Na Argentina, a professora Natalia Castelnuovo (UBA) e Olga G. Brunatti (Universidad Mar del Plata) são grandes parceiras de diálogos e de publicações. Por fim, nomes como Guita Grin Debert (PAGU/UNICAMP) e integrantes do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC constituem parcerias bastante consistentes no Brasil.

Complementam essas parcerias as contribuições oriundas do campo da Antropologia do Direito, sobretudo a interlocução com o NADIR (Núcleo de Antropologia do Direito da USP), com o qual participamos de um convênio CAPES/COFECUB envolvendo a Universidade de Paris I (Sorbonne). Entendo que estamos compondo, desse modo, um conjunto de parcerias estratégicas que venho desenvolvendo visando a uma problematização da judicialização das relações sociais no campo dos estudos da violência de gênero.

É um projeto ambicioso que pretendo desenvolver nos próximos anos. Além de ser uma extensão do meu projeto anterior com bolsa de produtividade do CNPq, essa proposta estava sendo preparada com o aprofundamento de pesquisas sobre a judicialização da violência de gênero em Florianópolis. Foram duas orientações de teses de doutorado: uma como orientador principal no curso de Antropologia, de autoria de Ísis de Jesus Garcia, defendida em 2016; e outra defendida por Regina Ingrid Bragagnolo em 2012 no curso de Psicologia, orientada pela professora Mara Lago e coorientada por mim⁹⁷.

Coordenei, ainda, nesse sentido um subprojeto intitulado “Violência, justiça e Direitos Humanos: Estudo das práticas de judicialização da violência de gênero em Florianópolis (SC)”, realizado entre 2013 e 2015, com a participação de Regina Ingrid Bragagnolo, Ísis de Jesus Garcia e Maíra Marchi Gomes – esta última, psicóloga policial atuando na Delegacia da

⁹⁷ Publicamos em parceria o artigo "Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina", em um número da Revista Estudos Feministas (BRAGAGNOLO, LAGO, RIFIOTIS, 2015).

Mulher de São José (SC), que defendeu seu mestrado sob minha orientação em 2010. O projeto possibilitou mapear os dispositivos relacionados ao campo de intervenções sociojudiciárias em Florianópolis, especializados ou não, aos quais as mulheres vítimas de violência de gênero podem recorrer.

Antecedeu esses projetos a pesquisa sobre parricídios julgados no tribunal de júri de Florianópolis, que foi um primeiro passo desde o estudo da conflitualidade nas sociedades banto-falantes da tese de doutorado em direção ao modo de tratar essa questão na sociedade brasileira contemporânea, tipicamente marcada pela ação judicial. Foi o meu primeiro projeto com bolsa de produtividade do CNPq, em 1999. Seguiram-se, então, projetos com "jovens em conflito com a lei", apoiados com bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado pelo CNPq.

Os projetos apoiados pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sob a minha coordenação iniciaram-se em 2002 e foram concluídos com o encerramento do Convênio entre a Secretaria e a UFSC. Basicamente os projetos foram:

1) Fluxo de Justiça Criminal nos casos de Homicídio Doloso (Região Metropolitana de Florianópolis, 2000-2004). Realizado com apoio também do CNPq (Edital 32/2004) e de bolsa de mestrado do PPGAS/UFSC;

2) Mapeamento e Monitoramento dos Homicídios em Santa Catarina (2002-2007).

Tivemos também um projeto em parceria com o professor Alberto Groisman, financiado pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina), chamado "Trajetórias e Itinerários no contexto do uso de drogas em Santa Catarina. Modalidades de inserção e vivência no consumo, nas experiências de desvio e criminalidade e nas alternativas terapêuticas". Nesse projeto, procuramos identificar e analisar características específicas dos percursos dos usuários de drogas em Santa Catarina desde a sua inserção no uso, focando a busca de alternativas terapêuticas e eventuais experiências de desvio e mesmo de criminalidade.

B) Eixo Cibercultura

Iniciado em 2015, “Mapeando Controvérsias: Políticas Etnográficas na Pesquisa em Cibercultura” é um projeto de pesquisa executado pela equipe de pesquisadores do Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia – GrupCiber, sob a minha coordenação⁹⁸. O primeiro resultado da pesquisa, além do meu estágio no laboratório dirigido por Bruno Latour, o MédiaLab (SciencesPo/Paris), foi a publicação de um livro em parceria com Jean Segata (SEGATA e RIFIOTIS, 2016).

O projeto supracitado é decorrente de dois outros anteriores que coordenei com Jean Segata. Refiro-me aos projetos intitulados "A Escrita do Não-Humano: A Etnografia a partir de uma Perspectiva Sociotécnica" e "O Texto da Rede. A produção etnográfica a partir de uma perspectiva sociotécnica", ambos financiados com bolsa de pós-doutorado júnior do CNPq, sob a minha supervisão. A questão central desses dois empreendimentos acadêmicos era discutir os lugares e potencialidades da etnografia na análise de redes sociotécnicas. Ambos os projetos, inspirados pela chamada Teoria Ator-Rede de M. Callon e B. Latour, procuraram analisar criticamente a literatura do campo da cibercultura e refletir sobre como produzir o texto antropológico de modo a não permitir que a agência se torne sempre humana – ou, em outras palavras, sobre como registrar (escrever, descrever, representar, traduzir) os coletivos formados pelas associações entre humanos e não humanos⁹⁹.

Os projetos de cibercultura, oriundos, como explicado desde a Introdução, de um grande interesse pelo campo das práticas digitais na pesquisa, tiveram um momento anterior que foi fundamental para consolidar o nosso grupo de pesquisa, o qual está intimamente ligado ao projeto financiado pelo CNPq em 2007, intitulado "Estudo etnográfico das formas de apropriação dos centros públicos de acesso pago à Internet em Florianópolis/SC", do qual participaram Maria Elisa Máximo e Juciano Lacerda.

⁹⁸ Projeto aprovado na chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES nº 22/2014.

⁹⁹ Dois mestrados já defendidos foram realizados a partir desse projeto (João Paulo Roberti Jr e Marcello Malgarin). Um terceiro se encontra em finalização (Lorena Trindade).

V. COORDENAÇÃO DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Como referido na Introdução do Memorial, atuei como coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSC entre 2002 e 2004, em parceria com a professora Esther Jean Langdon, cuja função era a de subcoordenadora. Na realidade, a parceria a que me refiro foi uma continuidade dos trabalhos iniciados em 1996, quando estivemos na coordenação do PPGAS, tendo sido ela, naquela ocasião, a coordenadora, e eu o vice-coordenador (1996-1998). Ocupei a vice-coordenação do PPGAS também em outras duas ocasiões: em 2001, com a professora Carmen Silvia Rial, quando do meu regresso do primeiro pós-doutorado; e em 2011, antes do meu afastamento para o segundo pós-doutorado, com a professora Miriam Pillar Grossi. Anteriormente, ainda como professor lotado na UFPB, fui vice-coordenador por dois anos na gestão do Professor Jacob Carlos Lima, entre 1994 e 1995, no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) daquela instituição.

Uma das atividades estratégicas da coordenação de pós-graduação é a elaboração do relatório CAPES, que é o instrumento de avaliação e conseqüentemente de reconhecimento entre os pares, mas também um indicador para a distribuição de recursos. Em todas essas ocasiões, salvo quando da vice-coordenação temporária em 2011, fui responsável pela elaboração do relatório anual CAPES; e, especialmente na minha gestão como coordenador, elaborei o relatório do triênio para a avaliação do Programa¹⁰⁰.

Iniciei a minha experiência de gestão no PPGS/UFPB sempre com um projeto político-pedagógico em mente que me motivava a atuar na atividade administrativa com uma visão institucional, o que transformou o Mestrado em Ciências Sociais (MCS) que existia até então no Programa de Pós-graduação em Sociologia. O projeto nasceu da avaliação da CAPES sobre o MCS relativa ao triênio 1991-1993, na qual era apontada a falta de um equilíbrio entre as três áreas (Sociologia, Antropologia e Política) no corpo docente e nas linhas de pesquisa, não ficando plenamente justificada a denominação de Ciências Sociais. Organizamos reuniões com os docentes e discentes para avaliar as conseqüências daquele resultado e o futuro do MSC. Foi muito importante lembrar que desde 1993 novos professores com recente titulação de doutorado estavam sendo incorporados ao corpo docente.

¹⁰⁰ Ocasão em que pela primeira vez obtivemos a indicação do Comitê de Área para o conceito 6, que infelizmente não foi aprovado pelas instâncias superiores da CAPES.

Essa primeira experiência foi muito rica porque possibilitou a realização do projeto de coordenação que compartilhei com Jacob Carlos Lima em torno de uma reestruturação do Programa, envolvendo a atualização da organização curricular e dos conteúdos disciplinares, passando pela criação de critérios de credenciamento e o recredenciamento do corpo docente, além da organização da secretaria. Foi um amplo processo de reestruturação do MCS/UFPB visando à sua qualificação e à criação das bases para o desenvolvimento de um futuro projeto de Doutorado – o qual se realizou efetivamente em 2000. Fazia parte do nosso projeto político-pedagógico ampliar o reconhecimento das pesquisas desenvolvidas em nosso Programa e abrir o diálogo com colegas da região e interlocutores nacionais, o que nos levou a organizar pela primeira vez na UFPB o Encontro de Ciências Sociais e a IV Reunião de Antropologia Norte/Nordeste, em 1995.

Considero, ainda hoje, que um projeto de pós-graduação passa pela adequação entre as áreas efetivamente cobertas pelas pesquisas do corpo docente e as linhas de pesquisa, definindo-se um perfil do Programa. Porém, é extremamente relevante também a atenção ao fluxo das atividades administrativas para a estruturação dos trabalhos dos docentes e discentes, sendo que o investimento na secretaria é capital para o próprio desenvolvimento do Programa. Aliás, quando assumi o PPGAS da UFSC como coordenador em 2002, tive de enfrentar uma grave crise de falta de servidores e estruturar uma secretaria que atendesse às necessidades de um Programa em plena expansão com a criação do curso de Doutorado, que ocorrera em 1999 no PPGAS/UFSC¹⁰¹.

Em relação ao curso de Doutorado do PPGAS, como mencionado brevemente na Introdução, tenho a relatar que era um anseio do conjunto dos nove colegas que compunham o recém-criado Departamento de Antropologia no final de 1995. Ademais, a realização do projeto de criação do curso de Doutorado, desde meu ponto de vista, deve muito ao professor Sílvio Coelho dos Santos, que muito incentivou a iniciativa e foi, como sempre, um farol de navegação durante todo o processo. A estruturação do projeto de Doutorado até seu encaminhamento para a CAPES, ainda em 1998, foi um processo longo de autorreflexão, amadurecimento e consolidação do Programa em termos nacionais. Tenho muito orgulho de ter assumido a vice-coordenação do PPGAS/UFSC, sob a coordenação da professora Esther Jean Langdon, com a responsabilidade de organizar a proposta de criação do Doutorado,

¹⁰¹ Uma dificuldade capital que em geral as coordenações enfrentam e que leva ao dispêndio de esforços por falta de uma burocracia eficiente e bem regulamentada.

assim como de termos tido o projeto aprovado na CAPES, com nossa primeira turma iniciando ainda em 1999.

Creio que é igualmente importante relatar aqui que a coordenação da pós-graduação é uma atividade que tem também um viés político importante, tanto acadêmico quanto administrativo, seja nas instâncias internas da universidade, seja na representação e no diálogo com outras instituições universitárias ou, naturalmente, com órgãos de fomento. Na minha gestão como coordenador (2002-2004), tive de assumir a presidência da comissão organizadora da V Reunião de Antropologia do Mercosul, que realizamos com pleno sucesso em 2003. Foi um período de intensa negociação com a Pró-reitoria de Pós-graduação da UFSC para garantirmos apoio ao desenvolvimento do Programa e atingirmos o conceito 6 na CAPES. O reconhecimento do nosso Programa interna e externamente à UFSC nos proporcionou uma expansão física da área destinada aos nossos laboratórios e às salas dos professores, que coincidiu com a expansão das edificações no nosso Centro. Foi um trabalho intensivo de política acadêmica em todos os planos, iniciada desde a criação do Departamento de Antropologia, e que foi fundamental para a nossa expansão e para recebermos, em anos mais recentes, os novos colegas que hoje compõem o corpo docente do PPGAS/UFSC. O que temos hoje é resultante de uma obra coletiva e dos esforços de todos. Tenho, pois, muito orgulho de pertencer a esse coletivo¹⁰².

¹⁰² É digno de nota que o nosso Departamento iniciou seus trabalhos de forma independente, no final de 1995, com apenas nove professores e que hoje somos vinte e cinco, todos atuando no nosso Programa de Pós-graduação.

VI. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE CONCURSOS, DE MESTRADO E DE DOUTORADO

A participação em bancas de seleção de professor é de grande responsabilidade institucional e invariavelmente envolve trajetórias pessoais. Todas as bancas de que participei foram marcantes e de grande aprendizado para a minha própria compreensão acerca da atividade docente.

Considero que bancas de conclusão de trabalho, seja no nível que for, têm relevante significado acadêmico. São momentos singulares em que os investimentos de orientação e de pesquisa se encontram com a leitura de terceiros pela primeira vez e quando todo o processo do ritual de passagem atinge seu ponto dramático. A banca de conclusão é aquela parte do ritual acadêmico marcada pelo diálogo, digamos, interoperacional que faz do iniciante um iniciado – e quem sabe, mais adiante, um iniciador.

Em termos de concurso para vaga de professor, participei das seguintes bancas:

2010 – Comissão Examinadora do Processo Simplificado para Professor Visitante/REUNI. Universidade Federal de Santa Catarina. (RIFIOTIS, T.; LEITE, Ilka Boaventura; CASTELLS, Alicia Gonzales de.)

2009 – Concurso Público para Professor Adjunto em Antropologia Urbana. Universidade Federal do Espírito Santo. (RIFIOTIS, T.; CICCARONE, C.; TELLA, M.A.P.)

1997 – Professor Assistente RETIDE do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; MOONEN, Frans; BAPTISTA, Maristela Oliveira de Andrade Rangel)

1996 – Professor Substituto na área de Antropologia para o Departamento de Ciências Sociais/UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. (RIFIOTIS, T.; DICKIE, M. A. S.; NACKE, Anelise)

1995 – Professor Substituto para o Departamento de Ciências Sociais – Área de Antropologia. Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; AQUINO, Aécio Vilar de; ANDRADE, Maristela Oliveira de.)

1994 – Professor Assistente RETIDE na área de Métodos e Técnicas de Pesquisa para o Departamento de Ciências Sociais/UFPB. Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; BUONFIGLIO, Maria Carmela; CAVALCANTI, Josefa Salete)

1992 – Professor Auxiliar RETIDE na área de Antropologia para o Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB (Campina Grande). Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; MARIN, Maria Cristina de Melo; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade)

1991 – Professor Auxiliar RETIDE na área de Antropologia para o Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB (Campina Grande). Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; CANIELO, Márcio de Matos; STUCCHI, Deborah)

1991 – Professor Assistente RETIDE na área de Sociologia para o Departamento de Ciências Sociais da UFPB (João Pessoa). Universidade Federal da Paraíba. (RIFIOTIS, T.; LIMA, J. C.; POTENGY, Gisélia)

No quesito bancas de conclusão de curso, participei de 18 bancas de trabalhos de conclusão de curso de graduação, 11 de especialização, 47 de mestrado, 36 de bancas de qualificação de doutorado e 33 de doutoramento. Fazendo um rápido balanço institucional, em termos apenas de bancas de doutorado e mestrado, teríamos:

BANCAS DE DOUTORADO		BANCAS DE MESTRADO	
UFSC	13 teses	UFSC	30 dissertações
USP	4 teses	UFPB	5 dissertações
UNICAMP	3 teses	UNICAMP	4 dissertações
UFPR	2 teses	USP	2 dissertações
PUC/SP	2 teses	UFPR	2 dissertações

BANCAS DE DOUTORADO		BANCAS DE MESTRADO	
UFRJ	1 tese	UFRJ	1 dissertação
UFCE	1 tese	PUC/SP	1 dissertação
PUC/RJ	1 tese	PUC/RS	1 dissertação
UFPB	1 tese	UDESC	1 dissertação
UNISINOS	1 tese		
UNISUL	1 tese		
Universidad de Málaga	1 tese		
Université René Descartes – Paris V	1 tese		
Université de Montréal	1 tese		

Particpei, além disso, de 8 bancas de cursos de especialização em Gerontologia na UFSC, de outras 2 na especialização em Direitos Humanos da UFPB, e de uma outra na Academia Judicial de Santa Catarina.

Finalmente, gostaria de apontar que, além das bancas relatadas acima, participei do Concurso Brasileiro de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais, organizado pela ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em 2011, como parecerista *ad hoc*.

VII. ORGANIZAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

A) Organização de eventos

A organização de eventos e cursos é uma parte importante da produção e circulação de ideias, e como tal mereceu investimento importante no rol de minhas atividades acadêmicas. Foram mais de 50 eventos organizados, dos quais gostaria de destacar neste Memorial aqueles que foram particularmente marcantes para o desenvolvimento dos meus trabalhos e para a constituição de redes de cooperação com as quais eles se articulam.

Começaria pela presidência da V **Reunião de Antropologia do Mercosul** (Florianópolis), em 2003¹⁰³, e pela participação como membro do Comitê Organizador Internacional da XI Reunião de Antropologia do Mercosul (Montevideu), em 2015. A RAM constitui um evento de grande relevância internacional, principalmente na América do Sul, e que se tem expandido com a participação de pesquisadores de várias partes do mundo. Ainda no âmbito da RAM, tenho participado com apresentação de trabalhos e como coordenador de Grupos de Trabalho e de mesas-redondas:

* **Montevideo, 2015**: GT "Simetria, agência e etnografia: experiências de pesquisa sobre relações entre humanos e não humanos", em parceria com J. Segata e R. Winocur;

* **Montevideu, 2015**: Mesa-redonda "Antropologia e cibercultura: políticas etnográficas e redes sociotécnicas", em parceria com A. Escobar;

* **Córdoba, 2013**: GT "Muertes, violências y territorio: sentidos y escenarios en America Latina", em parceria com N. Bermúdez e A. L. Pérez;

* **Porto Alegre, 2007**: GT "Violência e justiça: questões teóricas e etnográficas em gênero e família", em parceria com S. Alvarez¹⁰⁴;

¹⁰³ Participaram da Comissão Organizadora todos os colegas do departamento, especialmente os professores Miriam Pillar Grossi, Mármio Teixeira-Pinto, Alberto Groisman, Miriam Hartung e Flávio Wiik.

¹⁰⁴ Dos grupos de trabalho que coordenamos em 2007 e 2005, surgiu o projeto do livro "Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia" (RIFIOTIS e CASTELNUOVO, 2011).

* **Montevidéu, 2005:** GT "Violência de gênero e intrafamiliar", em parceria com G. G. Debert;

* **Florianópolis, 2003:** GT "Violência de gênero e violência intrafamiliar", em parceria com G. G. Debert;

* **Curitiba, 2001:** Simpósio "Conflitos, Violências e modelos de sociabilidade".

A **Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)** tem sido um outro espaço fundamental para conhecermos novos trabalhos, para aprofundarmos os debates da produção antropológica, e no qual tenho organizado grupos de trabalho e mesas-redondas:

* **Em 2014**, em parceria com A. Jungblut, organizamos o grupo de trabalho "Etnografias no ciberespaço";

* **Em 2008**, a mesa-redonda "Família e Curso da Vida: Transformações e Políticas Públicas";

* **Em 2002**, em parceria com G. G. Debert, organizamos o grupo de trabalho "Conflitualidade e relações interpessoais";

* **Em 1998**, em parceria com M. R. da Costa, organizamos o grupo de trabalho "Violência e processos de subjetivação no Brasil contemporâneo";

* **Em 1996**, em parceria com C. A. Messeder Pereira, organizei a mesa-redonda "Violência e Cultura no Brasil", da qual participaram Alba Zaluar, Luiz Eduardo Soares e Sérgio Adorno;

* **Em 1994**, em parceria com M. P. Grossi e M. Teixeira-Pinto, organizamos o grupo de trabalho "Por uma antropologia da violência".

Nos Encontros Anuais da **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, organizei grupos de trabalho e mesas-redondas:

* **Em 2015**, coordenação da mesa-redonda "Políticas etnográficas no campo da cibercultura", em parceria com J. Segata;

* **Em 2014**, coordenação da mesa-redonda "Acesso à justiça e produção de sujeitos de direito: a judicialização das relações sociais no Brasil";

* **Em 2012**, coordenação da mesa-redonda "Direitos do Sujeito e Sujeito dos Direitos", em parceria com A. L. P. Schritzmeyer;

* **Em 2009**, coordenação da mesa-redonda "Família e curso da vida: transformações e políticas públicas";

* **Em 2003**, coordenação do Grupo de Trabalho "Sociedade de Informação: redes sociais, fundamentos da sociabilidade e transformações dos processos políticos", em parceria de T. Dwyer e F. C. dos Santos;

* **Em 2001**, organização da mesa-redonda "Sociedade de Informação: reflexões teóricas e metodológicas", que introduziu a temática da cibercultura no âmbito da ANPOCS, em parceria de T. Dwyer e F. C. dos Santos.

Na perspectiva de criar uma rede internacional latino-americana no campo da cibercultura, organizei com Arturo Escobar o simpósio "Antropología y cibercultura: Políticas etnográficas en redes sociotécnicas" no âmbito do **IV Congresso Latinoamericano de Antropología**, no México, em 2015. Destaco também o painel "Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura", no **VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia**, igualmente em 2015, em parceria com Jean Segata, ao qual não pude comparecer por compromisso de pesquisa do meu projeto atual no Canadá¹⁰⁵.

Desde 2013, coordeno, sempre em parceria com o professor Jean Segata e com o apoio do GrupCiber, os **Seminários Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia** (2013, 2014, 2015), com apoio do CNPQ, CAPES, FAPESC e UFSC¹⁰⁶. Trata-se de um evento que procura nuclear e divulgar os principais debates contemporâneos da Antropologia, nomeadamente as questões da biotecnologia e biossocialidade, envolvendo debates sobre hibridismo, redes sociotécnicas, agência humana e não humana, simetrização, sempre com foco na Antropologia. Nosso intuito era, antes de tudo, fazer circular a produção atual e estabelecer redes de pesquisa nacionais e internacionais. Participaram dos eventos colegas da UFMG, UnB, UFBA, UFRJ, UNICAMP, UFRGS, Université de Nanterre – Paris X, e do PPGAS/UFSC.

¹⁰⁵ Trata-se de uma série de eventos que organizamos e que nos possibilitou publicar em 2016 o livro que leva o mesmo nome (SEGATA e RIFIOTIS, 2016).

¹⁰⁶ Os trabalhos foram reunidos no dossiê que organizamos na Ilha – Revista de Antropologia (RIFIOTIS, SEGATA e SAEZ, 2015) e no livro Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura (SEGATA e RIFIOTIS, 2016).

Em 2011, fiz parte da Comissão Organizadora do V **Simpósio Nacional da ABCiber** – comissão presidida pela professora Yara Guasque, da UDESC. Realizado em Florianópolis, o simpósio contou com a participação de pesquisadores de todo o país. O evento contribuiu para a consolidação da ABCiber como nucleadora dos debates do campo no Brasil. Por essa razão, é com grande orgulho que destaco que o GrupCiber esteve empenhado em todas as etapas desse evento, que constituiu um marco para o campo de estudos da cibercultura em Santa Catarina.

De modo mais episódico, coordenei, em 2012, o Colóquio intitulado "Analyse comparée Canada-Brésil sur les politiques et les pratiques d'intervention sociojudiciaire dans les événements de violence conjugale" no âmbito do 80º Congresso Anual da ACFAS (**Association francophone pour le savoir du Canada**), em Montreal, em parceria com Lyse Montminy. Participaram do colóquio pesquisadoras brasileiras e canadenses, destacando-se a presença de Guita Grin Debert e de Maria Filomena Gregori.

Finalmente, gostaria de destacar o trabalho de organização, em 2014, do Colóquio "Sujeitos e Políticas Públicas", apoiado pelo **Instituto Brasil Plural** (IBP/CNPq), em cooperação com o Transes (Núcleo de Antropologia do Contemporâneo) e com o LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Colóquio foi organizado por uma equipe composta pela professora Sônia W. Maluf, a pesquisadora Fernanda Cruz (do Transes) e por mim; e teve como objetivo refletir sobre as possibilidades analíticas da articulação entre uma antropologia do sujeito e o estudo de políticas públicas.

B) Organização de cursos

Com o desenvolvimento das pesquisas que realizei ao longo dos anos, em várias ocasiões tive a oportunidade de organizar e realizar cursos de capacitação para distintos agentes sociais, dentre os quais destacaria aqueles voltados para os educadores e gestores da educação e aqueles específicos para os agentes de polícia e os educadores.

Dada a importância estratégica dos Direitos Humanos nas minhas atividades acadêmicas, quero relatar os resultados de um projeto que durou 4 anos, envolvendo a capacitação de mais de 500 educadores e gestores da educação de Santa Catarina. O projeto e

os cursos promovidos a partir dele foram realizados com apoio do SECADI/MEC e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, entre 2006 e 2010. Produzimos material didático, publicamos um livro – que teve, inclusive, uma segunda edição –, realizamos oficinas e abrimos espaço para que a criatividade dos educadores pudesse ser compartilhada através de suas apresentações, mostras de material, troca de experiências.

Ao processo que vínhamos construindo ao longo daqueles anos, foram agregados diversos outros atores sociais, como ONGs e movimentos sociais, além da Secretaria de Estado da Educação. A partir dessa grande parceria, por fim, organizamos em 2010 o I Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina.

O coletivo do LEVIS que coordenou comigo essas atividades mostrou-se plenamente engajado em levar uma mensagem mais próxima das experiências dos educadores trabalhando as contradições do cotidiano escolar ao invés de levar uma mensagem abstrata. Foi um longo processo, que integrou educadores e movimentos sociais de várias partes do nosso Estado e que culminou, em 2010, pouco antes do meu afastamento para o segundo pós-doutorado, numa assembleia de fundação do Comitê de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina.

Por meio do Convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, já havíamos organizado dois eventos (Florianópolis e Blumenau) intitulados "Mídia, Violência e Segurança Pública: especular e espetacular", em 2005 e 2006, com o apoio de Victoria Regina dos Santos, Cristina Cordioli e Marcos Hoffman – servidores da Polícia Civil de Santa Catarina. Acreditamos ter contribuído, com esses eventos, para problematizar a centralidade da mídia nos debates sobre segurança pública e para colocar em debate a competência comunicativa dos agentes de segurança pública no seu diálogo com a mídia. Convidamos jornalistas e especialistas em comunicação, apresentamos nossas pesquisas sobre homicídios na mídia catarinense e ouvimos os agentes ligados à comunicação social dos serviços de segurança expressarem seus pontos de vista e dilemas.

Uma das atividades que mais atraiu interesse da comunidade não universitária foi certamente o Seminário "Lei Maria da Penha, Medidas Protetivas e Casa-Abrigo", realizado em 2007, organizado pelo LEVIS (UFSC/SSPDC), Margens (UFSC), RAIVVS/SMS/PMF (RAIVVS – Rede de Atenção Integral às Vítimas da Violência Sexual da Secretaria de Saúde de Florianópolis), ELETROSUL, Instituto de Estudos de Gênero (UFSC), além de uma

representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O seminário foi coorganizado com a professora Maria Juracy Filgueiras Toneli. Ele nos permitiu abrir uma interessante parceria com o Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFSC, o que nos abriu diálogo com importantes setores da saúde e da militância feminista de Santa Catarina. A conferência de encerramento coube a uma das nossas interlocutoras do Canadá, a professora Lyse Montminy, conhecida especialista da temática no Quebec. Dados o contexto recente da Lei Maria da Penha e as discussões sobre políticas concretas para a sua implantação, o seminário possibilitou um amplo panorama das questões envolvidas na aplicação da Lei, como a necessidade de maior conhecimento dos protocolos de cooperação e das redes de assistência existentes, especialmente sobre a temática da casa-abrigo.

Durante o Convênio, realizamos ainda uma capacitação específica para os agentes da Delegacia da Mulher de Florianópolis. Além de fortalecer nosso diálogo com aquela instituição e de nos possibilitar levar os resultados das nossas pesquisas sobre ela, essa atividade também nos proporcionou experiências e diálogos a que, durante a pesquisa de campo e as entrevistas, não tínhamos tido acesso. O interesse e a repercussão dos agentes face aos nossos trabalhos nos trouxeram novas perspectivas analíticas e estreitaram os laços de confiança, aprimorando o acolhimento dos nossos trabalhos. O Curso de Capacitação para policiais da 6ª DPCAP teve a co-coordenação de Victoria Regina dos Santos e foi realizado em 2004.

No mesmo sentido de colocar em debate os trabalhos e leituras teóricas para uma comunidade mais ampla, organizamos em 2003, na Semana de Extensão da UFSC, um minicurso intitulado "Conflitos e violência intrafamiliar", para o qual organizamos um material didático específico. Foi uma bela ocasião de ampliar o debate sobre a naturalização da violência e do conflito, especialmente no contexto intrafamiliar. Participaram estudantes de várias áreas e também profissionais da psicologia, do serviço social e dos serviços de segurança do Estado.

VIII. APRESENTAÇÃO, A CONVITE, DE PALESTRAS OU CURSOS

Tenho registradas praticamente 250 apresentações de trabalhos em eventos e palestras/conferências realizadas até o presente momento. Ao longo da minha carreira, apresentei trabalhos nos principais congressos científicos brasileiros e em eventos organizados por instituições reconhecidas nacionalmente. Organizei e participei de eventos no exterior, nos quais apresentei meus trabalhos de pesquisa, sempre no esforço de criar redes de cooperação de âmbito nacional e internacional. Confesso que, após várias tentativas de redação do item proposto na Resolução relativa ao presente Memorial, escolhi, por simplicidade e economia, fazer aqui uma apresentação resumida dessas atividades, destacando o país e/ou instituições a que estão ligadas, o que relata em parte o que foi realizado. Haveria de relatar outros fóruns nos quais apresentei meus trabalhos, como o congresso da Asociación Latinoamericana de Antropología, o Congrès International de l'AFEA (Association française d'ethnologie et d'anthropologie), o Congresso Internacional de Americanistas, o Congresso da ISA (International Sociological Association) e da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), ou ainda o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, dos quais participei apenas uma vez.

CANADÁ

CRIVIFF (Centre de Recherche Interdisciplinaire sur la Violence Familiale et la Violence Faite aux Femmes) – Université de Montréal: 2007, 2011 (palestras e curso de pós-graduação).

CIC (Centre International de Criminologie Comparée) – Université de Montréal: 1999, 2000.

Département d'Anthropologie (Université de Montréal): 1999.

ROJAQ (Regroupement des organismes de justice alternative du Québec): 2016.

ACFAS (Congresso Anual da Association canadienne-française pour l'avancement des sciences): 2011, 2012.

FRANCA

CRBC (Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain) – EHESS/Paris: 2000.

CADIS (Centre d'analyse et d'intervention sociologiques) – EHESS/Paris: 2012 e 2016.

CEAQ (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien): 2011.

ARGENTINA

IDES (Instituto de Desarrollo Económico y Social): 2007.

UBA (Universidad de Buenos Aires): 2006 (disciplina de pós-graduação); 2008 (disciplina de pós-graduação).

BRASIL

Além de mais de 40 participações em eventos na UFSC, relato eventos que tiveram lugar nas seguintes instituições:

UNICAMP: 1998, 2002, 2006, 2009

USP: 2002, 2009, 2012, 2015

UFPB: 1994, 1995, 1998/1999 (professor visitante), 2009, 2010

UFRJ: 1996, 2010, 2014

UFRN: 1994, 2013, 2014

UFRGS: 1998, 2014, 2015

UFC: 2010, 2014

UFPR: 2007, 2012

PUC/RS: 2008, 2013

UFMG: 2003, 2008

PUC/SP: 1998

UFPEL: 1994

Eventos regulares das áreas de Ciências Sociais e Antropologia:

ANPOCS: 1986, 1996, 1997, 2001, 2002, 2003, 2009, 2005, 2010, 2012, 2014, 2015

RBA: 1994, 1996, 1998, 2002, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016

RAM: 1997, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015

ABCIBER: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012

FAZENDO GÊNERO: 1998, 2002, 2006, 2008

SBPC: 1997, 2005, 2006

IX. RECEBIMENTO DE COMENDAS E PREMIAÇÕES

Ao longo da minha carreira, recebi três homenagens no âmbito universitário que me conferem muito orgulho.

A primeira foi no curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (CFMAG) do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da UFSC, quando fui homenageado como Patrono da Turma de Formandos de 1997. A segunda foi em 2004, novamente no CFMAG. Gostaria de lembrar que o NETI é um núcleo universitário pioneiro no Brasil. Por isso, sinto-me honrado em colaborar com os seus trabalhos desde que entrei na UFSC, de início como professor e apoiando as ações sociais do NETI em diversos fóruns locais, estaduais e nacionais; e desde 2014 coordenando um projeto de ensino de Antropologia naquele curso destinado a idosos.

No curso de Graduação em Ciências Sociais, no qual atuei centralmente até a criação do curso de Antropologia em 2010, fui o professor homenageado da Turma "A esperança venceu o medo", de formandos em Ciências Sociais em 2002, e pela Turma de 2007.

Recebi duas homenagens da Polícia Militar que muito me orgulham e representam um reconhecimento dos esforços realizados no LEVIS para ampliar e aprofundar o diálogo com os serviços de segurança pública de Santa Catarina. Uma primeira ocorreu no final do I Congresso Sul-brasileiro de Oficiais Militares, em 2005; e a outra, no IV Encontro dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, promovido pela Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2010.

X. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EDITORIAIS E/OU ARBITRAGEM DE PRODUÇÃO INTELECTUAL E/OU ARTÍSTICA

Destaco, nesta seção, minha atuação como membro do conselho editorial/coordenação editorial dos seguintes periódicos:

Atuais:

Desde 1994: **Revista Política & Trabalho** – UFPB

Desde 2001: **Antropologia em Primeira Mão** – PPGAS/UFSC

Desde 2003: **Cuadernos de Antropología** – Universidad de Buenos Aires

Desde 2008: **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social** – UFRJ

Desde 2011: Conselho Editorial **Ilha** – **Revista de Antropologia** – PPGAS/UFSC

Desde 2014: Coordenação Editorial da **Ilha** – **Revista de Antropologia** – PPGAS/UFSC

Encerradas:

De 1997 a 1998: **Revista de Ciências Humanas** – CFH/UFSC

De 1997 a 1998. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (ANPOCS)

De 2008 a 2010: **Estudos de Sociologia** – UNESP (SP)

De 2010 a 2014: **Caminhos**. Revista online de divulgação científica – UNIDAVI (SC)

Atuei como parecerista *ad hoc* para os seguintes periódicos:

Pareceres de avaliação de artigos para os seguintes periódicos:

Revista Horizontes Antropológicos

Anuário Antropológico

Revista de Antropologia da USP

Revista de Estudos Feministas

Mana. Estudos de Antropologia Social

Revista Vibrant

Revista Civitas

Revista Sociedade e Estado

Revista Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica (BIB)

CAMPOS – Revista de Antropologia Social

Revista Runa (Argentina)

Revista Habitus

História, Ciências, Saúde

Boletín de Antropología (Colômbia)

PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales (Argentina)

Revista de Ciências Sociais da UFC

Ilha – Revista de Antropologia

Vivências: Revista de Antropologia do Departamento de Antropologia da UFRN

XI. ASSESSORIA, CONSULTORIA OU PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA, AO ENSINO OU À EXTENSÃO

As atividades de avaliação de projetos e de assessoria a órgãos de fomento à pesquisa, ao ensino e à extensão têm sido um dos exercícios mais complexos com que tenho me defrontado. Além de uma grande responsabilidade, é uma prática que entendo ser altamente revigorante por avaliarmos o próprio desenvolvimento do campo em que atuamos e as tendências que as propostas em pauta apontam.

A) Avaliação e acompanhamento de projetos e pedidos de financiamento

Minha experiência como avaliador de projetos de pesquisa e solicitações de apoio está basicamente concentrada nas atividades como parecerista *ad hoc* nos editais do CNPq desde o início da minha bolsa em produtividade, em 1999. Até o presente momento, foram analisadas 74 propostas submetidas ao CNPq e que estão registradas no sistema desse órgão. Até a data em que redijo este documento, avaliei 11 processos (estágio sênior, pós-doutorado no exterior, doutorado no exterior, auxílio viagem). Tenho avaliado propostas de projeto de pesquisa e solicitações de apoio também na CAPES (desde 2002) e na FAPESP (desde 2006).

Realizei ainda atividades de consultoria em análise de projetos de pesquisa para a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) a pedido da Câmara de Pós-graduação daquela instituição em 2010. E anteriormente participei, na UFSC, da Comissão do FUNPESQUISA em 2007, para apoio a projetos de até R\$ 5.000,00. Realizei ainda consultoria para Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas em 2006, e para a UNIVILLE, em 2003, também relativamente a projetos de pesquisa.

Na UFSC, participei da avaliação e do acompanhamento das bolsas de iniciação científica. Em 2001, 2002 e 2007, atuei como avaliador de trabalhos no Seminário de Iniciação Científica da UFSC. Entre 2002 e 2003, fiz parte da Comissão de Seleção e Acompanhamento do PIBIC/CNPq/UFSC e BIP/UFSC (Portaria 36/CFH/2002). Fui convidado pela Associação Brasileira de Antropologia em 2010 e 2012 para ser avaliador de trabalhos de iniciação científica, painéis e artigos do Prêmio Lévi-Strauss. Ainda referente a

atividades de iniciação científica, atuei como avaliador de trabalhos de iniciação científica da UDESC em 2012.

As atividades de fomento a projetos de extensão foram principalmente nos anos de 2009, 2010 e 2014, quando atuei como avaliador de 23 projetos de extensão submetidos aos editais PROEXT/MEC/SESU. Esse trabalho foi muito gratificante por permitir uma visão mais ampla das propostas de extensão em nível nacional.

Como consequência das minhas atividades no campo da cibercultura, em 2009 fui convidado a atuar na "Comissão de Seleção de Projetos para a área de 'Apoio ao Aprimoramento de Websites Culturais Brasileiros Já Existentes' do Programa Petrobrás Cultural (PPC), Edição 2008 / 2009". Essa foi uma experiência interessante que não apenas me permitiu eleger projetos a serem financiados pela Petrobrás, como também me proporcionou uma rica discussão sobre os rumos da cibercultura no Brasil.

B) Assessoria ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

Um dos trabalhos mais desafiadores que recebi dentre os pedidos de assessoria refere-se ao de avaliação para credenciamento e renovação de reconhecimento de cursos do ensino superior. Trata-se de uma atividade de dois a três dias intensos em que o conjunto das condições de funcionamento de um curso deve ser avaliado por dois consultores nomeados pelo Conselho Estadual de Educação, seguindo normativas do MEC.

A pedido do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, atuei como consultor em quatro ocasiões referentes a esses processos nas seguintes instituições:

Centro Educacional Barriga Verde – UNIBAVE

Em 2007, participei como consultor no processo de Credenciamento do Curso de Bacharelado em Museologia. E, em 2013, como consultor para a Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Museologia da UNIBAVE.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Em 2007, fui consultor para o credenciamento do Curso de Bacharelado em Ciência Política e Ciências Sociais da UNIVALI.

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Em 2012, participei como consultor para o credenciamento do Curso de Bacharelado em Sociologia da UNIVILLE.

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

Em 2013, fui consultor para o reconhecimento do Curso de Graduação em Sociologia (Licenciatura – PARFOR) da UNOCHAPECÓ.

XII. EXERCÍCIO DE CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E/OU COLEGIADOS CENTRAIS OU CHEFIA DE ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÃO

No que se refere ao exercício de cargos em entidades científicas, ao longo dos anos participei, em diferentes momentos, da Associação Brasileira de Antropologia, duas vezes como membro da Comissão de Direitos Humanos (1998-2000 e 2004-2006) e uma do Conselho Fiscal (2008-2010).

Faço parte de um grupo de pesquisadores pioneiros no estudo da cibercultura no Brasil que fundou a Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber) em 2006. Fui vice-presidente da ABCiber nas suas duas primeiras diretorias, entre 2007 e 2009 e de 2009 a 2011, sempre com a presidência do professor Eugênio Trivinho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Continuo, até o presente momento, como membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação. Destaco que o professor Trivinho teve papel central no processo de articulação e organização do coletivo de pesquisadores, bem como na mobilização dos apoios institucionais implicados na fundação da ABCiber.

A nossa Associação é um projeto acadêmico de envergadura nacional e congrega pesquisadores renomados do campo da cibercultura, especialmente oriundos da Comunicação, porém tipicamente com vocação interdisciplinar. Os eventos da Associação têm tido crescente participação, fato que mostra o dinamismo do campo de estudo e da sua importância na agenda social contemporânea.

Através das parcerias desenvolvidas pelo LEVIS com a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, em colaboração com Victoria Regina dos Santos, da Polícia Civil, criamos e implementamos em 2002 o IPESP (Instituto de Pesquisa e Estudos em Segurança Pública de Santa Catarina) como Câmara Técnica Mista do Conselho Superior de Segurança Pública (Portaria 799/2002/SSP, de 08.11.2002), em cujas atividades atuei com coordenador e representante da UFSC entre 2001 e 2007. Foi através do IPESP que realizamos um conjunto importante de pesquisas no LEVIS e consolidamos a posição do laboratório como uma referência estadual no campo dos estudos sobre violência e

criminalidade, além de termos colaborado nos debates sobre políticas de segurança pública no nosso Estado, consoante relatado em outros itens do Memorial.

Desde 2013, sou representante da UFSC junto ao convênio com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica nº 083/2013), na Coordenação Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. **Le degré zéro de l'écriture**. Suivi de Nouveaux essais critiques. Paris: Editions du Seuil, 1972.
- BENJAMIN, W. Critique of violence. In: BENJAMIN, W. **Reflections**. Essays, aphorism, autobiographical, writings. New York: HBJ, 1978.
- BRAGAGNOLO, R. I.; LAGO, M. C. de S.; RIFIOTIS, T. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, v. 23, p. 601-617, 2015.
- CABRAL DE MELO NETO, J. Rios sem discurso. In: **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- CALAME-GRIAULE, G. **Ethologie et langage**. La parole chez les Dogons. Paris : Gallimard, 1965.
- CALAMEGRIAULE, G. Pour une étude ethnolinguistique des littératures orales africaines. **Revue Langages**, (18): 22-47, junho, 1970.
- CALLON, M.; LATOUR, B. Le grand Léviathan s'apprivoise-t-il? In: AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B. **Sociologie de la traduction**. Textes fondateurs. Paris: Presses de Mines, 2006, p. 11-32.
- CHAUÍ, M. Produtividade e humanidades. In: **Tempo social. Revista de Sociologia**, USP, São Paulo, 1(2):45-71, 1989.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DASSI, T.; RIFIOTIS, T. “Papo de Bandido” e a “vida loka”: ensaio sobre moralidades entre “adolescentes em conflito com a lei” cumprindo medida socioeducativa de internação em Itajaí (SC). In: **VIII Reunión de Antropología del MERCOSUR**, Buenos Aires, 2009.
- DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ECO, U. **Lector in fabula**. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- ECO, U. **Pós-escrito do Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I. & SHAW, L. L. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1995.
- FOUCAULT, M. Polemics, politics and problematizations. In: RABINOW, P. **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984a [trad. fr. Polémique, politique et problématisations. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**, T. IV, texte n° 342].
- FOUCAULT, M. Le souci de la vérité. In: **Magazine Littéraire**, n° 207, mai 1984b [repris in FOUCAULT, M. **Dits et écrits**, T. IV, texte n° 350].
- FOUCAULT, M. Le courage de la vérité. In: FOUCAULT, M. **Le gouvernement de soi et des autres II**. Cours au Collège de France 1984. Paris: Gallimard, Seuil, 2009.
- GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, Editora UNESP, 1990.

- GUERREIRO, M. V. **Os macondes de Moçambique**. Sabedoria, língua, literatura e jogos. Lisboa: J.I.U., 1966.
- GLUCKMAN, M. **Custom and Conflict in Africa**. Oxford: Ed. Blackwell, 1966.
- KAGAME, A. **La Philosophie bantoue comparée**. Paris: Présence Africaine, 1976.
- KANT DE LIMA, R. Ordem Pública e Pública Desordem: modelos processuais de controle Social em uma perspectiva comparada. In: **Anuário Antropológico/88**, pp.21-44, 1991.
- KANT DE LIMA, R. **Ensaio de Antropologia e Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- KOURY, M. G.; LIMA, J. C.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Cultura e Subjetividade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.
- LATOUR, B. Une sociologie sans objets? Remarques sur l'interobjectivité. In: **Revue Sociologie du travail**, 34 (4): 587-607, 1994.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LATOUR, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- LATOUR, B. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, 30 (2): 25-248, 2004.
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LIMA, J. C.; RIFIOTIS, T.; KOURY, M. G. P. O. (orgs.). **Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MAFFESOLI, M. **A parte do diabo. Resumo da subversão pós-moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MARANDA, P. Computers in the bush: tools for automatic analysis of myths. IN: HELM, J. (ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle and London, 1967, p.77-83.
- MARANDA, P. L'ordinateur et l'analyse des mythes. **Revue Internationales de Sciences Sociales**, 23(2): 244-51, 1971.
- PAINDORGE, M.; KERNEIS, J.; FONTANIEU, V. Analyse de données textuelles informatisée: l'articulation de trois méthodologies, avantages et limites. In: **Nouvelles Perspectives en Sciences Sociales**, 11, 2, 65-92, nov., 2015.
- REVEL, J. Michel Foucault : discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu? In: **Le Portique** [En ligne], 13-14 | 2004, mis en ligne le 15 juin 2007, consulté le 05 septembre 2016. URL : <http://leportique.revues.org/635>
- RIFIOTIS, T. A escultura atual dos Makonde de Moçambique como uma visão do mundo. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 1, n.4, p. 153-166, 1994.
- RIFIOTIS, T. Paradoxe culturel: L'art makondé contemporain. In: ROUMEGUERE-EBERHARDT, J. (org.). **La relativité culturelle**. Hommage à Georges Gurvitch. Paris: Publisud, 1995, p. 303-311.

RIFIOTIS, T. Situação atual e perspectivas de cooperação em ciências humanas: internet e cultura informática. In: **Anais – Conhecimento em Debate II**, João Pessoa (PB), 1995.

RIFIOTIS, T. “Nos campos da violência: diferença e positividade”. **Antropologia em Primeira Mão**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, n. 19, 1997a.

RIFIOTIS, T. A denúncia da violência policial. O caso da polícia militar de São Paulo na Favela Naval e o leitor-modelo construído pela mídia. In: **XXI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu (MG), 1997b.

RIFIOTIS, T. O ciclo vital completado. A dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: LINS DE BARROS, M. M. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a, p. 85-110.

RIFIOTIS, T. Violência e cultura no projeto de René Girard. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, Florianópolis, v. 30, 1998b.

RIFIOTIS, T. A mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema). **Revista São Paulo em Perspectiva**, 13(4), São Paulo, SEAD, 1999, p. 28-41.

RIFIOTIS, T. Duas ou três coisas sobre elas, as comunidades virtuais. In: **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, 2003, Caxambu. São Paulo: ANPOCS, 2003, p. 137-137.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. In: **Revista Sociedade e Estado**, UnB, Brasília, v. 19, n.1, p. 85-119, 2004.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. In: **XIX Encontro Anual da ANPOCS**, 2005, Caxambu. São Paulo: ANPOCS, 2005.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, UFC, v. 37, p. 27-33, 2006.

RIFIOTIS, T. Ancestrality and Age Conflicts in Black-African Societies. In: AGUILAR, M. (org.). **Rethinking Age in Africa: Colonial, Post-Colonial and Contemporary Interpretations**. Trenton (NJ): Africa World Press, 2007a, p. 199-227.

RIFIOTIS, T. Derechos humanos y otros derechos: aporías sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales. In: ISLA, A. (org.). **En los márgenes de la ley**. Inseguridad y violencia en el cono sur. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007b, p. 229-250.

RIFIOTIS, T. Direitos Humanos: sujeitos de direitos e direitos dos sujeitos. In: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. de F. G.; FEITOSA, M. L. P. de A. M.; ZENAIDE, M. de N. T. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007c, p. 231-244.

RIFIOTIS, T. Violência, judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento. In: **VII Reunión de Antropología del Mercosur**, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2007d, p. 1-14.

RIFIOTIS, T. O idoso e a sociedade moderna: desafios da gerontologia. In: **Pro-Posições**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 137-151, 2007e. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643583>>. Acesso em: 06 set. 2016.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Revista Katálisis**, v. 11, p. 225-236, 2008a.

RIFIOTIS, T. Violência e poder: Averso do avesso? In: NOBRE, R. F. (org.). **O Poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b, p. 157-173.

RIFIOTIS, T. Direitos Humanos e outros direitos: aporias sobre os processos de judicialização e institucionalização dos movimentos sociais. In: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**. Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008c, p. 39-58.

RIFIOTIS, T. **Antropologia aplicada à administração**. 1ª ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009 (2ª ed. 2012).

RIFIOTIS, T. Parricidio: padres y hijos en el tribunal de justicia de Florianopolis (Santa Catarina, Brasil). In: RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011, p. 91-124.

RIFIOTIS, T. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 566-578, 2012a.

RIFIOTIS, T. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. In: **28a. Reunião Brasileira de Antropologia**, São Paulo, 2012b.

RIFIOTIS, T. Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012c, p. 13-26.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012d, p. 27-56.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. In: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012e, p. 57-78.

RIFIOTIS, T. Violências, homicídios, justiça e Direitos Humanos: repensando os lugares da antropologia na agenda pública. In: **Anais – X RAM – Reunión de Antropología del MERCOSUR**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2013, p. 1-14.

RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**, USP, v. 57, p. 119-149, 2014a.

RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, v. 141, 2014b.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação. In: **29a Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: ABA/UFRN, v. 1, 2014c, p. 1-19.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, v. 45, p. 261-295, 2015.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como "repovoamento" e explicação. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília, Joinville: ABA publicações, 2016a, p. 129-151.

RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da Antropologia na agenda social da produção da justiça. In: LANGDON, E. J.; GRISOTTI, M. (orgs.). **Políticas Públicas**. Reflexões antropológicas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016b, p. 43-62.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e “explicação”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 85-98, 2016c.

RIFIOTIS, T.; DASSI, T.; VIEIRA, D. Vivendo no 'veneno': ensaio sobre regimes de moralidade entre 'adolescentes em conflito com a lei' em situação' cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina. In: **34o. Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu (MG). São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 1-29.

RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia**: Repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia. Buenos Aires: Antropofagia, 2011a.

RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. La violencia como punto de partida. In: RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). **Antropología, violencia y justicia**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011b, p. 13-23.

RIFIOTIS, T.; LIMA, J. C.; KOURY, M. P. G. (orgs.). **Relações de Poder, Cidadania e Violência**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

RIFIOTIS, T.; MATOS, M. Judicialização, direitos humanos e cidadania. In: FERREIRA, L. F. G. et al. (orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em direitos humanos nas ciências sociais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 241-288.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (orgs.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F. G. Diálogos metodológicos entre antropología y comunicación en la investigación de las formas de apropiación de centros público de acceso a la internet. In: FERNÁNDEZ, A. P.; MALDONADO, A. E. (orgs.). **Metodologías transformadoras**: tejendola red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Cepap, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, 2009.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F. G. Diálogos de frontera: volviendo a pensar en las redes socio-técnicas a partir de experiencias etnográficas en lan houses. In: VELAREZO, A. P.; MALDONADO, A. E. (orgs.). **La investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

- RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
- RIFIOTIS, T.; ROMAN, D. Denúncia de violência policial através da mídia escrita em São Paulo. O caso da polícia militar na Favela Naval em Diadema (São Paulo, BR). In: **II Reunión de Antropología del Mercosur**, Montevideo, Uruguai., 1997.
- RIFIOTIS, T.; SANTOS, V. R. dos; TOLFO, S. da R.; MANTOVANNI, M. L. O atendimento psicológico, a judicialização de conflitos conjugais e as Delegacias de Proteção à Mulher. In: **VI Reunión de Antropología del Mercosur**, Montevideo: Universidad de la Republica, 2005.
- RIFIOTIS, T.; SANTOS, S. M. A. dos. Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização. In: **25a. Reunião Brasileira de Antropologia**, Goiânia. Brasília: ABA, 2006, p. 1-18.
- RIFIOTIS, T.; SEGATA, J.; SAEZ, O. C. Simetrização, Hibridismo e Agência na Antropologia: Apresentação. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 17, p. 7-12, 2015.
- RIFIOTIS, T.; VENTURA, A. B. Fluxo da Justiça Criminal em casos de homicídios dolosos na Região Metropolitana de Florianópolis - Santa Catarina (2000 - 2003). In: **VII Reunión de Antropología del Mercosur**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2007, p. 1-19.
- RIFIOTIS, T.; VENTURA, A. B.; CARDOSO, G. R. Reflexões críticas sobre a metodologia do estudo do fluxo de justiça criminal em casos de homicídios dolosos. In: **Revista de Antropologia**, USP, v. 53, p. 689-714, 2010.
- RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.). **Um Olhar Antropológico Sobre Violência e Justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: UFSC, 2012.
- RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D.; DASSI, T. Judicialização das relações sociais e configurações de sujeito entre jovens cumprindo medidas socioeducativas em Santa Catarina. **Anuário Antropológico**, 2016.
- ROY, N.; GARON, R. Étude comparative des logiciels d'aide à l'analyse de données qualitatives: de l'approche automatique à l'approche manuelle. In: **Recherches Qualitatives**, vol. 32(1), p. 154-180, 2013.
- SANTOS, B. S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996, p. 187-233.
- SANTOS, S. M. A.; RIFIOTIS, T. Cuidadores familiares de idosos dementados: uma reflexão sobre o cuidado e o papel dos conflitos na dinâmica da família cuidadora. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. Campinas/SP: Alínea, 2003, p. 141-164.
- SANTOS, S. M. A.; RIFIOTIS, T. Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização. In: GROSSI, M. P.; SCHWADE, E. (orgs.). **Política e Cotidiano**: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 95-114.
- SAHLINS M. **Age de pierre, âge abondance**: économie des sociétés primitives. Paris: Gallimard, 1976.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília, Joinville: ABA publicações, 2016.

SIMMEL, G. **Le Conflit**. Saulxures : Circé, 1992.

SOREL, G. **Reflexions sur la violence**. Paris: Rivière, 1910. Acessível em <<https://archive.org/details/rflexionssurla00soreuoft>>

TEMPELS, P. **La Philosophie bantoue**. Paris: Présence Africaine, 1948.

THOMAS, L.-V. Le pluralisme cohérent de la notion de personne en Afrique Noire traditionnelle. In: **CNRS. La notion de personne en Afrique Noire**. Paris: CNRS, 1973, p. 387-420.

TRIVINHO, E. A condição transpolítica da cibercultura. **Revista Famecos**, (31): 91-101, 2006.

WIEDEMANN, G. Opening up to Big Data: Computer-Assisted Analysis of Textual Data in Social Sciences. **Forum: Qualitative Social Research**, 14, 2, 1-24, May, 2013.

ZALUAR, A. Violência e Crime. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira**. Antropologia (1970-1995). São Paulo, Brasília: Editora Sumaré, CAPES, 1999.